



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**LUCAS PORTO SANTOS**

**UMA REVISÃO DO CONCEITO DE CAPACIDADE ESTATAL NA CIÊNCIA  
POLÍTICA**

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2025**

**LUCAS PORTO SANTOS**

**UMA REVISÃO DO CONCEITO DE CAPACIDADE ESTATAL NA CIÊNCIA  
POLÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

**Linha de Pesquisa:** Políticas Públicas e Inovação Institucional

**Orientador:** Prof. DR. Saulo Felipe Costa

**CAMPINA GRANDE - PB**

**2025**

S237r Santos, Lucas Porto.  
Uma revisão do conceito de capacidade estatal na ciência política /  
Lucas Porto Santos – Campina Grande, 2025.  
127 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de  
Campina Grande, Centro de Humanidades, 2025.  
"Orientação: Prof. Dr. Saulo Felipe Costa, Prof. Dr. Clovis Alberto  
Vieira Melo."  
Referências.  
1. Ciência Política. 2. Revisão Sistemática. 3. Capacidade Estatal. 4.  
Políticas Públicas. 5. Governança. I. Costa, Saulo Felipe. II. Melo, Clovis  
Alberto Vieira. III. Título.

CDU 32(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
POS-GRADUACAO EM CIENCIA POLITICA  
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

## **FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES**

**LUCAS PORTO SANTOS**

UMA REVISÃO DO CONCEITO DE  
CAPACIDADE ESTATAL NA CIÊNCIA POLÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Ciência Política como pré-  
requisito para obtenção do título de Mestre  
em Ciência Política.

Aprovada em: 13/02/2025

Prof. Dr. Saulo Felipe Costa - PPGCP/UFCG  
Orientador

Prof. Dr. Clóvis Alberto Vieira de Melo - PPGCP/UFCG  
Coorientador

Prof. Dr. Italo Fittipaldi - PPGCP/UFCG  
Examinador(a) Interno

Profa. Dra. Mariana Batista - UFPE  
Examinador(a) Externo



Documento assinado eletronicamente por **Saulo Felipe Costa, Usuário Externo**, em 13/02/2025, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLOVIS ALBERTO VIEIRA DE MELO, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/02/2025, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Italo Fittipaldi, Usuário Externo**, em 13/02/2025, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA CRISTINA MARQUES PORTO, SECRETÁRIO (A)**, em 24/02/2025, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Batista da Silva, Usuário Externo**, em 25/02/2025, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **5218105** e o código CRC **C138DD51**.

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à memória de **Edilson Costa dos Santos**, meu pai. Junto com minha mãe, ele foi responsável por construir a base sobre a qual me firmei. Onde quer que o senhor esteja, saiba que seu filho continua na luta.

## AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta dissertação, percebo que seu término não simboliza apenas o encerramento do meu mestrado, mas também o fechamento de um ciclo na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Um ciclo que começou com o bacharelado em Ciências Sociais e se consolidou no mestrado em Ciência Política. Porém, nada disso foi eu trilhando sozinho, um conjunto de pessoas andaram comigo, diante disso, e fiel ao valor da gratidão que me foi ensinado, sinto-me impelido a expressar meu mais sincero agradecimento a todos que, de alguma forma, contribuíram para que este momento fosse possível.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), nas pessoas de seu antigo coordenador, professor Clóvis Alberto Vieira de Melo, e da atual coordenadora, professora Kelly Cristina Costa Soares, bem como de sua secretária, Márcia Cristina, por toda acolhida e empenho ao longo deste percurso.

Nesta oportunidade, não poderia deixar de expressar minha gratidão aos meus companheiros do Bacharelado em Ciências Sociais (UFCG), em especial: Luiz Felipe, Yan, Nathalia, Kaio, Amanda, Alisson, Raquel, Emanuel, Helena, Luciano, Polyana, Flavia, Pedro, Dalyana, Ana, entre tantos outros que cultivaram amizades que perduram até hoje, mesmo com minhas frequentes recusas aos convites para sair. Em especial, agradeço ao meu melhor amigo, Felipe Braga, que se tornou um verdadeiro irmão ao longo dessa caminhada. Obrigado por tornar o trajeto mais leve e por esse laço inquebrável que criamos.

Minha gratidão se estende também aos amigos e colegas do programa de pós-graduação em Ciência Política, especialmente Caio, Rubens, Amanda e Bruno. Vocês tornaram o caminho da pesquisa menos solitário, compartilhando comigo os altos e baixos dessa jornada: sofrimentos, alegrias, tristezas, risadas e aprendizados mútuos. Amanda e Bruno, vocês foram meu apoio em momentos de grandes desafios, e por isso serei eternamente grato.

Ainda durante a graduação, não posso deixar de mencionar o professor Fábio Machado, que apresentou a Ciência Política a um jovem ainda descobrindo o mundo acadêmico. Sua gentileza, profundidade teórica, dedicação ao ensino e valiosos conselhos

marcaram profundamente minha trajetória. Obrigado por compartilhar seu conhecimento de forma tão generosa.

Agradeço também aos meus ex-orientadores de PIBIC, professores Jesus e Luiz Henrique e Clovis de Melo, que me deram a oportunidade de mergulhar no universo da pesquisa ainda nos primeiros passos dessa construção. E aos professores do mestrado, Kelly Cristina, Gonzalo Rojas, Clóvis de Melo e Sérgio Rivero, obrigado por cada aula, por cada ensinamento e por toda paciência ao responder minhas incessantes perguntas.

Aos meus dois orientadores, meu orientador, Saulo Felipe Costa, minha mais sincera gratidão por sua ajuda e dedicação desde os tempos de graduação. Sei que, ao longo desses anos, sua exigência era sempre acompanhada por uma crença no meu potencial. Hoje, ao finalizar este ciclo, reconheço o impacto de sua orientação em minha trajetória. Tenho certeza de que minha aprovação no doutorado não seria possível sem sua presença constante e encorajadora.

Meu coorientador Clóvis de Melo, sou profundamente grato pela paciência e confiança depositadas em mim. Mais do que orientar este trabalho, você esteve ao meu lado em diversas pesquisas, abriu portas ao me inserir no laboratório *Policy Solutions* e dedicou-se intensamente a me ensinar metodologia científica.

Aos meus familiares, minha eterna gratidão: ao tio Everaldo, por seu carinho e atenção; ao meu padrinho Wando, pelos conselhos sempre acertados; aos meus primos e primas, pelo incentivo constante. À minha mãe, dona Verônica, a base sólida da minha vida, que com tantos sacrifícios tornou possível a continuidade dos meus estudos. Ao meu irmão Pedro, por mostrar a leveza e a alegria da vida.

E, finalmente, ao meu pai. Apesar de nossa despedida há 15 anos, levo comigo os ensinamentos e a breve convivência que tivemos. Obrigado por tudo.

"Conceitos são ferramentas indispensáveis: com bons conceitos, a ciência avançada; com conceitos ruins ou mal definidos, a ciência tropeça."

**(Sartori, a política: lógica e método nas ciências sociais, 1982)**

"Ora direis, ouvir estrelas, certo perdeste o senso  
E eu vos direi, no entanto  
Enquanto houver espaço, corpo, tempo e algum modo de dizer não, eu canto  
Ora direis"

**(Belchior, Divina comédia humana)**

## RESUMO

Como o conceito de capacidade estatal é implementado na ciência política? Este trabalho apresenta uma revisão sistemática sobre a capacidade estatal, explorando como este conceito foi construído, transformado e aplicado ao longo das décadas. A capacidade estatal é entendida como um conceito multidimensional, abrangendo dimensões coercitivas, fiscais e administrativas, fundamentais para o desempenho das funções estatais. A dissertação parte de autores clássicos, como Skocpol (1985), Tilly (1975) e Mann (1988), que enfatizam a centralidade do poder coercitivo e da burocracia, e dialoga com contribuições contemporâneas, como Besley e Persson (2008), Hendrix (2010), e Hanson e Sigman (2021), que ampliaram a análise para incluir múltiplas dimensões interconectadas. Utilizando uma metodologia de revisão sistemática e análise bibliométrica, o trabalho mapeou 196 artigos e consolidou os principais conceitos sobre capacidade estatal, revelando desafios como a proliferação de definições e a dificuldade de construção de indicadores consistentes. Os resultados demonstram que a ciência política compreende majoritariamente a capacidade estatal como *meios*, isto é, um conjunto de recursos institucionais, burocráticos e coercitivos que possibilitam a ação do Estado. Em contraste, uma abordagem minoritária considera a capacidade estatal como  *fins*, medindo-a pelos resultados alcançados, o que gera problemas metodológicos ao inferir sua existência com base nos próprios efeitos que dela derivam. Este estudo contribui para a ciência política ao sintetizar avanços teóricos e identificar lacunas na compreensão da capacidade estatal. Além de consolidar avanços teóricos, o estudo fornece um diagnóstico detalhado dos desafios metodológicos enfrentados na mensuração do conceito, contribuindo para futuras pesquisas que busquem maior precisão analítica e operacionalização empírica.

**Palavras-chave:** capacidade estatal; revisão sistemática; governança; ciência política.

## ABSTRACT

How is the concept of state capacity articulated in political science? This study presents a systematic review of state capacity, exploring how this concept has been constructed, transformed, and applied over the decades. State capacity is understood as a multidimensional concept, encompassing coercive, fiscal, and administrative dimensions that are fundamental to the performance of state functions. The dissertation draws from classic authors such as Skocpol (1985), Tilly (1975), and Mann (1988), who emphasize the centrality of coercive power and bureaucracy, and engages with contemporary contributions, such as Besley and Persson (2008), Hendrix (2010), and Hanson and Sigman (2021), who expanded the analysis to include multiple interconnected dimensions. Using systematic review methodology and bibliometric analysis, the study mapped 196 articles and consolidated the main concepts of state capacity, revealing challenges such as the proliferation of definitions and the difficulty in constructing consistent indicators. The results highlight that, despite the lack of consensus, three main dimensions—coercive, fiscal, and administrative—are widely utilized in the literature. This study contributes to political science by synthesizing theoretical advances and identifying gaps in the understanding of state capacity, while reinforcing the relevance of the concept for analyses of development, governance, and public policies.

**Keywords:** state capacity; systematic review; governance; political science.

## LISTA DE SIGLAS

CBDOs - *Community-Based Development Organizations*

QoG - *Quality of Government Index*

ICRG - *International Country Risk Guide*

HSI - *Hanson & Sigman's*

EBM - *Evidence-Based Medicine*

ICAS - Índice de Capacidade Institucional dos Governos estaduais na Assistência

LGC - Índice de Capacidade do Governo Local

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

LDA - *Latent Dirichlet Allocation*

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Diagrama de fluxo de exclusão.....	55
Gráfico 2 – Publicações em intervalados de 5 em 5 anos de capacidade estatal na ciência política.....	59
Gráfico 3 – Autores mais frequentes na ciência política no campo de capacidade estatal.....	62
Gráfico 4 – Nuvem de coautoria dos cientistas políticos no campo de capacidade estatal.....	65
Gráfico 5 – Rede de coautoria.....	66
Gráfico 6 – Nuvem de palavras geradas a partir dos resumos dos artigos.....	67
Gráfico 7 – Nuvem de palavras geradas a partir das palavras-chaves.....	69
Gráfico 8 – Modelo de tópicos.....	71

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Abordagens dos indicadores de capacidade estatal.....	37
Quadro 2 – Planejamento de uma revisão sistemática em sete estágios.....	50
Quadro 3 – Critérios de exclusão.....	55
Quadro 4 – Síntese dos critérios utilizados na revisão sistemática.....	59
Quadro 5 – Os 15 trabalhos mais citados de capacidade estatal na ciência política.....	62
Quadro 6 – Dimensões dos Conceitos de Capacidade Estatal Agrupadas por Autor.....	76

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Resultados dos descritores utilizados.....	54
---	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA .....	17
1.2 OBJETIVO GERAL .....	18
<b>2 UM NOVO CAMPO DE ESTUDOS:O SURGIMENTO DOS ESTUDOS DE CAPACIDADE ESTATAL.....</b>	<b>19</b>
2.1 O PAPEL DO ESTADO MODERNO NO SÉCULO XX.....	21
2.2 OS ESTUDOS DE CAPACIDADES ESTATAIS.....	24
2.3 O ENTENDIMENTO MUDOU? OS ESTUDOS SOBRE CAPACIDADE ESTATAL NO SÉCULO XXI .....	31
<b>3 CAPACIDADE ESTATAL E SUAS MULTIPLAS DIMENSÕES.....</b>	<b>35</b>
3.1 CAPACIDADE ESTATAL COMO UM CONCEITO MULTIDIMENSIONAL.....	35
3.2 INDICADORES PARA MENSURAÇÃO DE CAPACIDADE ESTATAL.....	39
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>45</b>
4.1 COMPREENDENDO O QUE É REVISÃO DA LITERATURA.....	45
4.2 O POTENCIAL DA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	48
4.3 DESCREVENDO OS PASSOS TOMADOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	52
<b>5 RESULTADOS.....</b>	<b>58</b>
5.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS PERIÓDICOS E AUTORES.....	58
5.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS CONTEÚDOS DOS ARTIGOS.....	66
5.3 ANÁLISE DOS CONCEITOS DE CAPACIDADE ESTATAL NA CIÊNCIA POLÍTICA.....	72
<b>6 CONCLUSÕES.....</b>	<b>80</b>
<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>83</b>

APÊNDICE 1 – PLATAFORMA DE BUSCA *HARZING'S PUBLISH OR PERISH*... 113

APÊNDICE 2 – CONCEITOS DE CAPACIDADE ESTATAL NA CIÊNCIA  
POLÍTICA.....113

## 1 INTRODUÇÃO

Como o conceito de capacidade estatal é implementado na ciência política? Esse é o problema de pesquisa da presente dissertação, considerando o debate teórico sobre o conceito de capacidade estatal, busca-se identificar quais são as dimensões utilizadas pelos autores e os conceitos que são utilizados, a fim de buscar se existe ou não um “padrão” conceitual na ciência política sobre capacidade estatal

A pesquisa é construída a partir da técnica de revisão sistemática, sendo passível de replicação e transparente em seus resultados, e capaz de identificar e interpretar pesquisas relevantes sobre um campo ou subcampo específico (Cooper, 1982). Somando-se a isso, utilizamos também técnicas bibliométricas, ambas explicadas no segundo capítulo. O corpus final analisado foi de 196 artigos, indexados na base de dados *google scholar*

O conceito de capacidade estatal foi desenvolvido por Tilly (1975), que ao estudar a formação dos Estados-nações, examina o desenvolvimento de diversos Estados europeus, definindo capacidade estatal como a habilidade do Estado de arrecadar recursos necessários para manter suas operações e se proteger contra ameaças internas e externas. Skocpol (1985) definiu os conceitos de autonomia e capacidade estatal, sendo o primeiro relacionado à possibilidade de as burocracias do serviço público formularem e perseguirem políticas que não são simplesmente o reflexo das demandas (Gomide; Pereira; Machado, 2018), e o segundo, associado à implementação das políticas públicas. Evans (1995), por sua vez, entende que a chave para compreender a capacidade estatal está na autonomia inserida, compreendida como uma combinação de poder de insulamento administrativo e certo nível de inserção do Estado na estrutura produtiva (Aguiar; Lima, 2019).

Weber (1999) ao estudar sobre os Estados Modernos, destaca dois pontos característicos centrais de discussão: “A importância da monopolização do poder coercitivo pela administração central e a formação de quadros de serviço público profissionais, permanentes e insulados” (Cingolani, 2013, p. 4).

Souza (2024) afirma que os conceitos de capacidade estatal (Tilly, 1975; Skocpol, 1979; Evans, 1993; Mann, 1984) são de inspiração weberiana e sintetiza o conceito como a capacidade dos governos de decidir, formular e implementar políticas públicas. Segundo

Souza (2024), todas as definições de capacidade estatal destacam sua importância para o sucesso ou fracasso das políticas públicas.

Porém, o entendimento de capacidade se proliferou com os estudos mais aplicados, os quais relacionam a capacidade estatal a inúmeros fatores sociais, políticos e econômicos (Vanccaro, 2023). Exemplo disso vemos no estudo de Back e Hadenius (2008) que investigam de que maneira a democracia está relacionada à capacidade estatal. Os autores examinam a hipótese de que a relação entre esses dois fatores não é linear, mas sim em forma de J<sup>1</sup>. Outros estudos demonstraram que uma maior capacidade estatal está relacionada com o crescimento econômico (Dincecco, 2015) e fornecimento de bens públicos (D'arcy e Nistotskaya, 2017).

Cingolani (2013) descreve como o conceito, originalmente limitado a dimensões específicas, se “ramificou” para abranger um número crescente de subdimensões. Este processo de expansão, embora tenha ampliado o alcance do conceito, também gerou problemas de “validade do construto” e “diluição do conceito”. Segundo Cingolani (2013), essa diluição resulta na confusão entre capacidade estatal e outros conceitos correlatos, como governança e Estado de direito.

A justificativa desta pesquisa baseia-se na necessidade de sistematizar o debate sobre capacidade estatal na ciência política. Além disso, busca-se oferecer maior rigor científico às revisões já realizadas, como a de Cingolani (2013), que apresenta uma abordagem mais exploratória. O diferencial desta pesquisa reside na utilização de uma revisão sistemática, entendida como uma metodologia que adota métodos transparente e rigorosos para agrupar e sintetizar os resultados de estudos que abordam uma questão claramente formulada (Prima, 2020).

Adicionalmente, este estudo exploratório tem como objetivo contribuir para o debate na ciência política sobre capacidade estatal, identificando as principais dimensões de atuação associadas ao conceito. Pretende-se mapear os autores que publicam sobre o tema, analisar os tópicos mais recorrentes, observar a evolução das publicações ao longo do tempo e, finalmente, compreender como a ciência política define e utiliza o conceito de capacidade estatal.

---

<sup>1</sup> A relação mostra que a capacidade administrativa é maior em regimes autoritários e aumenta novamente em democracias plenamente consolidadas. Contudo, em níveis intermediários de democracia, a capacidade administrativa tende a cair

Este trabalho disponibiliza integralmente o banco de dados utilizado, assim como todos os scripts computacionais empregados na elaboração da base de dados e na análise dos resultados. Essa prática tem como objetivo promover a transparência científica. A transparência na disponibilização de dados e códigos permite que outros pesquisadores testem as inferências e, caso identifiquem inconsistências ou limitações, contribuam para o aprimoramento das teorias e dos métodos empregados.

Ademais, como argumentam King, Keohane e Verba (1994), o rigor metodológico e a clareza na apresentação dos dados e métodos utilizados são condições indispensáveis para a construção de inferências causais válidas. A replicabilidade, garantida pela publicação aberta dos instrumentos de pesquisa, não apenas reforça a validade dos achados, mas também assegura que o trabalho se insira no quadro mais amplo de colaboração e revisão crítica que caracteriza a ciência. Assim, ao alinhar-se às exigências do falseamento e ao rigor defendido por KKV, este estudo se compromete não apenas com a produção de conhecimento, mas também com sua constante revisão e aprimoramento.

A dissertação está estruturada em seis capítulos, além desta introdução. O primeiro capítulo aborda de maneira histórica, o surgimento dos estudos sobre capacidade estatal. O segundo discute a compreensão do conceito de capacidade estatal no campo da ciência política. O terceiro capítulo, apresenta o que é a revisão sistemática, como também, detalha a metodologia empregada, descrevendo os passos seguidos na revisão sistemática, incluindo os critérios de inclusão e exclusão, os procedimentos de seleção dos trabalhos na área de ciência política e o método de análise utilizado. O quarto capítulo apresenta os resultados da análise realizada. Por fim, o quinto capítulo traz as conclusões da dissertação, sintetizando os principais achados e suas implicações.

### 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como o conceito de capacidade estatal é implementado na ciência política?

### 1.2 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa é compreender como o conceito de capacidade estatal é abordado na ciência política.

## 2 UM NOVO CAMPO DE ESTUDOS: O SURGIMENTO DOS ESTUDOS DE CAPACIDADE ESTATAL.

### 2.1 O PAPEL DO ESTADO MODERNO NO SÉCULO XX

No debate sobre o papel do Estado, Myrdal (1968) argumenta que o Estado não deve ser compreendido apenas como uma entidade administrativa ou jurídica. Ele deve ser visto como um agente político e social indispensável, cuja responsabilidade é criar e sustentar as condições essenciais para o funcionamento equilibrado e justo da sociedade. Ele garante a segurança e a ordem pública, sem os quais nenhuma atividade econômica ou social pode prosperar. Para além disso, o Estado criador das regras do jogo, ao fornecer uma estrutura institucional que permite a operação do mercado, através de sistemas legais, contratos e direitos de propriedade.

A análise sobre qual papel o Estado deve desempenhar em prol do desenvolvimento remonta à década de 1920, notadamente nos trabalhos de Weber e Polanyi. Ambos reconheceram a importância crucial do Estado no contexto do desenvolvimento das economias capitalistas (Block e Evans, 2005). Polanyi [1944] (2000) argumenta que a economia de mercado autorregulada é uma inovação histórica, emergida no final do século XVIII e início do XIX, como resultado da intervenção deliberada do Estado. Ele sustenta que, ao longo da história, as economias estavam integradas a normas sociais e políticas, e que as sociedades frequentemente buscaram proteger-se contra os impactos desestabilizadores dos mercados autorregulação.<sup>2</sup>

Por sua vez, Weber [1922] (1999) argumentou que o capitalismo demanda, para prosperar, um Estado fundamentado em um funcionalismo especializado e em um sistema jurídico racional (Bianchi, 2014). Weber (1999) definiu o Estado como "uma comunidade humana que (com sucesso) reivindica o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um dado território". Essa definição de Weber será central para a ideia de força do estado, no qual é discutido no trabalho mais abaixo, pois enfatiza a capacidade do estado de impor suas leis e políticas de forma eficaz e transparente.

Além disso, ele analisou a burocracia como um modelo organizacional racional e eficaz para o Estado. Embora tenha enfatizado a importância da burocracia na

---

<sup>2</sup> Vale destacar que o autor não nega a existência de mercados em períodos anteriores, mas destaca a especificidade histórica do mercado autorregulado como base para a economia moderna.

administração estatal, seu foco principal residia na legitimidade e na estrutura organizacional do Estado, deixando em segundo plano a capacidade de implementar políticas específicas.

Entre as décadas de 1930 e 1970, o papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e social ganhou destaque, mas é importante notar que a adoção do keynesianismo como abordagem predominante ocorreu de forma gradual e com variações contextuais. Embora Keynes (1936) tenha argumentado que o Estado deveria intervir para estimular a demanda agregada em tempos de crise, sua influência direta foi limitada nos primeiros anos, especialmente fora do contexto britânico e norte-americano.

Segundo Hirschman (1996), a revolução keynesiana foi inicialmente uma resposta às condições econômicas específicas do pós-Grande Depressão e ganhou maior projeção internacional após a Segunda Guerra Mundial. A exportação das ideias keynesianas dos Estados Unidos para outras partes do mundo ocorreu em um contexto de reconstrução econômica e consolidação do Estado de bem-estar social nos países desenvolvidos. Nesse período, as políticas keynesianas se tornaram centrais, promovendo a intervenção estatal por meio de medidas fiscais e monetárias voltadas para o crescimento econômico e a redução do desemprego.

No caso dos países em desenvolvimento, incluindo a América Latina (Hirschman (1996), a aplicação das ideias keynesianas foi adaptada às realidades locais, muitas vezes articulada com estratégias de industrialização por substituição de importações. Assim, a adoção do keynesianismo como paradigma global refletiu não apenas seu sucesso teórico, mas também a capacidade de ser moldado às necessidades de diferentes contextos.

Em contraste, Hayek (1944) defendia um mercado livre com mínima interferência governamental. Ele via o papel do Estado de forma restrita, focando na manutenção da ordem e na proteção da propriedade privada. Sua análise do Estado era mais normativa e filosófica, preocupando-se menos com as capacidades administrativas e implementadoras do Estado. Tais ideias só irão ganhar maior força entre o final dos anos 70 e início dos anos 80.

Autores, a exemplo de Rodan (1943), Nurkse (1953), Hirschman (1958) e Shonfield (1968), defenderam a intervenção estatal na economia, na tentativa de estabelecer políticas ativas com o objetivo de acelerar o crescimento econômico em países

que estivessem atravessando tempos de crises ou fossem considerados atrasados comparativamente a países com a economia mais fortalecida. Segundo Bastos e Britto (2010), o Estado exercia nesse período um papel atuante na introdução dos investimentos ao ofertar ativos, coordenar investimentos e reduzir os riscos desse investimento em setores estratégicos (Peçanha, 2022).

Contudo, nos anos 1980 e 1990, houve uma mudança significativa de perspectiva em relação ao Estado e sua função, marcada por uma crise global das estruturas estatais. Como aponta O'Connor (1977), o capitalismo estatal enfrentava dificuldades intrínsecas devido ao aumento de gastos públicos, especialmente em setores sociais, e à crescente dependência de receitas fiscais instáveis. Essa situação agravou-se com os choques do petróleo na década de 1970, que desencadearam uma crise de liquidez global e intensificaram os debates sobre a eficiência e o papel do Estado na economia.

Nos anos seguintes, conforme destaca Bresser-Pereira (1996), o mundo testemunhou a reafirmação das ideias liberais em grande parte dos países desenvolvidos, culminando na agenda neoliberal que defendia a redução do setor público e o fortalecimento do mercado como principal regulador econômico. Ao mesmo tempo, em algumas regiões da América Latina, houve tentativas de reformular o Estado, buscando uma interpretação mais adequada às especificidades locais e à necessidade de reequilibrar as relações entre setor público e privado.

Nesse contexto, como observa Evans (1993), a intervenção estatal, anteriormente vista como solução para problemas econômicos e sociais, passou a ser encarada como parte do problema, devido às dificuldades em sustentar modelos de bem-estar social e aos desafios fiscais crescentes. Essa transformação no papel do Estado reflete tanto os impactos das crises econômicas quanto a evolução dos paradigmas político-econômicos globais.

Fukuyama (2004) chama atenção que nesse período a redução do porte do setor estatal era o tema dominante da política, devido ao fato de que existia uma variedade de países comunista; além disso países da América Latina, Ásia e África estavam saindo de regimes autoritários, no que foi denominado por Huntington (1991) de “terceira onda” da democratização.

Ainda nessa ideia predominante, no início dos anos 90, diversos economistas acreditavam que os mercados se organizavam por si próprio ou que as instituições iriam

de alguma forma cuidar de si mesmas (Fukuyama, 2004). Aliado a isso, existia o consenso de Washinton que estabeleceu uma lista de medidas de políticas econômicas para os países de esquerda, dentre elas destaca-se a privatização, redução de subsídios etc.

Contudo, o problema que vai surgir para diversos países que adotaram tais medidas é que no processo de redução de sua capacidade estatal, eles reduziram sua força, como também, geraram novas demandas de novos tipos de capacidade (Fukuyama, 2004). Nesse sentido, investimentos em infraestrutura, saúde pública, agricultura e educação declinaram drasticamente. Ao mesmo tempo, subiram gastos nas forças armadas, serviços diplomáticos, gabinete do presidente. Os participantes do consenso de Washington afirmaram que eles tinham sim consciência da importância das instituições, da lei e as reformas administrativas do Estado. Porém, as questões sobre a construção do Estado, a respeito sobretudo da própria capacidade estatal, estavam ausentes nas discussões nos anos 80 e no início dos anos 90.

No final da década de 1990, em um contexto de instabilidade financeira, tornou-se evidente que não existe uma fórmula única para o desenvolvimento econômico. No entanto, consolidou-se a ideia de que a capacidade do Estado em identificar problemas, formular e implementar políticas seria essencial nesse processo (Gomide, 2016). Fukuyama (2004) salienta que houve uma mudança dramática na agenda de desenvolvimento das instituições financeiras internacionais (IFIs).

Este período viu uma ênfase crescente na qualidade institucional e na capacidade estatal como fatores críticos para o desenvolvimento. O relatório do Banco Mundial de 1997, por exemplo, sublinhou a importância da qualidade das instituições, referindo-se à capacidade de governança e de prestação de serviços públicos. Nesse período, a máxima que dominava era de que “as instituições importam” (Soto,1989), na qual, as instituições são a variável crítica no desenvolvimento econômicos dos países (Robinson; Acemoglu, 2000; Easterly,2001; Van de walle,2001).

Evans (1993) esquematiza as diferentes visões do papel do Estado por meio do que ele denomina de “ondas”. A primeira onda consiste na ideia de que o Estado era o principal responsável pela solução do problema do desenvolvimento, sendo ele visto como o principal motor do desenvolvimento econômico e social. A ideia é que o Estado deve liderar a industrialização e a modernização agrícola, especialmente em países em desenvolvimento.

A “segunda onda” é marcada pela teoria da busca e renda e pelo fracasso do Estado em promover o desenvolvimento principalmente em países da África e no Brasil. O Estado nessa visão era concebido como o que Evans (2004) denomina “vigia noturno”, sendo sua atenção primordial em prol das liberdades individuais e econômicas, garantindo os direitos de propriedade.

Já a “terceira onda” é onde o pensamento de Evans e os demais autores de capacidade estatal se inserem. Buscam formular novas perspectivas sobre o papel do Estado, desenvolvendo críticas tanto teóricas quanto históricas à visão anterior. Nota-se que os estudos anteriores tendiam a ver o Estado de forma mais monolítica e centralizada. Já os estudos sobre capacidade estatal reconhecem a complexidade das instituições estatais e as interações entre diferentes órgãos e níveis de governo.

Neste capítulo contextualizamos historicamente o papel do Estado nas estruturas de desenvolvimento econômico e social, bem como os desafios enfrentados pelos agentes estatais em diferentes períodos. Desde os estudos clássicos de Weber, Polanyi e Keynes até as transformações das décadas de 1980 e 1990, observa-se uma evolução no entendimento das funções do Estado. Essas mudanças refletiram crises fiscais, debates sobre a eficiência estatal e a consolidação de novas abordagens, como o neoliberalismo e as reformas administrativas.

Esses eventos, como destacados, culminaram em um questionamento mais profundo sobre as capacidades estatais e sua relevância para os desafios contemporâneos. Foi nesse cenário que surgiu a necessidade de construir uma base teórica e empírica mais robusta, capaz de explicar como diferentes dimensões da capacidade estatal — coercitiva, administrativa e fiscal — interagem e se relacionam com as características sociais e políticas.

É nessa fase de transição de pensamento sobre o papel do Estado, que surge os estudos de capacidade estatal (Cingolani, 2013). Inicialmente, por inspiração de uma tradição weberiana, o uso do conceito de capacidades estatais está ligado a um enfoque administrativo e técnico, com o objetivo de investigar as estruturas organizacionais cuja ausência ou presença é crítica para que os governos cumpram suas tarefas (Evans; Rueschmeyer; Skocpol, 2002).

O segundo capítulo retoma essa trajetória histórica ao explorar como os estudos de capacidade estatal emergem como um campo específico dentro da ciência política.

Este campo não apenas sintetiza conceitos clássicos, mas também amplia o escopo de análise ao incorporar novas dimensões e desafios, que serão analisados ao longo do trabalho. Assim, estabelece-se uma continuidade lógica entre o contexto histórico apresentado no primeiro capítulo e o aprofundamento conceitual que fundamenta os estudos sobre a capacidade estatal no capítulo seguinte.

## 2.2 OS ESTUDOS DE CAPACIDADES ESTATAIS

Historicamente, o surgimento do debate sobre capacidades estatais está fortemente ligado a discussão que amadurece especialmente nos anos 80 sobre o papel do Estado na promoção de desenvolvimento e de qualidade de vida. Nesse contexto, de acordo com Jessop (2001) e Cingolani (2013), a relevância dos estudos sobre o Estado foi reinstalada pela sociologia política através de duas ondas.

A primeira onda tem origem nas teorias neomarxistas, sendo movida pelo impulso de promover uma revisão da abordagem tradicional do Estado diante das transformações que ocorreram no contexto do surgimento do Estado social (Poulantzas, 1974; Miliband, 1969). A segunda onda, afastando-se da abordagem marxista e guiada na tradição weberiana de estudos sobre os Estados Modernos, destaca dois pontos característicos centrais de discussão: “A importância da monopolização do poder coercitivo pela administração central e a formação de quadros de serviço público profissionais, permanentes e insulados” (Cingolani, 2013, p. 4).

Dentro dessa abordagem weberiana, um dos primeiros trabalhos foi apresentado por Tilly (1975), que analisa o papel das guerras na formação dos estados nacionais na Europa Ocidental. Ele examina o desenvolvimento de vários estados europeus, como a França, a Inglaterra e a Prússia, demonstrando como esses estados desenvolveram suas capacidades institucionais através de séculos de conflitos e negociações políticas. O autor define capacidade estatal como a habilidade do estado de controlar seus territórios e populações, organizar a coerção e arrecadar recursos necessários para manter suas operações e se proteger contra ameaças internas e externas.

A inspiração de Tilly (1975) para desenvolver seu conceito de capacidade estatal está profundamente enraizada na análise histórica dos processos de formação do estado

na Europa Ocidental. Ele argumenta que os estados modernos se formaram principalmente através de processos de guerra e preparação para a guerra.

O autor enfatiza três elementos essenciais para formação da capacidade estatal. O primeiro refere-se à capacidade de coerção e a habilidade de travar guerras foram centrais para a formação do estado. Os estados que conseguiam organizar e manter exércitos eficazes, bem como gerenciar os recursos necessários para a guerra, eram mais propensos a sobreviver e se expandir (Tilly, 1975)

O segundo elemento destacado por Tilly (1975) é a capacidade de arrecadar impostos e outros recursos financeiros, componente essencial para a estabilidade estatal. Estados eficientes na coleta de impostos e na redistribuição desses recursos para sustentar suas funções governamentais e militares tendem a ter mais resultados e serem mais resilientes (Tilly, 1975, p. 30-31). Além disso, Tilly argumenta que a criação de uma burocracia eficiente, capaz de administrar as funções do Estado de maneira organizada e racional, é vital para o fortalecimento da capacidade estatal. Isso inclui tarefas fundamentais, como a manutenção da ordem pública, a administração da justiça e a prestação de serviço

Esses elementos refletem a influência da definição do Estado moderno de Weber sobre a visão de Tilly, especialmente na ênfase à centralidade da coerção e da burocracia. A capacidade estatal, nesse sentido, é compreendida como a habilidade do Estado de aplicar suas leis de forma eficaz e consolidar a ordem.

Dando continuidade a essa linha de reflexão, o trabalho de Reeves (1982) marca um dos primeiros esforços sistemáticos para conceituar o que hoje entendemos como capacidade estatal. Reeves amplia o debate ao destacar que o sucesso ou fracasso do Estado na formulação e implementação de políticas públicas está intrinsecamente ligado às suas estruturas institucionais e às redes sociais que as sustentam. Assim, enquanto Tilly foca na coerção e na burocracia como pilares centrais da capacidade estatal, Reeves chama a atenção para a importância de elementos mais amplos, como a articulação institucional e social, que podem fortalecer.

Um ponto central em sua obra é que Reeves (1982) aborda a distinção entre a capacidade despótica (a habilidade do Estado de impor suas decisões à sociedade) e a capacidade de infraestrutura (a habilidade do Estado de penetrar em seu território e

implementar políticas). Ele argumenta que ambos os tipos de capacidade são essenciais para o sucesso estatal.

Ainda numa inspiração weberiana, os trabalhos de Skocpol analisam o papel dos Estados numa análise comparativa. Skocpol (1985) sintetiza duas perspectivas complementares para se analisar o Estado. A primeira refere-se a Weber e Hintze, em que os dois pensam o Estado como uma organização que possui uma estrutura institucional e está imerso nas relações sociais e transnacionais que moldam a forma do governo agir. Nessa visão, o Estado é percebido como um ator independente (Peçanha, 2022). A segunda é de Tocqueville, que permite analisar o impacto das ações do Estado e como fatores macroscópicos influenciam na formação e fortalecimentos de certos grupos políticos. É nessa visão de Tocqueville que Skocpol (1985) indica a necessidade de observar o impacto direto e indireto das ações do Estado em grupos sociais.

Skocpol (1979), enquanto desenvolve suas teorias da revolução e da autonomia do Estado, realizando uma análise comparativa da França, Rússia e China, traz uma contribuição ao debate do Estado antes mesmo do tema das capacidades estatais se colocar, quando ilustra que o Estado desempenha um papel fundamental na eclosão das revoluções nesses três países. Seu estudo demonstra que as estruturas estatais existentes afetam a natureza das revoluções, e que, conseqüentemente, moldam os processos históricos de formação do próprio Estado (Skocpol, 1979; Cingolani, 2013).

É dentro desse estudo que Skocpol (1979) compreende capacidade estatal em termos da habilidade das organizações estatais de implementar políticas de forma eficaz, manter a ordem e gerenciar recursos. Seu trabalho se baseia nas ideias weberianas de administração burocrática e autonomia estatal. O que ela irá acrescentar, diferentemente de Tilly (1975), é a noção da implementação das políticas públicas de forma eficaz. A noção de coerção está presente nos dois, porém o que Skocpol (1979) acrescenta é que capacidade estatal não é apenas uma função do poder coercitivo, mas também envolve as capacidades administrativas e institucionais para governar de forma eficaz.

Skocpol (1985) examina outros elementos sobre capacidade estatal. Ao examinar análise histórica e comparativa de Estados em diferentes contextos sociopolíticos, a autora percebe que a capacidade do estado está intimamente ligada à autonomia do estado, que é a habilidade de formular objetivos independentes das demandas de grupos sociais. Skocpol (1985) sugere que a capacidade do estado é determinada por fatores como

recursos financeiros, lealdade e competência dos funcionários, e a integridade administrativa e militar do território.

Outro ponto importante é que a capacidade estatal pode variar significativamente entre diferentes áreas de política dentro de um mesmo estado. Por exemplo, um Estado pode ter grande capacidade de intervenção em uma área como a agricultura, mas ser relativamente ineficaz em outras áreas, como a saúde pública. Essa variação reflete a distribuição desigual de recursos e competências organizacionais, bem como a influência de políticas e estruturas históricas anteriores (Skocpol, 1985, p.20)

Além disso, a capacidade do estado é influenciada pelo contexto histórico e transnacional, incluindo relações geopolíticas, comunicação internacional de ideias e modelos de políticas públicas, e padrões econômicos globais. Esses fatores externos moldam as condições sob as quais os estados operam e afetam sua capacidade de implementar políticas.

Com a evolução do tema, a compreensão do conceito de capacidades estatais sofre transformações à medida que avança nas áreas da ciência política, economia política e sociologia. Levi (1988) aborda as capacidades estatais como o fornecimento de bens coletivos e o aumento da receita. Ela segue a linha de pensamento de Tilly (1975) ao estudar os determinantes de capacidade social, porém, Levi (1988) vai em direção a uma abordagem da escolha racional, no momento que afirma que os trabalhadores têm interesses próprios e maximizam as receitas durante todo seu mandato.

Autora propõe um modelo em que os governantes são vistos como predadores que tentam extrair o máximo de receita possível da população. No entanto, esses governantes operam dentro de restrições que incluem o poder de negociação relativo, os custos de transação e as taxas de desconto. Esses fatores determinam a eficácia das políticas de produção de receitas e como os governantes podem modificar essas políticas ao longo do tempo para maximizar a receita do estado

Em contraste com a visão estatista, Migdal (1988) possui uma perspectiva focada na sociedade, ao entender que o desenvolvimento do Estado é determinado pelos tipos de estruturas sociais que procura regular. Ele defende que as sociedades fortes afetam a capacidade do Estado de atingir seus objetivos, já que conseguiriam resistir as suas intervenções (Aguiar; Lima, 2019; Cingolani, 2013).

O autor define capacidades estatais como “a habilidade dos líderes do Estado de usar suas agências para induzir as pessoas na sociedade a fazer o que eles desejam que elas façam” (Migdal,1988).O autor faz uso de uma dicotomia entre Estados fortes e Estados fracos: o primeiro refere-se aos Estados com capacidades elevadas de executar as tarefas de extrair recursos, de regular relações sociais e de penetração do território; já Estados fracos são aqueles que são incapazes de executar tais tarefas.

Migdal (1988) inova na análise sobre capacidade estatal, ao trazer a ideia de conflito, ao explorar como as interações e os conflitos entre o estado e as organizações sociais influenciam a capacidade estatal. Ele observa que em muitos países do Terceiro Mundo, Estados tentam implementar políticas e exercer controle, mas são frequentemente desafiados por instituições sociais locais poderosas, como clãs, tribos, comunidades religiosas e movimentos sociais. Essas instituições competem com o estado pela lealdade das pessoas e pela autoridade sobre recursos e decisões.

Ao abordar influência da capacidade estatal na implementação de políticas públicas, com foco na distribuição de indústrias durante a Segunda Guerra Mundial no contexto britânico, Heim (1988), destaca como eventos históricos, como guerras, podem fortalecer departamentos governamentais específicos, influenciando a capacidade do Estado de promover e executar políticas, incluindo a distribuição de indústrias. A capacidade estatal é analisada em relação à capacidade de superar conflitos internos e prioridades divergentes entre diferentes departamentos governamentais.

Seguindo uma linha de análise voltado a questão do poder em termos de rede de influência múltiplas, Mann (1993) contribui para o tema das capacidades estatais com a introdução de novos conceitos para o campo. Mann (1993), ao explorar as fontes do poder social, define elas em quatro: ideológica, econômica, militar e política; sendo esta última domínio do Estado. Ele entende que o Estado possui dois tipos de poder: o poder despótico, que é aquele de impor mandados à sociedade, e o poder de infraestrutura, que é a capacidade institucional do Estado central de penetrar em seus territórios e implementar decisões.

Por outro lado, Evans (1993) trabalha com a ideia de autonomia inserida, elaborado a partir da ideia de autonomia já apresentada em trabalho escrito anteriormente em coautoria com Skocpol e Rueschemeyer (1985). O conceito de autonomia inserida é

a combinação da coesão interna com a articulação externa do Estado, como fatores essenciais para transformação industrial.

Ela é definida como “uma combinação aparentemente contraditória entre isolamento burocrático weberiano e inserção intensa na estrutura social circundante.” (Evans, 1993, p.122). O conceito é dividido em duas características: sua organização interna e sua conexão com a sociedade. Um estado com autonomia inserida é capaz de formular e implementar políticas de desenvolvimento econômico eficazes, porque mantém a autonomia suficiente para evitar a captura por interesses particulares, mas também está suficientemente inserido na sociedade para obter informações e apoio necessários.

Já numa abordagem sobre o papel das instituições sobre a capacidade estatal, Geddes [1996] (2023) debate sobre como as instituições políticas moldam os incentivos políticos para desenvolverem competência administrativa na América Latina (Cingolani,2013). Ela compreende capacidade estatal como a habilidade do Estado de implementar políticas eficazes, maximizar receitas e manter a ordem pública, mesmo em face de resistência política interna e desafios econômicos. Geddes (2023) argumenta que a competência administrativa é crucial para a eficácia do governo e, por isso, os políticos precisam equilibrar a distribuição de recursos de patronagem com a necessidade de construir uma burocracia competente.

Ela identifica alguns fatores que influenciam esses incentivos, a exemplo das pressões eleitorais e da patronagem. Em democracias, os legisladores frequentemente dependem de redes de clientelismo para garantir a reeleição. Isso cria um incentivo para priorizar a distribuição de benefícios particularistas (patronagem) em vez de implementar reformas administrativas que poderiam melhorar a eficiência e a justiça dos serviços públicos. Vale atenta-se que na visão da autora, o Estado é entendido como um conjunto de indivíduos racionais que agem de acordo com incentivos e interesses próprios. Esta visão implica que o estado não é uma entidade monolítica, mas sim um coletivo de atores com diferentes capacidades, intenções e preferências. Os líderes políticos e burocratas são vistos como agentes racionais que buscam maximizar seu sucesso profissional e político.

Ainda nessa abordagem institucional, destaca-se o trabalho de Jenkins e Smith (2001) que analisam a capacidade estatal nos sistemas habitacionais na África do Sul e

Costa Rica, destacando a importância do equilíbrio entre estado, mercado e sociedade. Capacidade estatal para os autores está na habilidade de estabelecer e manter funções institucionais, técnicas, administrativas e políticas eficazes.

O trabalho de Lindenberg (1999) por outro lado, argumenta que a capacidade estatal está em declínio, levando a um aumento da importância de organizações não governamentais (ONGs) na prestação de serviços humanitários e de desenvolvimento. Isso ocorre devido a cortes orçamentários, privatização de serviços e crises econômicas que impactam a capacidade dos governos de atender às necessidades da população, resultando em um papel expandido das ONGs na cena global. O autor entende que capacidade estatal se refere à habilidade e recursos que um governo possui para cumprir suas funções e responsabilidades, como fornecer serviços públicos, garantir segurança e promover o bem-estar da população.

Os primeiros trabalhos sobre capacidade estatal, desde o final dos anos 70 até o fim dos anos 90, basearam-se substancialmente no conceito de Weber (1996) sobre o Estado moderno e sua ideia de burocracia. É o que afirma Souza (2024), que os conceitos de capacidade estatal já aqui citados são de inspiração weberiana e sintetizam o conceito como a capacidade dos governos de decidir, formular e implementar políticas públicas. Segundo Souza (2024), todas essas definições de capacidade estatal destacam sua importância para o sucesso ou fracasso das políticas públicas. No que diz respeito a implementação de políticas públicas, Fukuyama (2004) introduz o conceito de força, referindo-se à capacidade do Estado de aplicar políticas e leis.

Tilly (1975) compreende a capacidade estatal em termos de coesão do Estado na arrecadação de impostos da população. Seguindo essa mesma linha de inspiração, Levi (1988) aborda as capacidades estatais como a habilidade de fornecer bens coletivos e aumentar a receita. Skocpol (1989), por sua vez, compreende o Estado sob uma perspectiva weberiana, vendo-o como uma organização com uma estrutura institucional inserida nas relações sociais que a moldam. Midgal (1989) também segue essa influência de Weber ao entender a capacidade estatal como a habilidade dos líderes de levar as pessoas na sociedade a fazer o que eles desejam, demonstrando uma característica de coesão.

A respeito do que foi citado sobre Fukuyama (2004), vale destacar uma importante contribuição que autor traz para o entendimento de capacidade estatal. Fukuyama enfatiza

que a capacidade do estado é essencial para a eficácia governamental. Entretanto, o autor argumenta que uma confusão comum na compreensão do papel do estado é a tendência de usar o termo "força" de maneira indistinta para se referir tanto ao escopo quanto à capacidade institucional.

O escopo do estado refere-se às diferentes funções e objetivos que os governos assumem. Isso pode variar de funções essenciais e necessárias, como defesa e manutenção da ordem pública, até funções mais amplas e complexas, como a regulação econômica e a provisão de serviços sociais abrangentes.

A força do estado, por outro lado, refere-se à capacidade institucional do estado de planejar e executar políticas e de impor leis de maneira eficaz e transparente. Isso inclui a capacidade de formular e implementar políticas, administrar eficientemente, controlar a corrupção, manter um alto nível de transparência e responsabilização, e, o mais importante, aplicar as leis. Fukuyama (2004) enfatiza que a força do estado é fundamental para o desenvolvimento econômico e a eficácia governamental, independentemente do escopo das atividades do estado.

Por fim, o autor destaca que a eficácia de um estado não depende apenas da amplitude de suas funções (escopo), mas principalmente de sua capacidade de executar essas funções de maneira eficiente e transparente (força). Esta distinção é fundamental para entender por que alguns estados com amplos escopos funcionam bem, enquanto outros com funções limitadas podem ser altamente ineficazes. A questão que segue no texto agora é de que maneira os trabalhos de capacidade estatal a partir do século XXI ainda permanecem ou não com essa confusão de entendimento.

### 2.3 O ENTENDIMENTO MUDOU? OS ESTUDOS SOBRE CAPACIDADE ESTATAL DO SÉCULO XXI E SEU AUMENTO ELEVADO A PARTIR DE 2010.

De acordo com Pires e Gomide (2016), a passagem do século XX para o século XXI introduziu novas formas de organização estatal e apresentou alterações nas relações entre Estado e mercado<sup>3</sup>. Tais mudanças contribuíram com o surgimento de uma nova

---

<sup>3</sup> Deslocamento da governança, ou seja, valoriza menos a centralização hierárquica do Estado e mais a interação em redes e a inclusão de múltiplos atores nos processos de formulação e implementação de políticas públicas. Além disso, o Estado passou de executor para regulador, como também, mecanismos de participação social, como conselhos e audiências públicas, que ampliam a legitimidade e eficácia das políticas públicas.

perspectiva para os estudos sobre capacidades estatais ao aplicar o conceito de governança e, conseqüentemente, com a incorporação da dimensão política às pesquisas. Essa perspectiva foi adotada por Painter e Pierre (2005) ao definirem o conceito de capacidades governativas, compreendendo-as como as habilidades dos governos para fazer escolhas e definir estratégias para alocação de recursos, a fim de atingir os objetivos políticos e mobilizar apoio da sociedade para suas ações (Gomide; Perreira, Machado, 2018).

Ainda no início do século, Fredericksen e London (2000) discutem como a capacidade organizacional das organizações de desenvolvimento comunitário (CBDOs) auxiliam na implementação de projetos de habitação acessível. É dentro desse contexto, que para os autores, a questão da capacidade estatal não está interlaçada a figura do Estado, mas sim entendem por "capacidade estatal" a habilidade das organizações comunitárias de desenvolvimento (CBDOs) de administrar e sustentar operações, especialmente no contexto de implementação de políticas e prestação de serviços.

Ao analisar a política agrícola francesa entre 1960 e 2000, Coleman e Chiasson (2002) investigaram como o poder estatal e a capacidade transformadora permitiram à França se adaptar e, em algumas ocasiões, resistir à globalização. Eles destacam a agricultura como um elemento central de sua obra, pois é fundamental na economia, política e cultura francesa. Durante esse período, a agricultura passou por um processo de modernização sob a tutela do Estado, que coordenou diversas políticas para aumentar a produtividade e a eficiência, ao mesmo tempo em que enfrentava pressões liberalizadoras no cenário internacional.

Ao invés do termo de capacidade estatal, usam o conceito de capacidade transformadora, referindo a habilidade do Estado em coordenar mudanças industriais para enfrentar a competição internacional, e utilizado para explicar por que alguns estados conseguem se adaptar melhor às mudanças globais do que outros.

Schwartz (2003) vai no sentido de examinar a questão da capacidade estatal no caso chinês, especificamente como a capacidade estatal influencia a aplicação de políticas ambientais na China. O estudo examina a eficácia da implementação de políticas ambientais em dez províncias representativas. O autor utiliza-se do conceito de Skocpol (1990), que se refere à habilidade dos estados em implementar objetivos oficiais, especialmente diante da oposição de grupos sociais poderosos ou em circunstâncias

econômicas difíceis. Porém, os trabalhos de Geddes (1994), Hao e Lin (1994) e Migdal (1988), ajudaram a desenvolver componentes específicos da capacidade estatal que podem ser traduzidos em operações empíricas rigorosas.

Para o autor, no contexto chinês, a capacidade estatal é dividida em três componentes: 1) Capital Humano: Nível técnico e gerencial dos indivíduos dentro do estado; 2) Força Fiscal: Capacidade financeira do estado ou de um componente específico do estado; 3) Alcance/Responsividade: Grau de sucesso do estado em estender sua ideologia e estruturas sociopolíticas por toda a sociedade e a responsividade dessas estruturas às necessidades locais.

Nota-se que os estudos discutidos até agora sobre capacidade estatal, ou que utilizam esse conceito, o abordam em uma única dimensão, principalmente focando na implementação de políticas públicas e coesão social. Em contraste, Schwartz (2003) amplia essa perspectiva ao considerar as dimensões burocrática, fiscal e política. Além disso, Cummings e Norgaard (2002) propõem uma abordagem mais abrangente da capacidade estatal, identificando quatro dimensões essenciais:"

1. **Capacidade Política:** Refere-se à capacidade de um governo de projetar e implementar políticas que atendam às preocupações genuínas da sociedade.
2. **Capacidade Técnica (Eficiência):** Diz respeito à habilidade da administração estatal, por meio de seus recursos ou relações institucionalizadas com entidades externas, de projetar políticas coerentes, viáveis e exequíveis.
3. **Capacidade Administrativa (Eficiência):** Mede a capacidade de implementar as políticas escolhidas, estabelecendo instituições com recursos e competências para projetar e implementar políticas selecionadas.
4. **Capacidade Ideacional:** Considerada a mais incomum, aborda como as ideias, percepções e fatores discursivos influenciam a capacidade do estado, complementando explicações baseadas em interesses materiais e racionalidade.

Essa quarta dimensão foi pensada pelos autores pelo fato de que agência e estrutura fornecem explicações incompletas para a capacidade estatal. Elas devem ser complementadas por ideias.

Não somente a capacidade estatal passou a ser pensada em questão de múltiplas dimensões, como também tem seu conceito relacionado a outros temas de

estudos já mais consagrados dentro da ciência política, sociologia e economia. A exemplo do estudo de Englehart (2005) que analisa a falha do Estado e a falha democrática em Mianmar, destacando a importância da capacidade do estado em ceder poder e a necessidade de programas de capacitação burocrática para promover a transição democrática no país.

Back e Hadenius (2008) investigam de que maneira a democracia está relacionada à capacidade estatal. Os autores examinam a hipótese de que a relação entre esses dois fatores não é linear, mas sim em forma de J. Isso significa que tanto regimes autocráticos quanto democracias plenas tendem a ter uma capacidade estatal relativamente alta, enquanto os regimes híbridos (aqueles que estão em transição entre autocracia e democracia) apresentam uma capacidade estatal mais baixa.

Besley e Persson (2008, 2009, 2010) também exploram a capacidade do Estado, porém, realizando uma série de estudos para desvendar seus determinantes. Em Besley e Persson (2008), eles investigam como diferentes tipos de conflitos armados moldam a situação fiscal. Utilizando o conceito de capacidade estatal de Tilly (1975), entendido como a capacidade do Estado de arrecadar receitas provenientes de impostos, concluem que as guerras civis levam a menores investimentos na capacidade fiscal, enquanto a perspectiva de guerra externa geralmente resulta em maiores investimentos.

Em seguida, Besley e Persson (2009) se preocupam em examinar as origens da capacidade estatal e seu impacto sobre a economia e a política. Os autores propõem um modelo em que as escolhas de políticas em regulamentação de mercado e tributação são limitadas por investimentos passados em capacidade legal e fiscal. Para atingir seus objetivos, entendem capacidade estatal em duas dimensões principais: capacidade fiscal, que é a habilidade do Estado em arrecadar impostos, e capacidade legal, que é a habilidade do Estado em proteger direitos de propriedade e fazer cumprir contratos.

Para mensurar a capacidade legal, os autores optaram por três variáveis: 1) Desenvolvimento financeiro: medido pela proporção de crédito privado em relação ao PIB; 2) Acesso ao crédito: classificação do país em termos de facilidade de acesso ao crédito; 3) Proteção ao investidor: classificação do país em termos de proteção ao

investidor. Já a capacidade fiscal é avaliada através da estrutura tributária e da habilidade do estado em arrecadar impostos de maneira eficaz.

Por fim, Besley e Persson (2010) expandem o escopo do trabalho anterior, para incluir na análise da relação de desenvolvimento econômico, capacidade de arrecadação de imposto (capacidade fiscal) com capacidade estatal, a ideia de conflitos internos e externos, instabilidade política, dependência de recursos, e como estes influenciam a capacidade estatal e o desenvolvimento econômico. O achado dos autores é que a falta de capacidades estatais é um fator chave para a fraqueza dos estados. Conflitos internos e externos, instabilidade política e dependência de recursos naturais afetam negativamente a construção do estado e o desenvolvimento econômico. Capacidades fiscais e legais são complementares e tendem a se desenvolver juntas.

A relação de capacidade estatal e conflito também é explorada por Thies (2010) e Braithwaite (2010) numa perceptiva de examinar a influência de capacidade estatal como controle de conflitos internos e externos. Thies (2010) tem o objetivo analisar a relação entre a construção do Estado e a rivalidade interestatal e intraestatal em países em desenvolvimento pós-coloniais, cobrindo o período de 1975 a 2000. Ela insere a questão de capacidade estatal, pois parte da premissa de que a capacidade de um Estado de arrecadar receitas e fornecer serviços públicos é fundamental para sua legitimidade e eficácia. Thies (2010) argumenta que estados com maior capacidade de extrair recursos têm mais sucesso em construir instituições fortes e enfrentar rivalidades internas e externas.

Por sua vez, Braithwaite (2010) investiga de que maneira a capacidade estatal influencia a propagação de conflitos civis entre países vizinhos, a relação entre a capacidade do Estado em resistir à infecção de conflitos e a probabilidade de contágio de conflitos civis. Para o autor, a capacidade estatal refere-se à habilidade do governo de controlar e extrair recursos, adaptar-se e responder a crises inesperadas.

Nesse estudo, a variável dependente é a probabilidade de um novo conflito civil ocorrer em um determinado país. As variáveis independentes incluem a presença de conflitos em países vizinhos, a capacidade estatal do país, fatores econômicos como PIB per capita e PIB dos vizinhos, características políticas como democracia, tamanho da população e variáveis de controle como anos desde a Guerra Fria e anos

de paz. A análise visa entender como esses diferentes fatores interagem e influenciam a propensão de um país a experimentar conflitos civis, destacando a importância da capacidade estatal na prevenção da propagação de conflitos. O autor conclui a capacidade estatal, medida pela capacidade de extração política relativa, influencia a probabilidade de contágio de conflitos, mostrando que Estados com maior capacidade têm menor probabilidade de serem afetados por conflitos em países vizinhos.

A partir de 2010, como demonstrado no gráfico 1 os estudos sobre capacidade estatal tiveram um aumento substancial. De 1980 até 2009, foram publicados 36 artigos sobre capacidade estatal<sup>4</sup>. Em comparação, a partir de 2010, foram produzidos 159 trabalhos, seja centralizando a questão da capacidade estatal ou abordando-a tangencialmente. Isso demonstra como o tema da capacidade estatal ganhou mais relevância nos últimos anos.

Diante desses números, os estudos desenvolvidos a partir do início de 2010 exploram temas como corrupção, guerra civil, violência, democracia, autoritarismo, bem como trabalhos que questionam como o conceito de capacidade estatal está sendo pensado e medido (Hendrix, 2010; Savoia; Sem, 2015; Knutsen, 2013; Rossignoli, 2016). Esses temas serão detalhados no próximo capítulo, que trata do conceito de capacidade estatal e suas aplicações.

O propósito deste capítulo foi situar os estudos sobre capacidade estatal, contextualizando-os historicamente, desde estudos clássicos sobre o papel do Estado moderno no século XX, como os de Weber e Polanyi, que relacionam o Estado ao desenvolvimento do capitalismo, até a crise dos anos 80 e o papel do Estado no desenvolvimento econômico. Destaca-se que os primeiros estudos não visavam criar um tema de pesquisa específico, mas foram fundamentais para desenvolvimentos posteriores, especialmente após 2000. O próximo capítulo abordará a evolução do conceito de capacidade estatal até os estudos mais recentes.

---

<sup>4</sup>O número posto no trabalho refere-se aos trabalhos incluídos na revisão sistemática realizada, portanto, tal número contém alguns filtros aplicados para chegar a esse resultado. Para mais informações, ler o capítulo sobre análise dos resultados.

### 3 CAPACIDADE ESTATAL E SUAS MULTIPLAS DIMENSÕES

#### 3.1 CAPACIDADE ESTATAL COMO UM CONCEITO MULTIDIMENSIONAL

Conforme destacado por Lima e Aguiar (2019), as diversas formas de conceituar a capacidade estatal resultaram em uma multifacetada compreensão, que abrange uma ampla gama de dimensões. Embora esse entendimento tenha se consolidado principalmente a partir dos anos 2000, foi Mann (1993) quem inicialmente trouxe à tona a complexidade dos aspectos múltiplos que envolvem a capacidade estatal, identificando quatro fontes fundamentais de poder social: ideológica, econômica, militar e política.

Com o desenvolvimento das pesquisas sobre o tema, autores como Besley e Persson (2008), Bäck e Hadenius (2008), Gomide (2016), e Marengo, Strohschoen e Joner (2017), passaram a considerar a capacidade estatal como um conhecimento intrinsecamente multidimensional. Não se limita a um único aspecto; pelo contrário, envolve componentes coercitivos, extrativos e administrativos, que estão interligados e são essenciais para que o Estado possa exercer as suas funções básicas de forma eficaz.

Hendrix (2010) corrobora essa visão ao argumentar que a capacidade estatal se desdobra em várias dimensões interconectadas, cada uma desempenhando um papel crucial no funcionamento do Estado e influenciando diretamente a ocorrência de conflitos civis. Ele propõe uma definição que abarca três dimensões principais: a capacidade militar, a capacidade burocrática-administrativa e a coerência e qualidade das instituições políticas. Hendrix enfatiza que, para compreender plenamente a capacidade estatal, é necessário decompor o conceito em suas múltiplas dimensões, uma vez que cada uma delas desempenha uma função distinta, porém interdependente, no desempenho das funções estatais:

- **Capacidade militar** refere-se ao poder do Estado para reprimir rebeliões e proteger seu território.
- **Capacidade burocrática/administrativa** diz respeito à capacidade do Estado de administrar seus recursos, fornecer serviços e implementar políticas públicas de maneira eficaz.
- **A qualidade e coerência das instituições políticas** está relacionada à estabilidade e eficácia das instituições para acomodar demandas políticas e evitar conflitos.

Hendrix destaca que, embora haja uma baixa dimensionalidade no conceito de capacidade estatal (três fatores explicam 90% da variância nas medidas), essas dimensões não se alinham perfeitamente às categorias teóricas tradicionais. Ele propõe, então, um modelo multivariado que leva em conta essas várias facetas, indicando que os pesquisadores devem focar nas qualidades da burocracia e na capacidade de geração de receita ao estudar a capacidade estatal.

Cingolani (2013) também explora o conceito de capacidade estatal em sua natureza multidimensional, apontando que ele se expandiu ao longo do tempo, ramificando-se em diversas disciplinas e abordagens temáticas. A autora identifica sete dimensões teóricas usadas para descrever a capacidade estatal: coercitiva, fiscal, administrativa, transformativa/industrializadora, relacional/territorial, legal e política. O argumento central de Cingolani é que a capacidade estatal não pode ser compreendida de forma unidimensional, exigindo uma análise mais matizada e contextual. Isso se dá porque essas diferentes capacidades podem coexistir em diferentes graus dentro de um mesmo Estado

Além disso, a autora ressalta a relação entre essas dimensões e o desenvolvimento econômico, evidenciando que o conceito de capacidade estatal foi ampliado para incluir sua eficácia na promoção do crescimento e da estabilidade social. Assim, a capacidade estatal não apenas se vincula ao exercício do poder coercitivo, mas também à capacidade de promoção do desenvolvimento econômico.

No mesmo campo de análise da capacidade estatal como características multidimensionais, Hanson e Sigman (2021) oferecem uma abordagem sistemática para medir essa capacidade, também reconhecendo sua natureza complexa. Os autores defendem que as três dimensões principais – capacidade extrativa, capacidade coercitiva e capacidade administrativa – são interdependentes e formam a base essencial para o conceito de capacidade estatal.

Cada uma dessas dimensões é fundamental para o desempenho das funções centrais do Estado, como a manutenção da ordem interna, a provisão de infraestrutura básica e a arrecadação de receitas. Ao mesmo tempo, Hanson e Sigman argumentam que essas dimensões não operam isoladamente; pelo contrário, elas se reforçam mutuamente. Essa interdependência sugere que a capacidade estatal deve ser compreendida como um conceito latente, resultante da interação contínua entre essas.

Porém, essa proliferação de conceitos de capacidade estatal, pode causar o desafio de uma ausência de consenso em torno de uma definição única e amplamente aceita de capacidade estatal. Essa diversidade de interpretações é caracterizada como um "conceito essencialmente contestado" (Gallie, 1956), e vai além, envolvendo variações nos meios de observação e propósitos no uso do conceito (Kocher, 2010).

De forma semelhante, Cingolani (2013) descreve como o conceito, originalmente limitado a dimensões específicas, se “ramificou” para abranger um número crescente de subdimensões. Este processo de expansão, embora tenha ampliado o alcance do conceito, também gerou problemas de “validade do construto” e “diluição do conceito”. Segundo Cingolani, (2013), essa diluição resulta na confusão entre capacidade estatal e outros conceitos correlatos, como governança e Estado de direito. Ela ainda aponta que há uma tendência de “alongar” o conceito de forma que ele abarque mais dimensões do que pode sustentar teoricamente.

Gomide, Pereira e Machado (2017) destacam a diversidade de termos e a dificuldade de entendimento do conceito de capacidade estatal. Eles defendem a importância de definir indicadores alinhados à ontologia teórica do conceito, oferecendo elementos empíricos para sua mensuração. Adicionalmente, alertam para a possibilidade de confusão ao utilizar o conceito de capacidade estatal tanto para explicar causas quanto resultados de fenômenos, potencialmente entrando em uma argumentação circular. Portanto, é crucial estabelecer limites claros entre variáveis dependentes e independentes no contexto das capacidades estatais.

Não somente na questão da imprecisão conceitual, mas como Gomide, Pereira e Machado (2017) salientam, esse problema pode refletir na questão da formulação dos indicadores já criados. Cingolani (2013) também comenta sobre esse impasse, ao dizer que este excesso de ramificações dificulta a identificação de qual aspecto da capacidade estatal está realmente em análise e impede que se crie uma medida precisa e válida que capture adequadamente a capacidade estatal.

Hanson e Sigman (2021), por sua vez, enfatizam a dificuldade que os estudiosos enfrentam ao tentar medir a capacidade estatal devido à sua natureza multidimensional. Eles apontam que o problema surge, em grande parte, pela ausência de uma definição clara e consensual sobre quais dimensões são essenciais para compor a capacidade estatal. Muitas pesquisas tendem a selecionar apenas as dimensões que são relevantes para um

estudo específico, o que pode gerar medidas incompletas e inadequadas para comparar com outros trabalhos. Por exemplo, alguns estudos enfatizam a capacidade de coerção (como o monopólio do uso legítimo da força), enquanto outros focam mais na capacidade administrativa ou na capacidade extrativa. O resultado é uma miríade de abordagens fragmentadas que não capturam de forma unificada o conceito mais amplo de capacidade estatal (Hanson e Sigman, 2021).

Os autores também alertam para o fato de que as diferentes dimensões da capacidade estatal nem sempre podem ser medidas de forma independente, pois elas são interdependentes e mutuamente reforçadas. Hanson e Sigman utilizam o exemplo da capacidade de arrecadar impostos: embora essa seja uma função extrativa, ela depende de uma forte capacidade administrativa para ser implementada e de uma força coercitiva suficiente para garantir o cumprimento das obrigações fiscais.

O debate sobre a compreensão do conceito de capacidade estatal apresenta um desafio significativo para os pesquisadores, especialmente diante de sua ramificação e da possível confusão com temas correlatos. A multiplicidade de dimensões que caracterizam a capacidade estatal pode, em alguns casos, gerar sobreposição com outros conceitos, dificultando a sua distinção clara. Além disso, ao buscar mensurar essa capacidade, torna-se essencial reconhecer que suas diferentes dimensões estão profundamente interligadas e se reforçam mutuamente, o que acrescenta uma camada de complexidade à tarefa de operacionalizá-la de maneira abrangente e precisa.

Apesar dessas dificuldades conceituais e metodológicas, o conceito de capacidade estatal tem sido operacionalizado de diversas formas ao longo do tempo. Mesmo com as críticas e reformulações propostas pelos autores, é importante conhecer, ainda que de forma sintética, as diferentes abordagens e métodos empregados para medir as capacidades estatais.

### 3.2 INDICADORES PARA MENSURAÇÃO DE CAPACIDADE ESTATAL

Com o aumento das pesquisas sobre capacidade estatal, o conceito passou a ser operacionalizado de diversas maneiras, com os estudiosos adotando uma variedade de medidas e proxies. Cingolani (2013) revisa cerca de 27 estudos voltados para a mensuração da capacidade estatal, destacando o trabalho pioneiro de Geddes (1994), uma das precursoras na exploração de formas de mensurar essa capacidade. Geddes propõe o uso de um índice baseado na estratégia de nomeação, um indicador composto que avalia

se os critérios para nomeações executivas são fundamentados em camadas partidárias ou em competências técnicas.

Centeno (2002), parte de uma dimensão infraestrutural, ao mensurar capacidade estatal baseado na data do primeiro Censo Nacional e Densidade ferroviária em 1990. Kocher (2010) elabora sua mensuração com uma variedade maior de variáveis, sendo eles: o poder do exército, burocracia profissional, capacidade de riqueza e tributação, redes rodoviárias e restrições do regime.

A diversidade de abordagens é evidente, com estudos utilizando medidas que vão desde o Índice de Percepção de Corrupção da Transparência Internacional (como em Englehart, 2009), até proxies puramente observacionais, como a expectativa de vida (Derouen e Bercovitch, 2008) e o PIB per capita (Fearon e Laitin, 2003). Além disso, há índices que se baseiam em uma compreensão mais abrangente, levando em conta múltiplas dimensões da capacidade estatal (Cingolani, 2013). Souza (2024, p.14) argumenta que o conceito de capacidade estatal é essencialmente multidimensional, incluindo componentes políticos, institucionais, administrativos e técnicos.

Entre os principais índices, destaca-se o *Quality of Government Index* (QoG), que utiliza dados do *International Country Risk Guide* (ICRG) do PRS Group (2018), com foco em indicadores como burocracia, qualidade, corrupção e lei e ordem. Outro índice amplamente referenciado é o Índice de Capacidade Estatal (IHS) desenvolvido por Hanson e Sigman (2013), que mensura três dimensões consideradas essenciais para o funcionamento dos Estados contemporâneos: capacidade extrativa, capacidade coercitiva e capacidade administrativa. Curiosamente, esse índice se tornou rapidamente um dos mais populares em estudos comparativos transnacionais (Vanccaro, 2023).

Cingolani (2013) se esforça para criar um quadro de medidas da capacidade estatal, classificando os estudos em três abordagens distintas. A primeira se refere a uma abordagem genérica, que utiliza uma única variável como proxy da capacidade estatal. Segundo Aguiar e Lima (2019), essa categoria também abrangeria estudos que não se enquadravam nas demais abordagens. A segunda abordagem foca em um único aspecto da capacidade estatal, como a dimensão burocrática, política ou outra específica. A terceira abordagem considera a capacidade estatal como uma característica multidimensional, o que requer o uso de indicadores compostos ou agregados (Aguiar e

Lima, 2019). A seguir, um quadro sintético relacionado às principais medidas de capacidade estatal e suas respectivas abordagens.

Quadro 1 - Abordagens dos indicadores de capacidade estatal

Abordagens	Autor(es)	Medidas de capacidade estatal
Genérica	Bockstette, Chanda e Puttermann (2002)	<i>Statehist5</i> : Índice de Antiguidade Estatal
	Fearon e Laitin (2003)	Log do PIB per capita
	Hamm e King (2010)	Taxa de homicídios
Foco em apenas um aspecto da capacidade estatal	Evans e Rauch (1999)	Recrutamento meritocrático, arranjos salariais e carreiras.
	Buhaug (2010)	Capacidade política relativa: receita fiscal real/receita fiscal esperada
	Dincecco e Katz (2012)	Receitas governamentais (1650–1913) e despesas governamentais (1816–1913)
Múltiplas dimensões	Fortin (2010)	<p>Qualidade da provisão dos bens públicos consiste em um índice de 5 itens (para a Europa)</p> <p>Níveis de corrupção</p> <p>Qualidade de proteção de direitos de propriedade</p> <p>Capacidade de tributação: ratio da receita tributária no PIB</p> <p>Progresso na Reforma Infraestrutural, indicadores de infraestrutura</p> <p>Proporção de dinheiro não monetário em relação a oferta monetária total (proporção de moeda em relação ao dinheiro detido nos bancos)</p>

--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do trabalho de Cingolani (2013) e Lima (2019).

Além disso, existem indicadores específicos para medir a capacidade de governo em nível local. Um exemplo é o trabalho de Fontanelli (2022), que desenvolveu uma estrutura conceitual para medir o Índice de Capacidade do Governo Local (LGC) no Brasil, com base em três dimensões: 1) Capacidade de Gestão Fiscal, 2) Capacidade Política e 3) Capacidade Administrativa.

O trabalho de Marengo, Stohschoen e Joner (2017) opera a questão da capacidade estatal pelo número de estatutários com nível superior no município, e em conjunto usa o IPTU como variável para analisar os municípios a respeito do fator de arrecadação, relacionando-os com 3 variáveis: tamanho do município, ciclos partidários e eleitorais, e qualidade burocrática municipal.

No plano de assistência social, Silva (2015) analisa a relação da implementação do programa SUAS nos municípios, partindo da hipótese de que a presença desse sistema contribui positivamente para o desenvolvimento das capacidades institucionais dos governos locais. A autora mensura como essa implementação influencia a capacidade institucional, baseando-se em indicadores sintéticos como o Índice de Capacidade Institucional dos Governos estaduais na Assistência Social (ICAS).

Porém, apesar da proliferação de trabalhos quantitativos sobre o tema, a análise estatística de medidas de capacidade estatal permanece negligenciada (Vanccaro, 2018). Em primeiro lugar, como já foi debatido aqui no trabalho, há uma ausência de definição clara do que seja capacidade estatal, podendo os pesquisadores selecionar dimensões ou conceito amplos que não sirvam para suas pesquisas (Berwick;Christia 2018; Cingolani 2013; Soifer 2008). Em segundo lugar, pode haver confusão da variável dependente com a independente, ou seja, as medidas usadas podem nem sempre ser distintas com outros conceitos de interesse, seja crescimento econômico, regime político ou nível de burocratização. (Hanson; Sigman, 2021).

Portanto, o segundo capítulo debateu como o conceito de capacidade estatal, ao longo das décadas, expandiu-se de maneira significativa, resultando em uma variedade de definições e abordagens que refletem a complexidade das funções do Estado. Este capítulo destacou como diferentes autores, desde os clássicos até os contemporâneos, se

debruçaram sobre esse conceito, enfatizando suas múltiplas dimensões e, conseqüentemente, os desafios na sua compreensão e operacionalização.

A ausência de um consenso único e amplamente aceito sobre o que constitui a capacidade estatal gerou problemas de validade de construção, tornando difícil distinguir o conceito de outros relacionados, como governança ou estado de direito. Autores como Tilly e Migdal deram ênfase ao poder coercitivo e à capacidade de arrecadação, enquanto Skocpol trouxe a implementação de políticas públicas como um elemento central. Ao longo do tempo, os estudiosos passaram a incorporar também dimensões administrativas e fiscais, tornando o conceito ainda mais multifacetado.

Entretanto, como argumentado por Cingolani (2013) e outros autores, essa ampliação do conceito tem implicações práticas importantes. A multiplicidade de dimensões leva à dificuldade de se criar indicadores e medidas comparáveis entre estudos, especialmente em análises quantitativas transnacionais. Os pesquisadores enfrentam o desafio de equilibrar a abrangência do conceito com a precisão metodológica, o que muitas vezes resulta em abordagens fragmentadas ou superficiais.

Em síntese, o reconhecimento da natureza multidimensional da capacidade estatal é fundamental para a pesquisa contemporânea. No entanto, esse avanço teórico exige maior clareza conceitual e rigor metodológico na construção de indicadores, bem como na delimitação de suas aplicações. Os capítulos subsequentes explorarão o objetivo central deste trabalho: uma revisão sistemática do conceito de capacidade estatal na ciência política. Para isso, o próximo capítulo abordará o conceito de revisão de literatura e os critérios que definem uma revisão sistemática.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 COMPREENDENDO O QUE É REVISÃO DA LITERATURA

Revisão da literatura é um importante tipo de avaliação da literatura que visa resumir, analisar e esclarecer a literatura existente sobre um tema específico, identificando lacunas no conhecimento e estabelecendo uma base teórica para novos estudos. Ela é definida como uma descrição detalhada e sistemática das pesquisas e teorias previamente realizadas em um campo de estudo específico, que oferece um panorama crítico e abrangente da literatura existente (Booth; Papaioannou; Sutton, 2012).

Hart (1998) por outro lado, entende que revisão da literatura é a seleção e análise dos documentos disponíveis (tanto publicados como não publicados) que contêm informações, ideias, dados e evidências escritas de uma perspectiva particular, para atingir certos objetivos expressos. Por fim, ela também é compreendida como síntese crítica destinada a proporcionar uma visão geral das teorias, metodologias, achados e lacunas de pesquisa em um campo específico (Cronin, 2008).

Nota-se que mesmo as diversas definições do que seja revisão da literatura, elas têm entendimentos em certos pontos semelhantes no que se refere ao objetivo específico que a revisão busca atingir. Além disso, os autores entendem que a revisão tem a capacidade de oferecer um conhecimento mais aprofundado sobre o tema que está sendo estudado, abrangendo inclusive a perspectiva do pesquisador.

Existem vários tipos de revisão da literatura: narrativa (ou tradicional), integrativa, mapeamento, crítica e sistemática. No que concerne a revisão narrativa, ela é considerada mais flexível e menos estruturada, e geralmente aborda questões mais amplas e menos específicas. Além disso, nela a seleção dos estudos tende a ser mais subjetiva e menos sistemática (Green et al, 2006). De acordo com Figueiredo et al. (2014, p. 206), “a principal consequência da falta de procedimentos sistemáticos de uma revisão [narrativa] é a baixa confiabilidade das sínteses produzidas”.

Ela apresenta uma temática mais aberta e não necessariamente parte de uma questão específica bem definida. A seleção dos artigos é frequentemente arbitrária, o que pode introduzir viés de seleção (Cordeiro; Liveira; Rentería; Guimarães, 2007). Mesmo com tais críticas, uma revisão narrativa é valiosa “quando se tenta unir muitos estudos

sobre diferentes tópicos, seja para fins de reinterpretação ou interconexão” (Baumeister; Leary, 1997, p.312).

Em contraste com a revisão narrativa, a revisão sistemática é compreendida como aquela revisão que utiliza métodos explícitos e sistemáticos para agrupar e sintetizar resultados de estudos que abordam uma questão claramente formulada (Prima,2020). Essa abordagem metódica e criteriosa permite a síntese e análise rigorosa de uma ampla gama de estudos relevantes sobre um tema específico.

Porém, vale ressaltar que seu caráter “sistemático” se refere à necessidade de seguir uma “abordagem passo a passo”. Booth et al. (2022) argumentam que todas as revisões podem e devem ser sistemáticas, conduzidas usando um sistema, relatando todos os passos tomados. O que os autores chamam atenção é a necessidade dos pesquisadores serem sistemáticos em suas pesquisas num nível superior, ou seja, que quanto mais sistemáticos são, menor a probabilidade de introduzirem vieses. A sistematicidade, portanto, suscita o questionamento sobre sua utilidade: “devidamente realizadas, tendo em conta todas as provas relevantes e fazendo juízos fiáveis sobre a sua validade e implicações?” (Hammersley, 2013). Nessa provocação, uma revisão sistemática é simplesmente fazer o trabalho de revisar bem.

Esse tipo de revisão não é algo recente, sendo que um dos primeiros estudos que combinou técnicas formais da combinação dos resultados de diferentes estudos foi publicado em 1904 na área da medicina. Karl Pearson (1904) ao estudar o efeito preventivo das inoculações contra a febre entérica, observou que os resultados de pequenos estudos isolados não ofereciam condições para se obter conclusões sobre o assunto (Cordeiro, Oliveira, Rentería, Guimarães, 2007). Condição-se que os primeiros estudos sistemáticos começaram a aparecer na década de 1950. Porém, foi nos anos 80 e na área da saúde que se consolidou os fundamentos metodológicos da pesquisa. Por fim, na década de 90, os estudos de revisão sistemática ganham maior expansão com a criação do *Cochrane Collaboration*, um banco de dados de revisões sistemáticas sobre qualquer tópico tangente a área da saúde. (Cordeiro, Oliveira, Rentería, Guimarães, 2007).

Outra importante contribuição da área da saúde para estudos de revisão sistemática é Medicina Baseada em Evidência (MBE), que consiste em uma abordagem que envolve o uso criterioso, explícito e judicioso das melhores evidências disponíveis para tomar decisões sobre o cuidado com pacientes individuais. A MBE combina

evidências derivadas de pesquisas científicas com a experiência clínica e os valores dos pacientes para guiar a prática médica (Cordeiro; Oliveira; Rentería e Guimarães, 2007).

Portanto, é notório o grau de desenvolvimento que os estudos de revisão de sistemática têm na área da saúde. Porém, Booth et al. (2022) observam que nas últimas duas décadas, os métodos sistemáticos expandiram-se além da área da saúde, abrangendo diversas outras disciplinas. Nesse sentido, temos exemplos de revisões na área de exatas, a exemplo: Kitchenham (2009); Dybå, e Dingsøyr, (2008); Keele, (2007); Azmi (2022). Também encontramos exemplos notáveis que incluem a educação (Zawacki-Richter et al., 2020), ciência ambiental (Collaboration for Environmental Evidence, 2018), ciência da informação (Xie et al., 2020), sistemas de informação (Okoli & Schabram, 2010), ciências sociais (Petticrew & Roberts, 2006), assistência social (Macdonald, 2010) e engenharia de software (Kitchenham, 2004), entre outros. Existem colaborações internacionais para revisões sistemáticas em Evidências Ambientais<sup>5</sup>; Saúde<sup>6</sup>; Enfermagem<sup>7</sup>; Desenvolvimento Internacional<sup>8</sup> e Ciências Sociais<sup>9</sup>

No tocante as ciências sociais, sua aplicação é menos prevalente do que em áreas como a saúde e a engenharia. Figueiredo et al. (2014) salienta que a maioria das revisões de literatura nas ciências humanas têm sido realizadas prioritariamente de forma “narrativa-literária”, sem adotar técnicas sofisticadas de revisão, o que pode ser problemático (Cruz,2019). Segundo ele:

[...] um viés comum é o de que a maior parte dos estudos revisados ou foram produzidos na língua materna do revisor e/ou foram produzidos por colegas de departamento e/ou amigos dentro da academia, configurando uma amostra por conveniência. A amostra por conveniência é um exemplo de amostra não probabilística em que são selecionadas as unidades amostrais mais facilmente acessíveis. Comparativamente, é a técnica amostral que menos consome tempo e recursos. No entanto, é extremamente tendenciosa, sendo desaconselhado a sua utilização para realizar inferências (Figueiredo et al., 2014, p. 208).

De acordo com Dacombe (2018), no que se refere o uso da técnica na ciência política, ela tem sido evitada, se não ignorada, por grande parte dos cientistas políticos.

---

<sup>5</sup> Acesso: <https://www.environmentalevidence.org/>, acesso em: 20/08/2025

<sup>6</sup> Acesso: <https://www.cochrane.org/>, acesso em: 20/08/2025

<sup>7</sup> Acesso: <https://joannabriggs.org/>, acesso em: 20/08/2025

<sup>8</sup> Acesso: <https://www.3ieimpact.org/>, acesso em: 20/08/2025

<sup>9</sup> Acesso: <https://campbellcollaboration.org/>, acesso em: 20/08/2025

Segundo ele, alguns críticos apontam que as revisões sistemáticas têm uma visão excessivamente positivista e subvalorizam estudos qualitativos.

Contudo, Dacombe argumenta que, na verdade, técnicas sofisticadas foram desenvolvidas para avaliar uma ampla gama de evidências, e a hierarquia de evidências pode variar dependendo da questão abordada pela revisão.

Não somente isso, Dacombe (2018) argumenta além da questão do positivismo, alguns cientistas políticos evitem o uso de revisões sistemáticas, devido à complexidade teórica, ou seja, a ciência política lida frequentemente com questões teóricas complexas e diversificadas, o que pode dificultar a síntese de diferentes estudos. Como também, o medo do rigor excessivo, a preocupação é que a adoção de métodos rígidos possa sacrificar a profundidade teórica em favor de uma técnica padronizada.

Ao fazer uma simples busca no catálogo de dissertações e teses da CAPES, inserindo no buscador a palavra-chave “revisão sistemática” e aplicando o filtro de “grande área de conhecimento”, incluído “ciências humanas” obtivemos 206 dissertações que tratam sobre revisão sistemáticas. Psicologia e educação, são as áreas que predominam a produção da discussão do tema, sendo a psicologia inserida também na área da saúde. A “terceira” posição fica com a ciência política, tendo 12 trabalhos.<sup>10</sup> (Carvalho, 2018; Lira, 2018; Rodrigues, 2023; Cruz, 2021; Souza, 2022; Perich, 2022; Esteves, 2023; Silva, 2021; Santos, 2022; Hirschle, 2021; Silva, 2022; Barbosa, 2021).

## 4.2 O POTENCIAL DA REVISÃO SISTEMÁTICA

Um dos pressupostos dessa metodologia é a qualidade dos estudos, ou seja, a obtenção do conhecimento sobre determinado assunto só é possível quando se apoia nos estudos de melhor qualidade que estejam disponíveis (Galvão; Pereira, 2014). A revisão sistemática se difere das revisões tradicionais, pois responde uma pergunta específica e abrange a literatura de forma não tendenciosa (Torre-ugarte-guanilo, Takahashi; Bertolozzi, 2011).

Um dos principais pontos positivos das revisões sistemáticas é a sua capacidade de minimizar vieses. Segundo Higgins e Green (2011), ao seguir um protocolo rigoroso

---

<sup>10</sup> Acesse para maiores informações: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>, acesso em: 20/08/2025

e pré-estabelecido, as revisões sistemáticas garantem que a seleção e a análise dos estudos sejam realizadas de maneira objetiva, aumentando a confiabilidade das conclusões. Além disso, a utilização de meta-análises nas revisões sistemáticas permite uma síntese quantitativa dos dados, proporcionando uma visão mais precisa dos efeitos estudados.

As revisões sistemáticas são especialmente valiosas em áreas com um grande volume de literatura, pois permitem a síntese de dados dispersos, facilitando a identificação de padrões e tendências. Cooper (1988) destaca que essa técnica é essencial para fornecer uma visão abrangente do estado do conhecimento em um determinado campo. Outro ponto de destaque é o que Harden e Thomas (2005) enfatizam a respeito da utilidade das revisões sistemáticas na avaliação de intervenções sociais, nas ciências sociais, como programas de prevenção à violência.

Além disso, Bowen, Newenham-Kahindi e Herremans (2010, p. 299) consideram que a revisão sistemática é vantajosa, pois gera um processo replicável e transparente. Ela também é capaz de sintetizar evidências disponíveis na literatura, auxiliando pesquisadores em futuras pesquisas.

As revisões sistemáticas utilizam métodos rigorosos e explícitos, o que aumenta a confiabilidade dos resultados. Isso inclui critérios de inclusão/exclusão bem definidos e processos de avaliação da qualidade dos estudos incluídos. Todas as etapas do processo de revisão são claramente documentadas, permitindo a replicação e a verificação por outros pesquisadores (GOUGH, 2012).

Para que uma pesquisa seja considerada revisão sistemática, Cooper et al. (2019) estipula determinados passos a serem seguidos que definem a sistematicidade do método de revisão, a fim de garantir a transparência do método científico e, portanto, a qualidade dos achados. As sete etapas construídas por Cooper (2010) são as seguintes:

Quadro 2 – Planejamento de uma revisão sistemática em sete estágios

<b>Estágio</b>	<b>Descrição</b>
1	Pergunta de pesquisa
2	Coleta de dados
3	Coleta das informações sobre cada estudo
4	Avaliação da qualidade do material selecionado
5	Análise e síntese dos estudos
6	Interpretação dos resultados

Fonte: elaborado pelo autor baseado em Cooper (2010)

Em relação às pesquisas de revisão sobre capacidade estatal, sejam elas sistemáticas ou de outra forma, destacam-se trabalhos como o de Cingolani (2013), que revisa conceitos, evidências e medidas relacionadas à capacidade estatal. De maneira geral, o trabalho de Cingolani visa fornecer um relato histórico da evolução e do uso do conceito de capacidade estatal, juntamente com suas várias formas de operacionalização.

No entanto, a autora não aplica uma metodologia rigorosa o suficiente para que seu trabalho seja classificado como sistemático. Ela não descreve claramente os critérios utilizados para selecionar os trabalhos citados. Em vez disso, Cingolani traça uma linha evolutiva dos estudos sobre capacidade estatal até chegar à sua operacionalização.

Embora falte esse rigor metodológico, a pesquisa ainda é de grande importância ao apresentar uma extensa lista de autores e suas conceituações de capacidade estatal, além das diversas maneiras desenvolvidas para mensurar esse fenômeno. Lima e Aguiar (2019) expandem o trabalho de Cingolani (2013), pois não somente apresentam e discutem as principais contribuições das produções internacionais, como também a nacional.

Dois outros trabalhos valem ser citados. O primeiro é o de Silva e Almeida (2021), que elaboram uma revisão sistemática e bibliométrica sobre capacidades estatais em governos locais, concluído que a temática de capacidades estatais em governos locais ainda não se constituiu com uma forte tradição nas pesquisas. Outro trabalho é de Silva (2022), que fornece um panorama das publicações acerca da temática Capacidade Estatal entre 2009-2019, nas bases *Web of Science* e *Scopus*. Os resultados convergem para uma perspectiva multidimensional de capacidade estatal.

Por fim, é importante destacar que as revisões sistemáticas possuem limitações, como qualquer outra técnica. Uma dessas limitações é disponibilidade de dados, pois nem sempre há dados suficientes disponíveis para realizar uma revisão sistemática (Booth et al, 2022). Isso vai de encontro com a questão da necessidade da existência de estudos primários para que se realize uma revisão sistemática, ou seja, que existam pesquisas que tratem sobre o tema que o pesquisador quer buscar.

Por outro lado, outro impedimento para a utilização da revisão ocorre quando já existe uma revisão recente da literatura abordando a mesma pergunta ou propósito

específico. Além disso, um problema de pesquisa formulado de maneira muito ampla pode não atingir uma questão específica, o que também dificulta a eficácia da revisão.

A revisão sistemática é uma técnica importante, pois permite ao pesquisador conhecer de maneira abrangente o tema de seu interesse e elaborar uma boa pergunta de pesquisa. Além disso, devido à sua natureza replicável, é crucial que o pesquisador deixe transparentes os passos seguidos, o que contribui para a diminuição de vieses. Isso contrasta com as revisões tradicionais, que muitas vezes não explicam os critérios para a inclusão de estudos e podem não ser sistemáticas ou transparentes.

Também foi observado que tal técnica tem sua maior “predominância” na área de saúde, sendo relativamente pouco utilizada na área de humanidades. No que concerne a ciência política, principalmente as produções brasileiras, tal técnica merece maior aproveitamento, pois possibilitaria ao cientista político chegar em conclusões mais precisas sobre quais políticas públicas desenvolver/escolher para o enfrentamento de algum problema de natureza público (Gough, 2012).

Portanto, a escolha dessa técnica para o presente estudo vai de encontro com o problema de pesquisa estabelecido, qual seja: saber como o conceito de capacidade estatal é articulado na ciência política. Faz-se necessária uma revisão a fim de descobrir como a ciência política não somente discute a capacidade estatal, mas a compreende. O próximo ponto irá demonstrar os passos que foram aplicados da revisão sistemáticas para fins de atingir nosso objetivo.

#### 4.3 DESCREVENDO OS PASSOS TOMADOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA

Com base nos passos sugeridos por Cooper et al. (2019), o presente trabalho, segue de maneira adaptativa, os seguintes passos: 1) Pergunta de pesquisa; 2) Coleta de dados. 3) Coleta das informações sobre cada estudo; 4) Avaliação da qualidade do material selecionado; 5) Análise e síntese dos estudos; 6) Interpretação dos resultados; 7) Apresentação das conclusões.

##### 1. Problema de pesquisa

Dada a contextualização introdutória, este trabalho buscou responder a seguinte questão: Como o conceito de capacidade está implementado pela literatura de ciência política?

## 2. Coleta de dados

Para realizar a busca na literatura sobre os trabalhos que tratam de capacidade estatal, o presente estudo optou pela utilização do software *Publish or Perish*, um programa que recupera e analisa citações acadêmicas. Esse software usa uma variedade de fontes de dados para obter as citações brutas, que são então analisadas e apresentadas em uma série de métricas de citações, incluindo o número de artigos, o total de citações e o índice h. O *Publish or Perish* foi escolhido devido ao seu potencial de busca e organização de resultados, facilitando também a sua reaplicação.

O próximo passo foi a escolha da base de dados, tendo sido selecionado o *Google Scholar*. Conforme enfatizado pelo próprio portal do *Publish or Perish*, o *Google Scholar* oferece melhor cobertura em comparação com a *Scopus* e a *Web of Science*. Contudo, é importante ressaltar que o *Google Scholar* não é uma base de dados bibliométricos e se baseia na análise da literatura acadêmica disponível na *Web*. Além disso, limitações podem ocorrer, como a falta de filtragem por disciplinas e registros mestres. Para contornar essas questões, a própria companhia oferece tutoriais em vídeo para ensinar a superar tais limitações.

A pesquisa começou em 09/05/2024 e se estendeu até 29/05/2024 com o objetivo de verificar a gama de material disponível sobre capacidade estatal. Para a busca, foram utilizados os termos "state capacity" tanto no título quanto nas palavras-chave. O período de análise foi de 1980 a 2023. A justificativa para a escolha desse intervalo é que alguns trabalhos, como os de Cingolani (2013) e Marengo (2016), argumentam que as primeiras produções sobre capacidade estatal começaram no início da década de 1980. Um dos objetivos da pesquisa é acompanhar a quantidade de trabalhos ao longo desse período para identificar mudanças no comportamento da produção acadêmica.

Inicialmente, foram encontrados 976 documentos, incluindo livros, artigos, relatórios, dissertações, teses e páginas na internet que tratam sobre capacidade estatal. Cientes do grande volume de trabalhos sobre o tema, a pesquisa continuou com uma nova busca. Desta vez, foram adicionados mais descritores nas palavras-chave, mantendo "state capacity" no título e acrescentando "fiscal capacity" e "political capacity" nas palavras-chave, utilizando o operador "AND". A utilização desses descritores é baseada nas dimensões de capacidade estatal, apontado na literatura (Cingolani, 2013; Aguiar; Lima, 2019; Grindle, 1996; Gomide, Pereira, Machado, 2018). O resultado foi a identificação de 37 documentos.

Esse resultado foi questionado pelos pares da pesquisa, pois a utilização do operador "AND" poderia estar contribuindo para um número tão baixo de documentos encontrados. Uma nova busca foi realizada, substituindo "AND" por "OR". No entanto, o resultado continuou baixo, com apenas 40 documentos encontrados.

Para realizar uma pesquisa eficiente e abrangente sobre a capacidade estatal, a estratégia de busca foi reformulada utilizando dois descritores por vez. Cada busca manteve “state capacity” no título e combinou-o com diferentes palavras-chave. As buscas foram realizadas no dia 10/05/2024. Abaixo está um quadro que sintetiza os resultados das quatro buscas:

Tabela 1 – Resultados dos descritores utilizados

Descritores	Nº de trabalhos
"Political capacity"	149
"fiscal capacity"	338
“institutional capacity”	339
“administrative capacity”	437
Total	1263

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para alcançar os objetivos propostos neste projeto de forma mais precisa, foram definidos critérios de exclusão para os trabalhos científicos analisados. Foram excluídos teses, dossiês, entrevistas, dissertações, monografias, anais, trabalhos de curso, livros, citações e resenhas. Dessa forma, a investigação foi limitada exclusivamente a artigos publicados em revistas científicas. A seguir, apresenta-se um quadro detalhando esses critérios de exclusão para facilitar a visualização.

Quadro 3 - Critérios de exclusão

Material excluído	
Teses	Entrevistas
Dissertações	Livros
Monografias	Dossiê
Resenhas	Trabalhos de curso
Relatórios	Resumos
Trabalhos de curso	Anais

Blog	Resenhas
------	----------

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Com base nos descritores selecionados, foram constituídos quatro bancos de dados iniciais. Esses bancos foram posteriormente integrados, totalizando 1.044 trabalhos relacionados ao conceito de capacidade estatal. Na etapa seguinte, realizou-se a eliminação de duplicatas, o que resultou em um banco consolidado no Excel contendo 722 trabalhos únicos. A partir desse banco consolidado, iniciou-se o processo de triagem para selecionar os estudos que comporiam o acervo final da dissertação.

### 3. Coleta de informações dos estudos

Nesta etapa, definimos quais informações seriam extraídas dos trabalhos selecionados. Como o objetivo central é investigar como a ciência política articula o conceito de capacidade estatal, tornou-se essencial identificar se os estudos pertenciam efetivamente ao campo da ciência política e capturar as informações pertinentes ao tratamento dado ao conceito.

Para a seleção dos estudos, o banco de dados com 722 documentos foi copiado para uma nova base. A seleção seguiu um filtro principal:

#### Primeira Triagem:

- **Ciência Política:** Para verificar o conceito de capacidade estatal na ciência política, selecionaram-se trabalhos com cientistas políticos como autores. Se um artigo tinha dois ou mais autores, e pelo menos um era formado em ciência política, o artigo era incluído. Utilizou-se também uma variável dicotômica similar para esta filtragem.

Para realizar a varredura, toda a busca foi conduzida manualmente. Utilizamos os links fornecidos pelo Publish or Perish para acessar os artigos e, em seguida, lemos seus títulos e resumos para verificar se tratava de capacidade estatal. Para determinar se os artigos pertenciam à área de humanidades, analisamos as revistas em que foram publicados. Por exemplo, se o artigo foi publicado em "*Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*", consideramos que pertencem ao campo de humanidades.

Antes de iniciar a busca, estabelecemos um corte no tamanho da amostra de trabalhos a serem lidos. Ao examinar o banco de dados, percebemos que uma variável

importante fornecida pelo software era a quantidade de citações de cada trabalho. No total, 505 trabalhos eram citados, enquanto os não citados geralmente eram documentos como relatórios, sites, resumos e artigos de opinião, que não seriam úteis para a pesquisa. Portanto, decidimos excluir esses documentos, mantendo apenas os 505 trabalhos citados.

A opção por essa escolha de selecionar apenas os trabalhos que são citados, se fundamenta em alguns aspectos. Primeiro, o número de citações é frequentemente utilizado como um indicador de relevância e impacto acadêmico, sendo que o próprio *publish or perish* cria um índice H, o qual leva em consideração tanto o número de artigos publicados por um autor quanto o número de citações que esses artigos receberam.

Como o trabalho se utilizou do Google Acadêmico, e não de bases mais restritivas como Scopus, a quantidade de trabalhos retornados foi mais ampla. Assim, a filtragem por citações serviu como um método eficaz para focar nos estudos mais impactantes, dado o volume de dados. Por fim, embora a classificação Qualis (A1, A2, B1, B2) forneça uma medida de qualidade formal das publicações, essa abordagem poderia ser restritiva e menos adequada no contexto da abrangência do Google Acadêmico. Muitas publicações relevantes e inovadoras, especialmente em áreas emergentes ou em vias de consolidação, podem ainda não ter sido indexadas em revistas altamente classificadas, mas têm sido citadas e reconhecidas por outros pesquisadores.

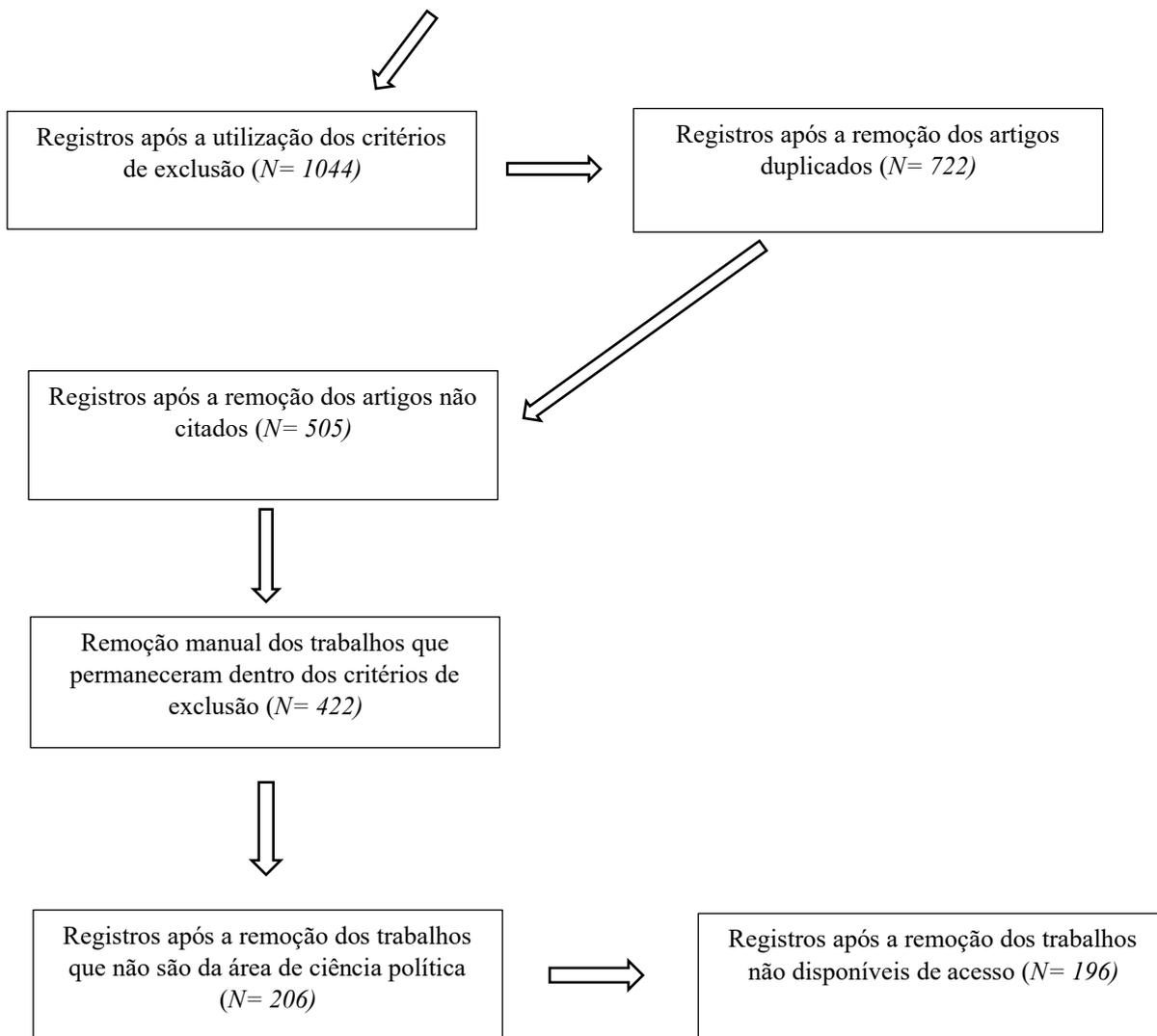
Para identificar autores formados em ciência política, os nomes foram pesquisados no Google. Em casos de incerteza, visitou-se o site do departamento da instituição a que o autor estava vinculado. Apesar da filtragem inicial para incluir apenas artigos, alguns livros, dissertações e teses ainda foram encontrados e excluídos manualmente, restando 423 artigos.

Dos 423 artigos restantes, apenas 206 eram de autores na área de humanidades e ciência política. Destes, foi possível acessar integralmente os 196 artigos. Criou-se então um banco de dados final com esses 196 artigos, catalogados e armazenados em uma pasta. O próximo passo é a leitura completa dos artigos para identificar os conceitos de capacidade estatal articulados em cada um.

Para sintetizar a trajetória de coleta de informações, segue um diagrama do fluxo dos trabalhos, desde a primeira coleta até amostra que o projeto trabalhou.

Gráfico 1 – Diagrama do fluxo de exclusão

Registros totais identificados pelo <i>Harzing Publish or Perish</i> (N= 1263)
--



Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4) Avaliação da qualidade do material selecionado:

Para avaliar o material selecionado, foi realizada, como mencionado anteriormente na etapa de coleta de informações, a leitura manual de cada artigo. Os trabalhos foram inicialmente organizados no Excel pelo próprio *Publish or Perish*, com a amostra final sendo estruturada pelo autor. A avaliação da qualidade do material selecionado no campo da ciência política foi conduzida de forma simplificada. Esse processo envolveu a abertura e análise dos artigos para verificar se estavam alinhados com o tema proposto. No que diz respeito à avaliação quantitativa, foram empregadas técnicas como a construção de gráficos e outras análises, realizadas com o auxílio do software *RStudio*.

## 5) Análise e síntese dos estudos:

Cooper (2010) delinea sete etapas para a condução de uma revisão sistemática, sendo a quinta etapa a "avaliação e síntese dos estudos". Esta fase é crucial no processo, pois é quando as evidências coletadas são cuidadosamente examinadas e integradas. No entanto, há particularidades nas ciências sociais que muitas vezes não se aplicam à área da saúde (Melo, 2022). Por isso, adaptamos essa etapa, levando em consideração o objetivo específico do nosso estudo.

Para avaliar os estudos, consideramos a contribuição teórica de cada um para o conceito de capacidade estatal, focando em como cada estudo define esse conceito. Nosso trabalho não abordou a robustez metodológica dos estudos, como o desenho da pesquisa (quantitativo, qualitativo, misto), a qualidade dos dados ou a consistência dos resultados.

A síntese dos estudos concentrou-se em identificar padrões recorrentes, como as dimensões da capacidade estatal que cada artigo aborda. Também analisamos as palavras-chave de cada estudo para verificar quais temas estão interligados com a capacidade estatal ao longo dos anos. Além disso, investigamos qual entendimento do conceito de capacidade estatal é mais predominante e qual definição é mais recorrente entre os autores dos estudos selecionados.

A etapa 6 será apresentada no capítulo dos resultados, e a etapa 7 será abordada nas conclusões do trabalho. Abaixo, apresentamos um quadro explicativo que resume os critérios utilizados nesta revisão.

Quadro 4 – Síntese dos critérios utilizados na revisão sistemática

<b>Crítérios</b>	<b>Descrição</b>
Palavras-chaves	"state capacity", "Political capacity", "fiscal capacity", "institutional capacity", "administrative capacity"
Ferramenta de pesquisa	<i>Harzing's publish or perish</i>
Organização dos dados	<i>Excel</i>
Software de análise de Dados	<i>RStudio 4.2.19</i>
Plataforma de busca	Google acadêmico

Trabalhos excluídos	Teses, Entrevistas, Dissertações, Livros, Monografias , Dossiê, Resenhas, Trabalhos de curso, Relatórios, Resumos, Trabalhos de curso, Anais, Blog, Resenhas
Recorte temporal	1980-2023
Seleção da literatura	Trabalhos não citados
Site de busca para a área acadêmica do autor principal	Sites dos departamentos que os professores/pesquisadores estão vinculados
Idiomas	Inglês

Fonte: Elaborado pelo autor.

## 5 RESULTADOS

Neste capítulo, apresentamos os resultados da revisão sistemática sobre a articulação do conceito de capacidade estatal na ciência política. Exploramos, para isso, tanto os resultados quantitativos — como a quantidade de trabalhos publicados ao longo do tempo — quanto uma análise qualitativa, que inclui a rede de autores, os temas mais predominantes relacionados à capacidade estatal, e, por fim, uma tabela sintetizada com as definições de cada estudo na área de ciência política entre 1980 e 2023.

### 5.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS PERIÓDICOS E AUTORES

O gráfico 1 apresenta a frequência das publicações relacionadas ao tema "capacidade estatal". Observa-se que, até o período de 2000-2005, o número de publicações sobre o tema era extremamente reduzido, com menos de cinco trabalhos publicados por intervalo de cinco anos. Mesmo tal tema sendo apontado por Marengo (2017) e Souza (2019) começado nos anos 80, em questão de produção de artigos, até 2005 o tema ainda, em termos de produção de artigos, era um campo pouco explorado<sup>11</sup>.

Contudo, entre os períodos de 2010-2015 e 2015-2020, ocorre um crescimento significativo, culminando em 74 publicações no segundo intervalo mencionado. Apesar de uma leve diminuição no período de 2020-2025, o número de trabalhos publicados ainda se mantém elevado em comparação aos anos iniciais.

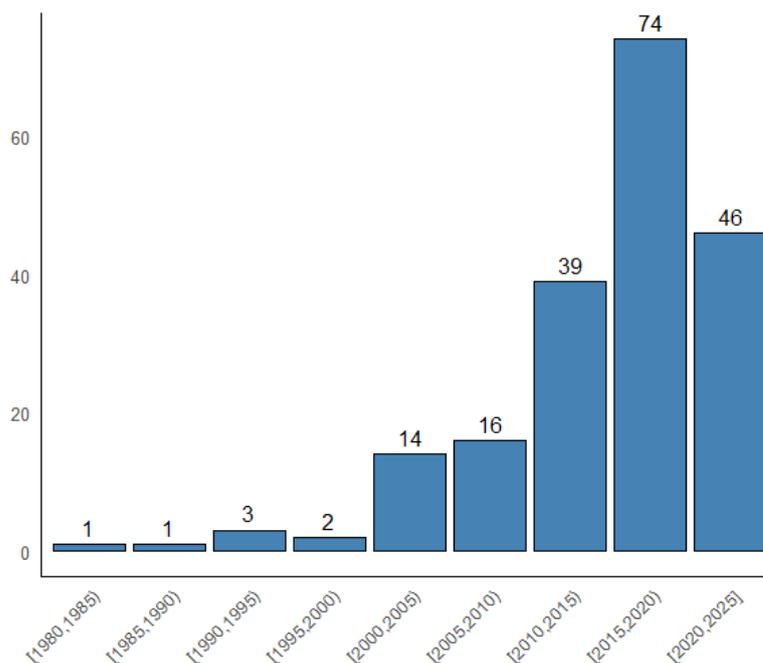
Esse comportamento pode ser explicado pelo contexto global e local que marcou a última década. Temas como a eficiência governamental, o fortalecimento institucional e a resposta estatal a crises — como as crises econômicas de 2008 e os desafios trazidos pela pandemia de COVID-19 — podem ter contribuído para o aumento do interesse acadêmico no estudo da capacidade estatal.

A tendência de crescimento no número de publicações pode ser interpretada como um indicativo da consolidação do tema "capacidade estatal" como um campo de estudo relevante e em expansão.

Gráfico 1 - Publicações em intervalados de 5 em 5 anos de capacidade estatal na ciência política.

---

<sup>11</sup> Vale ressaltar que a pesquisa está referindo a artigos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

No quadro 5, a direção vai no sentido de saber a natureza dos temas dos artigos de capacidade estatal na ciência política, para tal feito, foi selecionado os trabalhos mais citados. Nota-se que os trabalhos tratam de diferentes dimensões e implicações da capacidade estatal, geralmente relacionadas ao desenvolvimento, aos conflitos e às políticas públicas. Besley e Persson (2009, 2010) aparecem com destaque, tratando do papel das capacidades estatais no estabelecimento de direitos de propriedade, tributação e gestão de conflitos.

Trabalhos como o de Hendrix (2010) e de Hanson e Sigman (2021) focam em métricas para medir a capacidade estatal. Esses esforços são fundamentais para pesquisas empírica, pois fornecem indicadores mensuráveis que permitem avaliar dimensões específicas da capacidade estatal, como a coercitiva, administrativa e extrativa. O artigo de Hanson e Sigman (2021), por exemplo, contribui significativamente para a análise comparativa ao identificar dimensões latentes do Leviatã estatal.

Diversos autores (como Thies, 2010; Fjelde; Soysa, 2009) investigam o papel da capacidade estatal na eclosão, manutenção e resolução de conflitos civis. A tese central desses estudos é que estados com capacidades institucionais fracas estão mais propensos a conflitos devido à incapacidade de gerenciamento de riscos sociais e econômicos ou de exercício do monopólio da força.

A exemplo ainda dos estudos exibido na quadro 5, Capano (2020) analisa a resposta da Itália à pandemia de COVID-19, relacionando a eficácia da atuação estatal às capacidades administrativas existentes. A pesquisa sugere que a ausência de preparação para situações imprevistas limita a eficácia das políticas públicas. De forma complementar, Fredericksen e London (2000) abordam como a capacidade organizacional do estado afeta a implementação de projetos comunitários, evidenciando a interdependência entre diferentes níveis de atuação governamental.

Pode observar com essa amostra dos 15 trabalhos mais citados, que grande parte dos estudos não trata a capacidade estatal de maneira unidimensional. Em vez disso, eles se desmembram em capacidades específicas (administrativa, coercitiva, extrativa) ou interconectam-na com desenvolvimento como democracia, conflito e conflito. Outro ponto de destaque é que quase metade dos trabalhos associam-se diretamente à capacidade estatal à probabilidade de conflitos ou à sua resolução, destacando o papel crítico do estado em promoção da estabilidade.

Percebe-se também que muitos estudos são destacados para criar ou refinar a refinaria empírica da capacidade estatal, como índices e métodos comparativos. Isso evidencia uma preocupação da ciência política em transformar um conceito abstrato em algo mensurável e analisável.

Quadro 5 - Os 15 trabalhos mais citados de capacidade estatal na ciência política<sup>12</sup>

Citações	Autores	Título	Ano
1959	Besley, Persson	The origins of state capacity: Property rights, taxation, and politics	2009
1260	Besley, Persson	State capacity, conflict, and development	2010
1031	Hendrix	Measuring state capacity: Theoretical and empirical implications for the study of civil conflict	2010
521	Bäck, Hadenius	Democracy and state capacity: exploring a J-shaped relationship	2008
520	Hanson, Sigman	Leviathan's latent dimensions: Measuring state capacity for comparative political research	2021
361	Besley, Persson	Wars and state capacity	2008
355	Englehart	State capacity, state failure, and human rights	2009
344	Thies	Of rulers, rebels, and revenue: State capacity, civil war onset, and primary commodities	2010

<sup>12</sup> As citações aqui expostas são referentes ao número de citações do *google scholar* extraído pelo *Publish or perish*.

300	Fredericksen, London	Disconnect in the hollow state: The pivotal role of organizational capacity in community-based development organizations	2000
270	Braithwaite	Resisting infection: How state capacity conditions conflict contagion	2010
261	Fjelde, I De Soysa	Coercion, co-optation, or cooperation? State capacity and the risk of civil war, 1961—2004	2009
251	Capano	Policy design and state capacity in the COVID-19 emergency in Italy: if you are not prepared for the (un) expected, you can be only what you already are	2020
250	DeRouen Jr, Ferguson, Norton...	Civil war peace agreement implementation and state capacity	2010
241	Lee, Zhang	Legibility and the informational foundations of state capacity	2017
225	Hameiri	Failed states or a failed paradigm? State capacity and the limits of institutionalism	2007

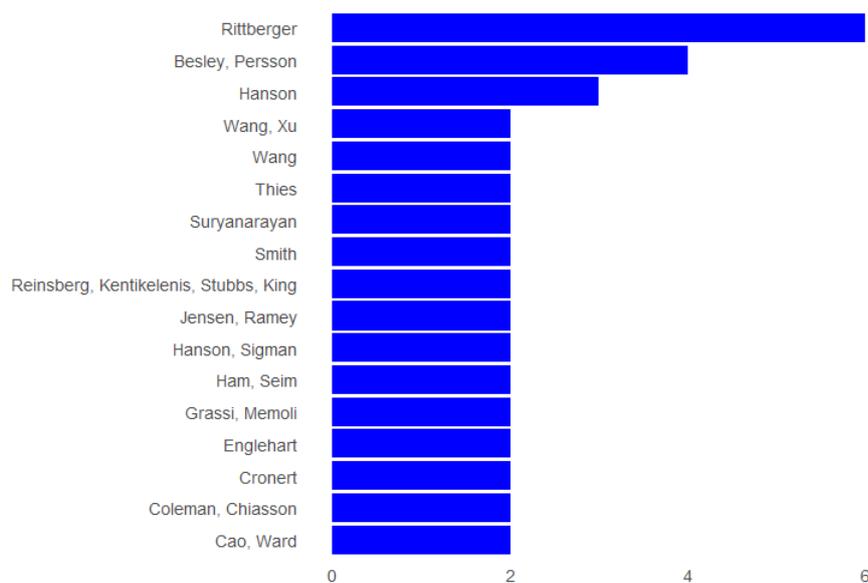
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da extração de dados do *publish or perish*.

Em relação aos autores, buscou-se identificar aqueles que mais publicam sobre o tema da capacidade estatal dentro da ciência política, conforme demonstrado no Gráfico 2. Observe-se que os autores mais recorrentes são Rittberger, com 6 publicações, seguidas por Besley e Persson, com 4 cada, e Hanson, com 3. Os demais autores possuem apenas 2 publicações ou menções cada. Esses dados sugerem que não há uma concentração significativa de publicações por um pequeno grupo de autores nesse tema. por autor é relativamente baixo, diminuindo a ausência de uma grande dominância individual na produção

Outro aspecto que merece destaque é a diversidade de autores, o que evidencia a dispersão da produção acadêmica sobre o tema. Isso pode ser um reflexo de um campo de estudo fragmentado ou em fase de crescimento, onde muitas abordagens diferentes ainda estão sendo exploradas.

Ademias, o tema "capacidade estatal" não parece centralizado em um grupo de autores recorrentes. Ao contrário, a baixa repetição sugere que o tópico é tratado em publicações isoladas ou em estudos que abordam múltiplas questões relacionadas, mas sem consolidar uma "comunidade de especialistas" consistente. Porém, iremos analisar melhor a questão da comunidade quando fomos observar a nuvem de autores posteriormente.

Gráfico 2 - Autores mais frequentes na ciência política no campo de capacidade estatal



fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Com o objetivo de identificar as relações entre os autores, o Gráfico 3 apresenta uma nuvem de coautoria, destacando os principais núcleos de produção científica sobre o tema, além dos autores centrais e suas respectivas abordagens. Embora o tamanho do gráfico dificulte a identificação individual de todos os nomes, observa-se que autores representados por círculos maiores, como Besley, Persson e outros destacados, se posicionaram como figuras centrais na literatura sobre capacidade estatal em ciência política.

Quando todos os autores são incluídos, a rede se torna muito mais densa, com um número elevado de nós (autores) e arestas (colaborações). Isso evidencia a quantidade significativa de colaborações pontuais entre autores. Entretanto, mesmo com a inclusão de todos os autores, observa-se que a rede geral não é altamente interconectada. Há muitas comunidades separadas (clusters) sem conexão entre si.

Cada grupo parece se concentrar em abordagens teóricas ou metodológicas específicas, como estudos sobre dimensões administrativas, coercitivas ou extrativas da capacidade estatal. Os autores estão nitidamente agrupados em comunidades, e os links entre eles são densos dentro de cada grupo, mas muito escassos ou inexistentes entre diferentes clusters. Isso reforça a ideia de que o campo de estudos apresenta divisões, com autores colaborando predominantemente dentro de suas redes, sem um diálogo significativo entre os grupos.

Essa fragmentação sugere que, embora o campo seja rico em produção acadêmica, há barreiras significativas ao diálogo entre diferentes tradições e perspectivas. Essa ausência de integração limita o desenvolvimento de um marco teórico unificado, além de restringir a troca de avanços metodológicos entre os subcampos.

A inclusão de todos os autores ressalta que a maioria dos pesquisadores tende a colaborar dentro de grupos fechados, estabelecendo a formação de redes colaborativas locais. Esses grupos representam comunidades com pouca interação com outras comunidades na rede global. Este comportamento pode sugerir a existência de subtemas ou abordagens específicas dentro do tema “capacidade estatal”. Os autores parecem trabalhar em "bolhas", com poucas pontes ou conexões transversais entre os grupos.

Portanto, com o intuito de aprofundar a ideia de formação de redes colaborativas locais, foi desenvolvido outro gráfico de nuvem de coautoria para destacar os autores mais conectados enquanto identificamos as comunidades dentro da rede. Isso permitirá que a visualização seja mais clara e informativa.

Ao visualizar o gráfico 4, olha-se a questão do nós, pois o tamanho de nós é proporcional ao grau de centralidade dos autores, diminuindo aqueles que desempenham um papel central na rede de pesquisa. Autores como King, Reinsberg e Knutsen se destacam como hubs principais, conectando diferentes grupos de pesquisadores. Isso pode ser interpretado como um reflexo de sua influência científica e capacidade de atuar como ponte entre comunidades acadêmicas.

A detecção de comunidades, representadas por diferentes núcleos de nós, sugere a formação de grupos colaborativos relativamente diferentes. Esses clusters podem estar associados a subtemas ou abordagens específicas dentro do tema principal. Por exemplo, autores como King e Reinsberg (comunidade azul) apresentam conexões internacionais fortes, indicando uma colaboração consistente em uma linha de pesquisa específica. Da mesma forma, outros grupos, como os formados por Berliner e Lake (comunidade laranja), ou Toshkov e Maniokas (comunidade verde), indicam subgrupos temáticos.

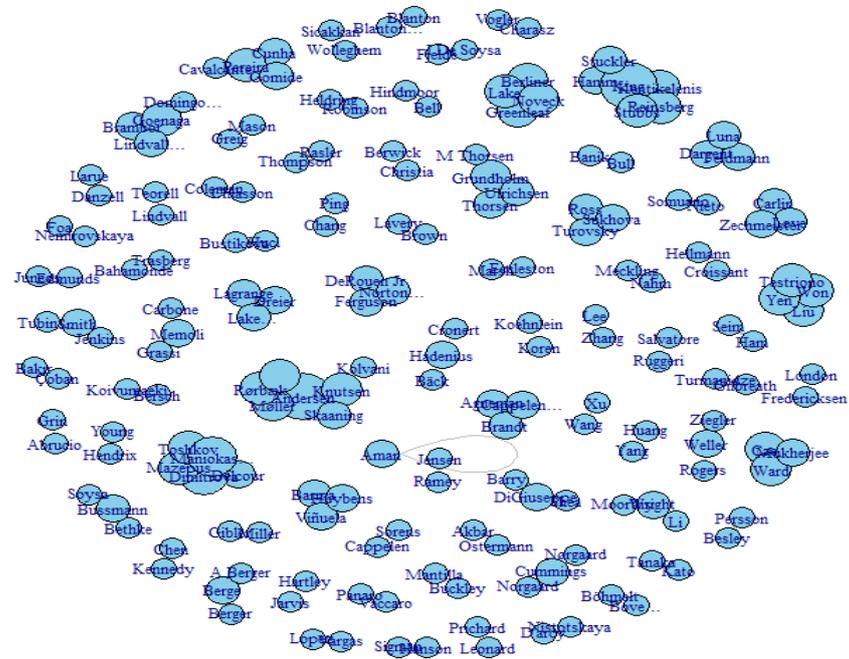
No entanto, observe-se a presença de nós isolados ou com poucas conexões, como Grundholm, Goenaga e Pereira, que aparecem desconectados ou conectados apenas em um nível mínimo com outros autores. Isso pode sugerir que esses pesquisadores trabalham de forma mais independente ou possuem uma produção que não se integra diretamente às redes de colaboração mais amplas.

Outro ponto relevante é a análise das arestas mais espessas, como entre King e Reinsberg, que destacam colaborações frequentes e acontecimentos. Essas relações podem indicar publicações conjuntas de alto impacto ou projetos de pesquisa desenvolvidos em parceria.

No que cerne ainda no gráfico 4, que se concentra nos autores mais citados, aprofunda essa análise ao revelar a formação de comunidades ainda mais fechadas. Aqui, as interações entre os autores são específicas dentro de clusters específicos, com pouco ou nenhum conectando essas comunidades. Isso indica que mesmo os autores mais influentes, que poderiam atuar como pontes entre diferentes abordagens, permaneceram restritos às redes internas. Essa segmentação pode refletir fatores como interesses temáticos distintos, regionalização das pesquisas (ex.: América Latina, Europa ou África), ou mesmo divergências metodológicas, como o uso de análises qualitativas versus quantitativas.

A comparação entre os dois gráficos reforça o diagnóstico de um campo altamente fragmentado. Enquanto o primeiro gráfico demonstra uma ampla estrutura de campo com diferentes redes de coautoria, o segundo expõe como mesmo os autores mais proeminentes operam dentro de comunidades isoladas. Em certa medida, essa desconexão limita o potencial de avanços teóricos integradores, especialmente em uma área de estudo que se beneficia de perspectivas interdisciplinares e globais.

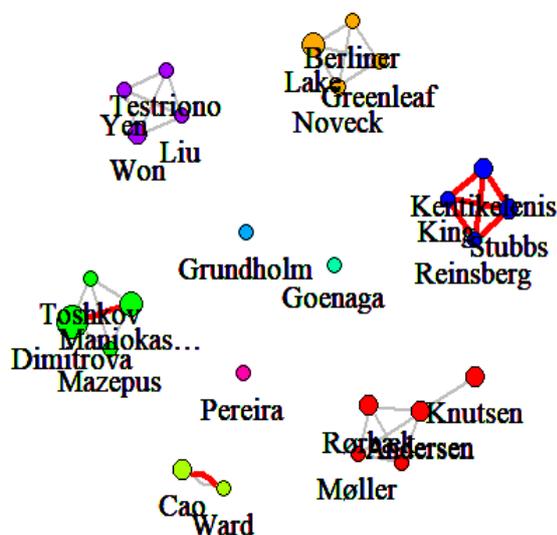
Gráfico 3 – Nuvem de coautoria dos cientistas políticos no campo de capacidade estatal



Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 4 – rede de coautoria<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Os gráficos de comunidades foram modificados para identificar grupos de autores interconectados em estudos sobre capacidade estatal, utilizando o algoritmo *Louvain* para detecção de comunidades. Inicialmente, foi aplicado um filtro no gráfico original de coautoria, considerando apenas autores com grau superior a 2 (ou seja, com pelo menos três coautorias distintas), a fim de focar nas conexões mais relevantes.



Fonte: Elaborado pelo autor.

## 5.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS CONTEÚDOS DOS ARTIGOS

Neste trabalho, adotamos a análise de textos para investigar os principais temas presentes nos resumos de artigos relacionados ao conceito de capacidade estatal. O objetivo inicial foi identificar as palavras mais frequentes e, posteriormente, explorar os padrões temáticos ocultos que emergem das coocorrências de termos nos resumos.

A primeira etapa da análise consistiu em gerar uma nuvem de palavras baseada em resumos coletados. Este método visual destacou os termos mais recorrentes nos textos, destacando as palavras que mais aparecem em conjunto com o conceito de capacidade estatal.

No gráfico 5, é possível ver em destaques as palavras como "político", "institucional", "fiscal", e "burocrático", fornecem uma visão clara de como os pesquisadores exploraram os elementos estruturais, administrativos e políticos da capacidade estatal.



Outros termos, como "fiscal" e "policy", apontam para discussão sobre sustentabilidade fiscal e capacidade de formulação de políticas públicas. Esses conceitos são fundamentais para compreender como os Estados lidam com desafios econômicos e sociais, garantindo que políticas e recursos sejam aplicados de forma eficiente e responsável.

No entanto, o gráfico também revela nuances interessantes. Palavras como “democracia”, “relacionamento” e “público” sugerem um diálogo frequente entre a capacidade estatal e os valores democráticos, bem como uma preocupação com as interações entre o governo e a sociedade. Essa perspectiva aponta para uma linha de pesquisa focada em como a legitimidade e a eficiência estatal interagem para alcançar resultados sustentáveis.

Para além desse gráfico, foi elaborado um gráfico de nuvem das palavras-chave, o propósito de elaborar esse gráfico é devido ao fato que gráfico de resumos reflete as palavras mais utilizadas nos resumos dos artigos, capturando o vocabulário geral que os autores empregaram para descrever suas pesquisas. Enquanto o de palavras-chaves, baseia-se nas palavras-chave específicas escolhidas pelos autores para representar os tópicos centrais de seus estudos.

Também há de se considerar que as palavras-chave, por serem selecionadas pelos autores, refletem diretamente os conceitos mais relevantes ou as áreas específicas de aplicação da pesquisa. Já os resumos podem conter termos mais genéricos ou frases compostas que ampliam o escopo do vocabulário.

A análise do gráfico 6, evidencia que “democracia” surge como o conceito mais recorrente entre as palavras-chave, indicando que uma parte específica dos trabalhos associados à capacidade estatal está vinculada a estudos sobre regimes democráticos, governança e estruturas políticas. Outras palavras de destaque, como “guerra civil”, “desenvolvimento”, “governança” e “burocracia”, apontam para discutir abrangentes que conectam a capacidade estatal com conflitos armados, evolução institucional, relações entre estado e sociedade, bem como eficiência administrativa.

Além disso, palavras como “América Latina”, “tributação”, “eleições” e “autoritários” indicam uma relação temática com estudos regionais e com processos que influenciam diretamente a capacidade estatal, como o sistema tributário e a legitimidade política através de eleições. Essa diversidade sugere que a literatura não se concentra

apenas na capacidade estatal como um conceito abstrato, mas também na sua aplicação em questões práticas e contextuais.

Gráfico 6 – Nuvem de palavras geradas a partir das palavras-chaves



Fonte: Elaborado pelo autor.

Comparando a nuvem dos resumos com as palavras-chave, percebe-se uma diferença fundamental. A nuvem de palavras-chave é mais focada e limitada, refletindo termos selecionados pelos autores para sintetizar seus estudos. Em contrapartida, a nuvem dos resumos é mais ampla, abrangendo o contexto completo das discussões nos artigos.

Essa diferença é valiosa: enquanto a nuvem de palavras-chave destaca os principais tópicos de investigação, a nuvem dos resumos captura um panorama mais específico, incluindo nuances, detalhes metodológicos e específicos contextuais que não aparecem nas palavras-chave.

Por exemplo, termos como “governança” e “construção” aparecem de forma mais frequente nos resumos do que nas palavras-chave, refletindo a preocupação com o processo de construção do Estado e a governança como temas adjacentes, mas relevantes.

Para finalizar esse tópico, no gráfico 7, foi realizado uma análise temática dos resumos dos artigos foi realizada utilizando a modelagem de tópicos, uma técnica de mineração de texto que organiza dados não estruturados em temas latentes. Na modelagem de tópicos (*Topic Modeling*), cada "tópico" é uma coleção de palavras que frequentemente aparecem juntas em um conjunto de textos.

O número de tópicos (k) não é determinado automaticamente pelo modelo. Geralmente, o pesquisador define este valor com base na experiência no campo de estudos de determinado tema, no caso do presente estudo, escolheu 3 tópicos para capturar os principais eixos temáticos, já que o objetivo é entender como os artigos discutem diferentes aspectos relacionados à capacidade estatal e suas dimensões institucionais, políticas e fiscais.

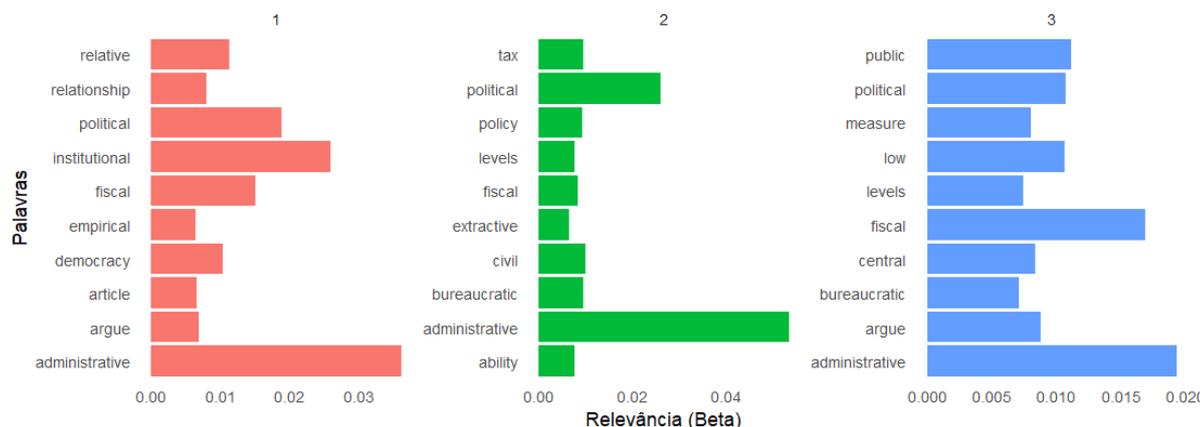
O modelo usado aqui, o *Latent Dirichlet Allocation* (LDA), tenta identificar padrões ocultos nos resumos dos artigos (ou seja, os temas principais incluídos nos textos) sem qualquer supervisão prévia. Cada tópico representa um tema específico, que é identificado com base na coocorrência das palavras. Por exemplo, se palavras como *fiscal*, *policy*, e *administrative* aparecem frequentemente juntas, o modelo as agrupa em um tópico, interpretado como um possível tema de "políticas fiscais e administração pública".

A maneira de interpretar o gráfico é olhar cada faceta (subgráfico) representa um tópico identificado pelo algoritmo de modelagem de tópicos (LDA - *Latent Dirichlet Allocation*). Dentro de cada faceta, estão listadas as palavras mais relevantes para aquele tópico, ordenadas pela sua relevância (beta). Cada barra representa a importância de uma palavra em um tópico específico, medida por um valor chamado beta. Quanto maior o valor de beta, mais importante é a palavra dentro daquele tópico.

Gráfico 7 – Modelo de tópicos<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Ao analisar os resultados, foi possível perceber que o termo *capacity* teve alta relevância em todos os tópicos. No entanto, este resultado, embora estatisticamente relevante, não agrega novas descobertas ao estudo, dado que *capacity* está diretamente relacionado ao tema central da revisão: a capacidade estatal. Assim, decidiu-se remover *capacity* dos gráficos.



Ao analisar o gráfico 7, a análise dos três tópicos extraídos dos resumos evidencia dimensões distintas, mas interligadas, sobre a temática da capacidade estatal. O Tópico 1 apresenta uma ênfase em aspectos institucionais e políticos, com palavras como *"institutional"*, *"political"* e *"relationship"*. No entanto, destaca-se a predominância da palavra *"administrative"*, que aparece como a mais relevante nesse tópico. Isso sugere que, embora a discussão trate de instituições e governança, a eficiência administrativa emerge como um elemento central para o funcionamento dessas estruturas. Essa abordagem reflete uma visão onde a administração pública desempenha papel crucial na construção e manutenção das instituições do Estado.

No Tópico 2, que se concentra em fiscalidade e políticas públicas, as palavras de maior relevância, como *"tax"*, *"fiscal"*, e *"policy"*, apontam para discussões relacionadas à arrecadação de recursos e à formulação de políticas públicas. A inclusão de *"administrative"* entre as palavras mais relevantes reforça a ideia de que a capacidade administrativa é indispensável não apenas para implementar políticas fiscais, mas também para assegurar que a arrecadação e alocação de recursos sejam feitas de maneira eficiente e estratégica. Essa ênfase evidencia o vínculo entre gestão administrativa e sustentabilidade econômica, mostrando que a administração pública é vista como um meio de viabilizar políticas fiscais mais eficazes.

Por fim, o Tópico 3, centrado em políticas públicas e democracia, destaca palavras como *"public"*, *"political"* e *"measure"*. Mais uma vez, *"administrative"* aparece como uma das palavras mais frequentes, sugerindo que a capacidade administrativa é fundamental mesmo em temas relacionados à prestação de serviços públicos e à interação do Estado com a sociedade. Isso indica que, para os estudos analisados, a administração

pública é percebida como um alicerce essencial tanto para o funcionamento da democracia quanto para a implementação de políticas públicas que beneficiem a população.

Ao observar os três tópicos como um todo, torna-se evidente que a palavra "*administrative*" desempenha um papel transversal, sendo destaque em todas as dimensões analisadas. Essa predominância aponta para uma ênfase significativa na administração pública como elemento explicativo nos estudos sobre capacidade estatal. Embora isso reforce sua importância como base para o funcionamento do Estado, também levanta questionamentos sobre uma possível lacuna teórica. A depender da frequência dessa abordagem, pode-se argumentar que outras capacidades do Estado, como a capacidade política, social ou inovadora, acabam sendo subexploradas nos estudos analisados.

Assim, a predominância de "*administrative*" nos três tópicos reflete a centralidade da administração pública para diferentes dimensões do Estado, mas também sugere a necessidade de uma diversificação temática. Estudos futuros poderiam ampliar o foco para explorar de forma mais equilibrada as demais capacidades do Estado, possibilitando uma visão mais holística e abrangente sobre os fatores que sustentam a capacidade estatal em diferentes contextos. Dessa forma, seria possível avançar na compreensão das complexas inter-relações que fundamentam o funcionamento do Estado moderno.

### 5.3 ANÁLISE DOS CONCEITOS DE CAPACIDADE ESTATAL NA CIÊNCIA POLÍTICA

Para capturar os conceitos de capacidade estatal nos 196 artigos, foi feita uma leitura individual dos artigos selecionados, buscando entender o que os autores conceitualizam no cerne capacidade estatal. Diversos trabalhos deixam de maneira explícita o que eles entendem, porém, alguns trabalhos não eram claros as suas definições, a exemplo do Ponder (2005) que trata a capacidade como a posse de meios organizacionais para colocar preferências em ação, tal conceito fica abrangente e não deixando bem qual sua finalidade.

Portanto para abordar a pergunta de pesquisa do trabalho, a revisão sistemática permitiu extrair informações sobre a maneira como cada texto selecionado apresenta e discute o conceito. Vale destacar que cada estudo analisado buscava responder a uma

questão de pesquisa específica, o que exigiu uma análise à forma como a definição do conceito estava vinculada ao objetivo original de cada trabalho.

No que diz respeito às dimensões, a análise partiu das classificações apresentadas por Cingolani (2013), complementadas pelas contribuições de Aguiar e Lima (2019). Para identificar essas dimensões, consideraram-se as “características” que o conceito de capacidade estatal carrega, como exemplificado por Li e Wright (2023), que definem a capacidade estatal em termos de arrecadação de impostos, manutenção da ordem pública, fornecimento de serviços básicos e administração eficiente e justa da burocracia. Assim, essas características foram categorizadas da seguinte forma: a capacidade de arrecadar impostos foi associada à dimensão extrativa; a manutenção da ordem pública, à dimensão coercitiva; e o fornecimento de serviços básicos e a administração eficiente e justa da burocracia, à dimensão administrativa/burocrática.

Embora essas dimensões sigam uma base já consolidada na literatura, algumas características apresentam dificuldades classificatórias. Por exemplo, Cummings e Norgaard (2002) entendem a capacidade estatal a partir das relações Estado-sociedade e como essas relações influenciam o desenvolvimento em países pós-comunistas. Nesse caso, a análise indicou uma combinação de dimensões: a dimensão social, por abordar diretamente as relações entre o Estado e a sociedade, e a dimensão política, ao considerar como essas relações impactam o desenvolvimento político. No entanto, tais classificações envolvem subjetividade, abrindo espaço para críticas, especialmente quando se define uma dimensão como “política” em vez de “institucional”.

Mesmo com as categorizações propostas por Cingolani (2013) – que incluem dimensões como extrativa, administrativa, coercitiva, burocrática, territorial, de conflito e política –, é possível questionar o enquadramento de certos conceitos dentro dessas dimensões. A análise evidenciou que muitos conceitos não se restringem a uma única dimensão; em geral, eles possuem elementos que se conectam a várias dimensões. Contudo, a ênfase atribuída a uma dimensão específica está intimamente ligada à questão de pesquisa ou ao objetivo do autor em cada estudo. Assim, quando um conceito é classificado em uma determinada dimensão, isso não implica que ele se limite a ela, mas sim que essa dimensão se destaca em função do enfoque dado pelo autor em seu trabalho.

Dessa forma, foi possível identificar oito categorias de conceituação de capacidade estatal: 1) Multidimensional; 2) Dimensão administrativa; 3) Dimensão

coercitiva ;4) Dimensão extrativa; 5) Dimensão burocrática ;6) Dimensão relacional; 7) Dimensão infraestrutural ;8) Diversas.

Essa categorização reforça a complexidade do conceito de capacidade estatal, que transita entre múltiplas dimensões dependendo do enfoque teórico e metodológico de cada autor.

De maneira geral, ao analisar tais conceitos, foi possível identificar, através do apêndice 2, um padrão de entendimento dos autores de ciência política, frequentemente associado à habilidade do Estado de implementar políticas públicas, manter a ordem, mobilizar recursos e responder às demandas da sociedade. Muitos autores adotem uma visão multifacetada, articulando dimensões administrativas, coercitivas e extrativas, outros exploram aspectos menos convencionais, como legitimidade, infraestrutura e relações Estado-sociedade. Percebe-se que não foge da afirmação de Cingolani (2013) ao dizer que o conceito de capacidade estatal é multidimensional, esclarecendo que autora estava examinando não somente a área da ciência política.

Para facilitar a compreensão da relação dos autores e as dimensões, no quadro 6, conta com os autores citados da tabela acima juntamente com as dimensões.

Quadro 6 – Dimensões dos Conceitos de Capacidade Estatal Agrupadas por Autor

<b>Dimensão</b>	<b>Autores</b>
Multidimensional	Hendrix (2010); Bäck e Hadenius (2008); Sobek (2010); Cole (2010); Ong (2018); Piccolino (2016); Hanson (2017); White (2018).
Administrativa	Li Wright (2023); Wang e Xu (2018); Knutsen e Kolvani (2022), Rittberger (2016) Leipziger (2016), Roggeband (2021); Capano (2020); Derouen jr, Ferguson, Norton, (2010); Soifer, (2012); Berliner, (2015); Cronet (2020)
Coercitiva	Gibler e Miller (2014); Landis (2012); Andersen, Knutsen e Skaaning (2023); Bussmann e Soysa (2006); Murtaza (2022); Thorsen, Grundholm ;Ulrichsen (2016)
Extrativa	Besley e Persson (2008, 2009, 2010); Wang (2015); Cao e Ward (2014); Mullis (2019); Ham e Seim (2017) Scott (2012); Hedin (2018)
Burocrática	Berge e Berger (2020) e Goenaga e Domingo (2018)
Relacional	Englehart (2009); Cummings e Norgaard (2002); Heldring e Robinson (2023)
Infraestrutural	Hellmann (2017); Jensen e Ramey (2020); Akbar e Ostermann (2015); Knutsen e Kolvani (2022); Rittberger (2014)
Diversos	Coleman e Chiasson (2002); Bell (2022); Peng (2019); Kamrava (2002)

Fonte: Elaborado pelo autor.

- A) *Conceito Multidimensional*: Grande parte dos trabalhos entendem a capacidade estatal como um fenômeno multidimensional, relacionando diversas dimensões. Hendrix (2010) por exemplo entende a capacidade estatal como força e eficácia das forças armadas de um país; qualidade e eficiência da burocracia governamental; à forma como as instituições políticas de um país funcionam. Tal conceito é classificado nas dimensões de militar/burocrática/legal. Outros trabalhos também, como Bäck e Hadenius (2008), Sobek (2010), Cole (2010), Ong (2018), Piccolino (2016), Hanson (2017), White (2018).
- B) *Dimensão administrativa*: A dimensão administrativa é a mais recorrente nos conceitos analisados, refletindo a centralidade da habilidade de implementar políticas públicas na definição de capacidade estatal. Autores como Ham e Seim (2017) entendem capacidade estatal como a capacidade das instituições estatais de implementar efetivamente os objetivos oficiais, tal entendimento se estende por Li Wright (2023); Wang e Xu (2018); Knutsen e Kolvani (2022), Rittberger (2016) Leipziger(2016), Roggeband (2021) e muitos outros (Capano,2020; Derouen jr; Ferguson; Norton, 2010; Soifer, 2012; Berliner,2015; Cronet, 2020) articulam a capacidade estatal como a competência do Estado em planejar, executar e sustentar políticas públicas eficazes. Essa visão destaca a importância de estruturas administrativas sólidas, burocracias eficientes e processos decisórios imparciais.

Essa abordagem é particularmente útil para medir o desempenho estatal em termos objetivos, mas pode ser criticada por negligenciar os contextos políticos e sociais que influenciam a implementação de políticas. Por exemplo, autores como Cavalcante e Pereira (2019) ampliam essa definição ao incluir redes de coordenação dentro e fora da administração pública, enquanto Heatley (2004) relaciona a capacidade administrativa à entrega de serviços essenciais.

- C) *Dimensão coercitiva*: Também é amplamente explorada, enfatizando o monopólio do uso legítimo da força e o controle territorial como elementos fundamentais da capacidade estatal. Autores como Gibler e Miller (2014) Landis (2012) Andersen, Knutsen e Skaaning (2023); Bussmann e Soysa (2006) ; Murtaza (2022) ; Thorsen, Grundholm e Ulrichsen (2016) definem

a capacidade estatal em termos de sua habilidade de manter a ordem, prevenir conflitos e enfrentar ameaças internas e externas.

Nos conceitos articulados por Simon (2012) e Foa e Nemirovskaya (2015), a coerção aparece como uma capacidade complementar à administração pública, pois o uso legítimo da força depende de instituições bem-organizadas e legítimas. Estados que não conseguem exercer coerção efetiva frequentemente enfrentam desafios de fragmentação territorial e insurgências, como destacado por Blanton e Blanton (2018).

Além disso, a dimensão coercitiva da capacidade estatal está intimamente ligada às discussões sobre regimes políticos e conflitos, pois envolve a capacidade do Estado de exercer controle territorial, manter a ordem e lidar com desafios internos e externos. Regimes autoritários, como discutido por Thies e Bellin (2010), tendem a centralizar a capacidade coercitiva, utilizando-a para reprimir dissidências internas e manter o controle territorial. Em democracias, a capacidade coercitiva é regulada por instituições como parlamentos, judiciários independentes e uma mídia livre, o que limita o uso arbitrário da força. Andersen, Knutsen e Skaaning (2023) destacam que democracias tendem a investir em legitimidade e resolução pacífica de conflitos, o que reduz a necessidade de coerção.

Por fim, a dimensão coercitiva é frequentemente destacada em estudos que analisam a relação entre o Estado e grupos insurgentes ou criminosos na América Latina. Autores como Grassi e Memoli (2016) e Garfias (2018) apontam que Estados com baixa capacidade coercitiva frequentemente enfrentam dificuldades em controlar o território, especialmente em regiões rurais ou periféricas.

D) *Dimensão extrativa*: É outro pilar do conceito de capacidade estatal, sendo associada à habilidade do Estado de arrecadar impostos e mobilizar recursos financeiros para sustentar suas funções. Autores como Besley e Persson (2008, 2009, 2010); Wang (2015); Cao e Ward (2014); Mullis (2019); Ham e Seim (2017) Scott (2012); Hedin (2018) articulam essa dimensão como central para a sustentabilidade econômica e a autonomia estatal. Embora a capacidade extrativa seja frequentemente vinculada à administração pública, alguns autores, como Cavalcante; Pereira (2019) e harpe (2021), ampliam essa perspectiva para incluir a redistribuição de recursos e o financiamento de bens públicos. A ênfase nessa dimensão reflete a importância dos recursos financeiros na definição do poder estatal, mas também levanta questões

sobre sua dependência de condições econômicas externas e contextos regionais.

- E) *Dimensão burocrática*: Apesar de ser menos frequente, é descrita por autores como Berge e Berger (2020) e Goenaga e Domingo (2018) como um conjunto de características weberianas, incluindo expertise, imparcialidade e transparência. Essa dimensão é frequentemente articulada como um pré-requisito para a implementação eficaz de políticas e para a manutenção da confiança pública.
- F) *Dimensão relacional*: Capacidade estatal também é entendido como relações Sociais e legitimidade. Autores como Englehart (2009); Cummings e Norgaard (2002); Heldring e Robinson (2023) destacam a dimensão relacional, definindo a capacidade estatal em termos de suas interações com a sociedade e da legitimidade de suas instituições. Essa abordagem foge do padrão administrativo e coercitivo, sugerindo que a capacidade estatal depende da confiança pública e da aceitação social de suas políticas. Essa visão relacional é menos comum na literatura, mas oferece uma contribuição importante ao enfatizar que a eficácia estatal não depende apenas de suas habilidades técnicas, mas também de sua conexão com a sociedade e da legitimidade que ela confere ao governo.
- G) *Dimensão infraestrutural*: Capacidade estatal também é compreendida também dentro da dimensão infraestrutural, explorada por autores como Hellmann (2017); Jensen e Ramey (2020); Akbar e Ostermann (2015); Knutsen e Kolvani (2022); Rittberger (2014), enfatiza a capacidade do Estado de penetrar na sociedade e implementar políticas em todas as partes de seu território. Essa perspectiva é particularmente relevante para avaliar o desempenho estatal em contextos regionais e locais, destacando a importância de redes logísticas e infraestrutura física.
- H) *Diversos*: Autores como Coleman e Chiasson (2002) definem o conceito de capacidade transformativa do estado no trabalho. a capacidade

transformativa é entendida como a habilidade do estado de coordenar mudanças industriais para enfrentar a competição internacional. Bell (2022) e Peng (2019) focam na capacidade do Estado de lidar com desafios ambientais, como gestão de água e resposta a desastres naturais. Já Autores como Kamrava (2002) exploram a habilidade do Estado de regular mercados e implementar políticas econômicas.

Portanto, respondendo à questão de pesquisa – “como o conceito de capacidade estatal é articulado na ciência política?” Na ciência política, o conceito de capacidade estatal é articulado como uma habilidade multifacetada do Estado para desempenhar funções essenciais, como a implementação de políticas públicas, a manutenção da ordem e a mobilização de recursos. Contudo, a articulação desse conceito reflete uma ampla diversidade de interpretações, frequentemente caracterizada por enfoques seletivos em dimensões específicas e pela ausência de consenso sobre sua definição abrangente.

Sua proliferação em diversos campos de estudo gerou desafios significativos quanto à sua definição e aplicação. A análise dos 196 conceitos de capacidade estatal confirma a crítica levantada por autores como Cingolani (2013) e Hanson e Sigman (2021), que apontam a ausência de consenso e a expansão excessiva do conceito como fatores que contribuem para sua vaguidade.

De acordo com Gallie (1956), conceitos essencialmente contestados, como a capacidade estatal, são caracterizados por interpretações concorrentes que refletem variações nos meios de observação e nos propósitos para os quais o conceito é usado. Esse é exatamente o caso da capacidade estatal, que evoluiu de um foco inicial em dimensões específicas, como administração e coerção, para abranger uma gama cada vez maior de subdimensões. Como resultado, o conceito se diluiu, levando a problemas de validade teórica e metodológica. Cingolani (2013) descreve esse processo de “ramificação” como uma tentativa de acomodar novas realidades e objetivos de pesquisa, mas alerta que isso frequentemente resulta em confusão entre capacidade estatal e conceitos correlatos, como governança e Estado de direito.

Na ciência política, a proliferação do conceito de capacidade estatal é evidente na maneira como os autores selecionam dimensões específicas para atender às necessidades de seus estudos. Muitos estudos priorizam a **implementação de políticas públicas** como núcleo da capacidade estatal, articulando o conceito em termos práticos e mensuráveis.

Essa abordagem é adotada por autores como Li e Wright (2023), Wang e Xu (2018), Ham e Seim (2017), Knutsen e Kolvani (2022) e Rittberger (2016), que destacam a administração pública como o principal indicador de um Estado funcional. Embora prática, essa ênfase reduz a capacidade estatal a uma função técnica, desconsiderando dimensões como legitimidade, infraestrutura, relações sociais e a própria ideia de conflito político.

Como apontam Gomide, Pereira e Machado (2017), essa abordagem tende a confundir causas e resultados, entrando em uma argumentação circular onde a implementação de políticas é tanto explicada quanto usada como evidência da própria capacidade estatal. chamam atenção para a circularidade na aplicação do conceito. Segundo esses autores, a confusão entre meios e fins na definição de capacidade estatal compromete sua precisão analítica, tornando-a um conceito "essencialmente contestado".

A partir da análise dos conceitos coletados, observa-se que a ciência política compreende capacidade estatal majoritariamente como *meios* para o funcionamento do Estado, ao invés de *fins* em si mesmos. A maioria dos autores enfatiza arrecadação fiscal, monopólio da violência, qualidade burocrática e estrutura administrativa como elementos centrais. Exemplos incluem Besley e Persson (2009), que associam capacidade estatal à arrecadação de impostos e à manutenção da ordem, Hendrix (2010), que enfatiza a força das forças armadas e a eficiência da burocracia governamental, e Thies (2010), que destaca a capacidade de extrair recursos e mobilizá-los para governar. Outros autores, como Englehart (2009) e Knutsen (2013), também seguem essa linha ao definir capacidade estatal como a habilidade de implementar políticas e manter controle sobre agentes estatais e sociais.

Por outro lado, um grupo menor de autores define capacidade estatal em termos de *fins*, como a provisão de serviços públicos, a estabilidade política e a efetividade da governança. Soifer (2012), por exemplo, conceitua capacidade estatal como a habilidade de garantir segurança e prover serviços essenciais, enquanto Lindvall e Teorell (2016) a definem como o poder do Estado para atingir resultados pretendidos. Nesses casos, a capacidade estatal é descrita a partir das suas consequências, o que pode gerar problemas metodológicos ao inferir a existência da capacidade estatal com base nos seus próprios efeitos.

Ademais, uma parcela das definições apresenta sobreposição entre *meios e fins*, reforçando o problema da circularidade conceitual. Isso ocorre quando a capacidade estatal é simultaneamente descrita pelos recursos que permitem sua existência e pelos resultados que dela derivam. Um exemplo é a definição de Harbers (2015), que menciona tanto a penetração do Estado na sociedade quanto a sua habilidade de implementar decisões políticas de forma eficaz. Essa ambiguidade compromete a distinção entre causas e efeitos, dificultando o desenvolvimento de modelos explicativos mais rigorosos.

Diante desse cenário, autores como Kocher (2010) defendem a decomposição do conceito de capacidade estatal em suas partes constitutivas, buscando esclarecer quais atributos são necessários para produzir efeitos específicos. Esse tipo de abordagem pode reduzir o risco de tautologia ao separar analiticamente os fatores que influenciam a capacidade estatal dos impactos que ela gera. No entanto, a tendência de selecionar dimensões específicas para atender a necessidades empíricas sem uma integração teórica clara agrava a fragmentação conceitual.

Hanson e Sigman (2021) enfatizam que essa ausência de consenso sobre quais dimensões são essenciais dificulta a construção de medidas comparáveis. Alguns estudos priorizam a capacidade coercitiva, entendida como o monopólio do uso legítimo da força, enquanto outros destacam a capacidade extrativa, relacionada à mobilização de recursos financeiros. Por exemplo, autores como Gibler e Miller (2016), Thies e Bussmann (2010) enfatizam a coerção como central para o controle territorial e a estabilidade interna, enquanto Besley e Persson (2008) e Ward e Cao (2013) destacam a extração de recursos como a base do desempenho estatal.

A confusão conceitual também se manifesta na tendência de associar a capacidade estatal a conceitos mais amplos, como governança, ou a funções específicas, como regulação de mercados. Cingolani (2013) critica esse fenômeno, argumentando que a tentativa de "alongar" o conceito para abranger mais dimensões do que ele pode sustentar teoricamente resulta em uma falta de clareza sobre o que está realmente sendo analisado. Essa proliferação de interpretações cria problemas metodológicos, pois dificulta a formulação de indicadores precisos e válidos.

Portanto, a revisão sistemática evidencia a necessidade de um maior refinamento teórico na formulação do conceito de capacidade estatal. A predominância da abordagem centrada nos *meios* revela uma visão instrumentalista, na qual a capacidade do Estado é

medida pelo seu aparato institucional e pelos recursos que mobiliza, mas sem considerar diretamente os resultados que produz. Isso implica uma lacuna analítica importante, pois o funcionamento estatal não pode ser plenamente compreendido sem levar em conta os efeitos concretos de sua atuação.

Dessa forma, a fragmentação entre diferentes abordagens e a tendência de inflacionar o conceito sem critérios claros dificultam sua validação empírica. Estudos futuros devem explorar métodos que operacionalizem o conceito de maneira mais precisa, permitindo uma melhor compreensão da capacidade estatal e suas implicações para o desenvolvimento e a governança. Além disso, é necessário um maior esforço teórico para integrar a análise de *meios* e *fins*, superando a dicotomia atual e permitindo um entendimento mais robusto da capacidade estatal como um fenômeno dinâmico e relacional.

## 6 CONCLUSÕES

A presente dissertação buscou compreender como o conceito de capacidade estatal é articulado na ciência política, enfrentando o desafio de sistematizar um campo teórico caracterizado pela diversidade de definições e abordagens. Fundamentado no debate clássico e contemporâneo, este trabalho apresentou uma síntese crítica sobre a evolução e aplicação do conceito, partindo de autores como Skocpol (1985), Tilly (1975) e Mann (1993), e chegando a contribuições mais recentes de Besley e Persson (2008), Hendrix (2010), e Hanson e Sigman. (2021)

Os estudos clássicos foram essenciais para delimitar a capacidade estatal enquanto um conceito ancorado na burocracia profissional, no monopólio da força e na arrecadação de recursos. Tilly (1975), por exemplo, concebeu a capacidade estatal como a habilidade de coletar impostos e organizar a coerção para sustentar o controle territorial e resistir a ameaças internas e externas. Skocpol (1985) ampliou esse entendimento ao incorporar a eficácia na implementação de políticas públicas, enquanto Mann (1993), diferenciou entre poder despótico e poder infraestrutural, trazendo à tona a complexidade das interações entre Estado e sociedade.

Entretanto, a transição para abordagens mais contemporâneas trouxe consigo novos desafios teóricos e metodológicos. Autores como Besley e Persson (2008) destacaram as dimensões fiscais e legais da capacidade estatal, relacionando-as ao desenvolvimento econômico e ao impacto de conflitos internos e externos. Hanson e Sigman (2021) por sua vez, avançaram no debate ao propor um modelo sistemático que integra as dimensões coercitiva, fiscal e administrativa, ressaltando a interdependência entre elas. Ainda assim, como enfatizado por Cingolani (2013) e outros críticos, a expansão do conceito gerou problemas de diluição e ambiguidade. A proliferação de definições não apenas dificultou a distinção entre capacidade estatal e conceitos correlatos, como também criou barreiras para a construção de medidas comparáveis e rigorosas.

A revisão sistemática realizada evidenciou esse cenário. Ao mapear 196 artigos, foi possível identificar as principais abordagens teóricas, os autores mais influentes e as dimensões predominantes do conceito. A tabela consolidando os conceitos revelou um padrão teórico heterogêneo, onde a ausência de consenso sobre uma definição única reforça a caracterização do conceito como “essencialmente contestado”. Os resultados

também mostraram que, embora os estudos clássicos priorizem a coerção e a burocracia, os trabalhos mais recentes se orientam para múltiplas dimensões, explorando relações com temas como governança, desenvolvimento econômico e conflito.

O objetivo geral da presente pesquisa como também, os objetivos específicos foram atendidos, seguindo cada passo que foi descritivo nos objetivos específicos, foi possível obter a compreensão do que a ciência política compreende por capacidade estatal, sendo o conceito nessa área, entendida como uma habilidade multifacetada do Estado para desempenhar funções essenciais, como a implementação de políticas públicas, a manutenção da ordem e a mobilização de recursos.

Para além disso, os resultados evidenciam que a ciência política compreende majoritariamente capacidade estatal como *meios*, ou seja, como a existência de recursos institucionais, burocráticos, coercitivos e financeiros que permitem o funcionamento do Estado. No entanto, a tendência de considerar capacidade estatal como *fins*, medindo-a pelos seus resultados, é minoritária e metodologicamente problemática, pois pode levar a inferências tautológicas.

Adicionalmente, o uso de ferramentas bibliométricas, como redes de coautoria e nuvens de palavras-chave, trouxe insights importantes sobre os atores e os temas centrais da literatura. A análise revelou um aumento significativo no volume de publicações a partir de 2010, com destaque para tópicos como conflitos, democracia e instituições, além de uma interconexão crescente entre o conceito de capacidade estatal e outros campos do conhecimento. Esse crescimento reflete tanto a relevância contemporânea do conceito quanto as dificuldades em operacionalizá-lo de forma sistemática.

Não somente isso, como foi possível identificar na rede de coautoria, as interações entre os autores são específicas dentro de clusters específicos, com pouco ou nenhum conectando essas comunidades. Isso indica que mesmo os autores mais influentes, que poderiam atuar como pontes entre diferentes abordagens, permaneceram restritos às redes internas

Além disso, é necessário evidenciar que o trabalho apresenta limitações, a rede de coautoria por exemplo tem que ser melhor investigada para verificar melhor essa falta de interação, por escolher o banco de dados sendo extraído do *google scholar*, impossibilitou da pesquisa realizar o uso de pacotes no R como *Bibliometrix*, no qual fornece todos os instrumentos para perseguir uma análise bibliométrica completa, como também, alguma

pacote ou ferramenta que fosse possível analisar esses conceitos de maneira automática, sendo análise manual. Porém, por outro lado, tal análise feita dessa maneira possibilitou aprofunda a concepção de capacidade estatal em cada trabalho. Portanto, segue para os próximos pesquisadores a utilizar o banco de dados para desbrava novas pesquisas.

A presente dissertação buscou compreender como o conceito de capacidade estatal é articulado na ciência política, enfrentando o desafio de sistematizar um campo teórico caracterizado pela diversidade de definições e abordagens. Embora a multiplicidade de dimensões enriqueça o conceito, ela também exige que os pesquisadores sejam explícitos e consistentes em suas escolhas conceituais, evitando a sobreposição com outros temas.

A revisão sistemática mostrou que, apesar das críticas sobre a proliferação e diluição do conceito, há avanços importantes no entendimento de sua natureza multifacetada, especialmente no que tange às interdependências entre suas dimensões fiscal, coercitiva e administrativa. Assim, esta dissertação contribui ao campo da ciência política ao consolidar debates teóricos/conceituais sobre a capacidade estatal, oferecendo uma análise sistemática e abrangente da literatura.

## REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. Political losers as a barrier to economic development. **American Economic Review**, v. 90, n. 2, p. 126-130, 2000.
- ACEMOGLU, D.; Robinson, J. A. *The Narrow Corridor: States, Societies, and the Fate of Liberty*. New York: Penguin Press, 2019.
- AGNEMAN, G. et al. Mapping Local State Capacity. **SSRN Electronic Journal**, 2022.
- AGUIAR, Rafael Barbosa de; LIMA, Luciana Leite. Capacidade estatal: definições, dimensões e mensuração. **Bib: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, SP, n. 89, p. 1-28, ago. 2019.
- AKBAR, N.; OSTERMANN, S. L. Understanding, Defining, and Measuring State Capacity in India: Traditional, Modern, and Everything in Between An Asian Survey Special Issue on India. **Asian Survey**, v. 55, n. 5, p. 845–861, 1 out. 2015.
- AMAN, S.; AMAN, S. Building capacity to build dependency? Institutional paradoxes in post-2001 state building in Afghanistan. **J. Pol. Stud.**, v. 22, p. 399, 2015.
- ANDERSEN, D. D. E., Knutsen, C. H., & Skaaning, S. E. (2023). Dimensions of State Capacity and Modes of Democratic Breakdown. *QOG Working Paper Series*, 14.
- ANDERSEN, D. et al. State capacity and political regime stability. **Democratization**, v. 21, n. 7, p. 1305–1325, 10 nov. 2014.
- ANDERSEN, David et al. State capacity and political regime stability. In: *The State-Democracy Nexus*. Routledge, 2016. p. 103-123.
- ARÉVALO-BENCARDINO, J. State capacity and support for democracy: challenges and opportunities for post conflict Colombia. **Revista de Economía Institucional**, v. 20, n. 39, p. 159–186, 1 dez. 2018.
- Azmi, J.; Arif, M.; Nafis, M. T.; Alam, M. A.; Tanweer, S.; Wang, G. A systematic review on machine learning approaches for cardiovascular disease prediction using big medical data. **Medical Engineering & Physics**, v. 105, p. 103825, 2022.
- BÄCK, H.; HADENIUS, A. Democracy and State Capacity: Exploring a J-Shaped Relationship. **Governance**, v. 21, n. 1, p. 1–24, jan. 2008.

- BAKAKI, Z. The Joint Effect of International and Domestic-Level State Capacity on Civil War Risk. **Social Sciences**, v. 9, n. 5, p. 66, 1 maio 2020.
- BAKIR, C. Bargaining with Multinationals: Why State Capacity Matters. **New Political Economy**, v. 20, n. 1, p. 63–84, 29 jan. 2014.
- BAKIR, C.; ÇOBAN, M. K. How can a seemingly weak state in the financial services industry act strong? The role of organizational policy capacity in monetary and macroprudential policy. **New Perspectives on Turkey**, v. 61, p. 71–96, 31 out. 2019.
- BANIK, D.; BULL, B. Chinese engagement in Africa and Latin America: does it matter for state capacity? **Third World Thematics: A TWQ Journal**, p. 1–20, 22 out. 2018.
- BARBOSA, Igor Palma et al. Os efeitos do acordo sobre agricultura da Organização Mundial do Comércio para incentivar a promoção da segurança alimentar: uma revisão sistemática de literatura. 2021.
- Bastos, Carlos; Britto, Gustavo. Introdução à economia do subdesenvolvimento: elementos fundamentais das teorias clássicas do desenvolvimento. **Gestão e Sociedade**, v. 14, p. 3632-3671, 2020. DOI: 10.21171/ges.v14i37.
- BELL, S. The limits of federal state capacity in managing Australia's Murray-Darling River basin. **Water Alternatives**, 2022, 15.1: 129-149.
- BELL, S.; HINDMOOR, A. The Ideational Shaping of State Power and Capacity: Winning Battles but Losing the War over Bank Reform in the US and UK. **Government and Opposition**, v. 49, n. 3, p. 342–368, 22 maio 2014.
- BERGE, T. L.; BERGER, A. Do Investor–State Dispute Settlement Cases Influence Domestic Environmental Regulation? the Role of Respondent State Capacity. **SSRN Electronic Journal**, 2020.
- BERLINER, Daniel; GREENLEAF, Anne; LAKE, Milli; NOVECK, Jennifer. Building capacity, building rights? State capacity and labor rights in developing countries. **World Development**, v. 72, p. 127-139, ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.02.018>. Acesso em: 25 dez. 2025.
- BERSCH, Katherine; KOIVUMÄKI, Riitta-Ilona. Making inroads: infrastructure, state capacity, and Chinese dominance in Latin American development. **Studies in**

*Comparative International Development*, v. 54, n. 3, p. 323-345, set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12116-019-09282-5>. Acesso em: 25 dez. 2025.

BERWICK, Elissa; CHRISTIA, Fotini. State capacity redux: integrating classical and experimental contributions to an enduring debate. *Annual Review of Political Science*, v. 21, n. 1, p. 71-91, 11 maio 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-072215-012907>. Acesso em: 25 dez. 2025.

Besley, T.; Persson, T. State capacity, conflict, and development. *Econometrica*, v. 78, n. 1, p. 1-34, 2010.

Besley, T.; Persson, T. The origins of state capacity: Property rights, taxation, and politics. *American Economic Review*, v. 99, n. 4, p. 1218-1244, 2009.

Besley, T.; Persson, T. Wars and state capacity. *Journal of the European Economic Association*, v. 6, n. 2-3, p. 522-530, 2008.

BESLEY, Timothy. State capacity, reciprocity, and the social contract. *Econometrica*, v. 88, n. 4, p. 1307-1335, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3982/ECTA16863>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BESLEY, Timothy; PERSSON, Torsten. The causes and consequences of development clusters: state capacity, peace, and income. *Annual Review of Economics*, v. 6, n. 1, p. 927-949, 1 ago. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-economics-080213-041128>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BETHKE, Felix; BUSSMANN, Margit. Domestic mass unrest and state capacity. In: *Annual Meeting of the European Political Science Association*. Dublin: European Political Science Association, 2011.

BICHIR, R. M. A Emergência e a Consolidação de Programas de Transferência de Renda no Brasil, na Argentina e na África do Sul. In: GOMIDE, A. A.; BOSCHI, R. R. (orgs.). *Capacidades Estatais em Países Emergentes: o Brasil em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.

BIZHAN, Nematullah. Building legitimacy and state capacity in protracted fragility: the case of Afghanistan. *SSRN Electronic Journal*, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.3166985>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BLANKENSHIP, Brian. When do states take the bait? State capacity and the provocation logic of terrorism. *Journal of Conflict Resolution*, v. 62, n. 2, p. 381-409, fev. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022002716645656>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BLANTON, Robert G.; BLANTON, Shannon Lindsey; PEKSEN, Dursun. Confronting human trafficking: the role of state capacity. *Conflict Management and Peace Science*, v. 37, n. 4, p. 471-489, jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0738894218789875>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BLOCH RUBIN, Ruth. State preventive medicine: public health, Indian removal, and the growth of state capacity, 1800–1840. **Studies in American Political Development**, v. 34, n. 1, p. 24-43, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0898588X20000073>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BÖHMELT, Tobias; BOVE, Vincenzo; GLEDITSCH, Kristian Skrede. Blame the victims? Refugees, state capacity, and non-state actor violence. *Journal of Peace Research*, v. 56, n. 1, p. 73-87, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022343318804592>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Booth, A.; Papaioannou, D.; Sutton, A. *Systematic approaches to the literature*. Londres: Sage, 2012.

BOOTH, Andrew, et al. *Systematic approaches to a successful literature review*. 2. ed. Londres: Sage, 2021.

BOUCOYANNIS, Deborah. No taxation of elites, no representation: state capacity and the origins of representation. *Politics & Society*, v. 43, n. 3, p. 303-332, 2015.

Braithwaite, Alex. Resisting infection: How state capacity conditions conflict contagion. **Journal of Peace Research**, v. 47, n. 3, p. 311-319, 2010.

BRAITHWAITE, Alex. Resisting infection: how state capacity conditions conflict contagion. *Journal of Peace Research*, v. 47, n. 3, p. 311-319, maio 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022343310362164>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRAMBOR, Thomas; GOENAGA, Agustín; LINDVALL, Johannes; TEORELL, Jan. The lay of the land: information capacity and the modern state. *Comparative Political*

*Studies*, v. 53, n. 2, p. 175-213, fev. 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.1177/0010414019843432>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crise econômica e reforma do Estado no Brasil. São Paulo: Editora : 34, v. 34, n. 1, p. 239-268, 1996.

BROWN, Michael K. State capacity and political choice: interpreting the failure of the Third New Deal. **Studies in American Political Development**, v. 9, n. 1, p. 187-212, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0898588X0000119X>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BUCKLEY, David T.; MANTILLA, Luis Felipe. God and governance: development, state capacity, and the regulation of religion. **Journal for the Scientific Study of Religion**, v. 52, n. 2, p. 328-348, jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jssr.12025>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BUHAUG, H. Dude, where's my conflict? LSG, relative strength, and the location of civil war. **Conflict Management and Peace Science**, v. 27, n. 2, p. 107-128, 2010.

BULL, Benedicte. Governance in the aftermath of neoliberalism: aid, elites and state capacity in Central America. **Forum for Development Studies**, v. 43, n. 1, p. 89-111, jan. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08039410.2015.1134647>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BUSSMANN, Margit; DE SOYSA, Indra. How taxing is trade? Globalization, state capacity, & civil war. [s.d.].

BUSTIKOVA, Lenka; CORDUNEANU-HUCI, Cristina. Patronage, trust, and state capacity: the historical trajectories of clientelism. **World Politics**, v. 69, n. 2, p. 277-326, abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0043887116000265>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CAO, X.; WARD, H. Building state capacity for environmental protection? Lessons from an environmental politics model for authoritarian states. In: Yale Conference on International Environmental Policymaking and Agreements, abril 2011, New Haven. Anais... p. 8-9.

CAO, Xun; WARD, Hugh. Winning coalition size, state capacity, and time horizons: an application of modified selectorate theory to environmental public goods provision.

*International Studies Quarterly*, v. 59, n. 2, p. 264-279, jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/isqu.12163>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CAPANO, Giliberto. Policy design and state capacity in the COVID-19 emergency in Italy: if you are not prepared for the (un)expected, you can be only what you already are. *Policy and Society*, v. 39, n. 3, p. 326-344, 2 jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14494035.2020.1783790>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CAPPELEN, Christoffer; SORENS, Jason. Pre-colonial centralisation, traditional indirect rule, and state capacity in Africa. *Commonwealth & Comparative Politics*, v. 56, n. 2, p. 195-215, 3 abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14662043.2017.1404666>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CARBONE, Giovanni; MEMOLI, Vincenzo. Does democratization foster state consolidation? Democratic rule, political order, and administrative capacity. *Governance*, v. 28, n. 1, p. 5-24, jan. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/gove.12056>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CÁRDENAS, Mauricio. State capacity in latin america. *Economía*, v. 10, n. 2, p. 1-45, 2010.

CARLIN, Ryan E.; LOVE, Gregory J.; ZECHMEISTER, Elizabeth J. Trust shaken: earthquake damage, state capacity, and interpersonal trust in comparative perspective. *Comparative Politics*, v. 46, n. 4, p. 419-453, 1 jul. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5129/001041514812522761>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CARVALHO, Pedro Henrique Mota de. Como a literatura analisa o TRIPS: uma revisão sistemática. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

CAVALCANTE, Pedro; PEREIRA, Ana Karine. Do state capacity dimensions differently affect policy areas performance? An analysis of a federal government. In: *Proceedings of the 4<sup>o</sup> International Conference on Public Policy*, Montreal, Canada, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/12439>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CENTENO, M. A. *Blood and Debt: War and the Nation-State in Latin America*. University Park: Penn State Press, 2002.

CHARASZ, Paweł; VÖGLER, Jan P. Does EU funding improve local state capacity? Evidence from Polish municipalities. **European Union Politics**, v. 22, n. 3, p. 446–471, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/14651165211005847>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CHARRON, Nicholas. Diverging cohesion? Globalisation, state capacity and regional inequalities within and across European countries. **European Urban and Regional Studies**, v. 23, n. 3, p. 355–373, jul. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0969776413512844>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CHARRON, Nicholas; LAPUENTE, Victor. Does democracy produce quality of government? **European Journal of Political Research**, v. 49, n. 4, p. 443–470, 2010.

CHASEK, Pamela S. NGOs and state capacity in international environmental negotiations: The experience of the Earth Negotiations Bulletin. **Review of European Community & International Environmental Law**, v. 10, n. 2, p. 168–176, jul. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-9388.00273>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CINGOLANI, L. The state of state capacity: a review of concepts, evidence and measures. Maastricht: Maastricht University, 2013. (Working Paper, n. 053).

COLE, Wade M. Mind the gap: State capacity and the implementation of human rights treaties. **International Organization**, v. 69, n. 2, p. 405–441, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S002081831400040X>. Acesso em: 20 jun. 2024.

COLEMAN, William D.; CHIASSON, Christine. State power, transformative capacity and adapting to globalization: An analysis of French agricultural policy, 1960–2000. **Journal of European Public Policy**, v. 9, n. 2, p. 168–185, jan. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13501760110120200>. Acesso em: 20 jun. 2024.

COLOMER, Josep. The left–right dimension in Latin America. Barcelona: UPF Economics and Business, 2005. (Working Paper, n. 813).

COPPEDGE, Michael. A classification of Latin American political parties. Notre Dame: University of Notre Dame, 1997. (Kellogg Institute Working Paper, n. 244).

CRANENBURGH, Oda Van. Increasing state capacity: What role for the World Bank. *IDS Bulletin*, v. 29, n. 2, p. 75–81, abr. 1998. Disponível em:

<https://doi.org/10.1111/j.1759-5436.1998.mp29002009.x>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CROISSANT, Aurel; HELLMANN, Olli. Introduction: State capacity and elections in the study of authoritarian regimes. *International Political Science Review*, v. 39, n. 1, p. 3–16, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0192512117700066>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CRONERT, A. Democracy, State Capacity, and COVID-19 Related School Closures. preprints.apsanet.org, 28 abr. 2020.

CRONERT, Axel. Precaution and proportionality in pandemic politics: Democracy, state capacity, and COVID-19-related school closures around the world. **Journal of Public Policy**, v. 42, n. 4, p. 1–25, 27 maio 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0143814X22000101>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CRONERT, Axel; HADENIUS, Axel. Institutional foundations of global well-being: Democracy, state capacity and social protection. **International Political Science Review**, v. 42, n. 5, p. 705–724, nov. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0192512120917186>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CRUZ, K. M. O conceito de institucionalização partidária: análise sistemática da literatura. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

CUMMINGS, S. N.; NORGAARD, O. State capacity in Kazakhstan and Kyrgystan: A comparative perspective. In: Nordic Political Science Association Workshop, 22., 2002.

CUMMINGS, Sally N.; NØRGAARD, Ole. Conceptualising state capacity: Comparing Kazakhstan and Kyrgyzstan. **Political Studies**, v. 52, n. 4, p. 685–708, dez. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2004.00503.x>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CUNHA, Bruno Queiroz; PEREIRA, Ana Karine; GOMIDE, Alexandre De Ávila. State capacity and utilities regulation in Brazil: Exploring bureaucracy. *Utilities Policy*, v. 49, p. 116–126, dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jup.2017.06.004>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DACOMBE, Rod. Systematic reviews in political science: What can the approach contribute to political research? **Political Studies Review**, v. 16, n. 2, p. 148-157, 2018.

DAHILL-BROWN, Sara E.; LAVERY, Lesley. Implementing federal policy: Confronting state capacity and will. **Politics & Policy**, v. 40, n. 4, p. 557–592, ago. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1747-1346.2012.00368.x>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DARGENT, E.; FELDMANN, A. E.; LUNA, J. P. Greater state capacity, lesser stateness: Lessons from the Peruvian commodity boom. **Politics & Society**, v. 45, n. 1, p. 3–34, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022343310362169>. Acesso em: 20 jun. 2024.

de la Harpe, C. A. (2021). Beyond National Averages: Subnational State Capacity in Chile. **Studia Politica. Romanian Political Science Review**, 21(2), 541-575.

De Soto, H. *The Other Path*. New York: Harper & Row, 1989.

DELCOUR, Laure; DIMITROVA, Antoaneta; MANIOKAS, Klaudijus; WOLCZUK, Kataryna. State capacity, state capture and their effects on the implementation of association agreements in the Eastern Neighbourhood. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0010836719860885>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DELFS, D. et al. **Dimensions of State Capacity and Modes of Democratic Breakdown**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <[https://www.gu.se/sites/default/files/2023-10/2023\\_14\\_Andersen\\_Knutsen\\_Skaaning.pdf](https://www.gu.se/sites/default/files/2023-10/2023_14_Andersen_Knutsen_Skaaning.pdf)>. Acesso em: 24 dez. 2024.

DeRouen Jr, K. R.; BERCOVITCH, J. Enduring internal rivalries: A new framework for the study of civil war. **Journal of Peace Research**, v. 45, n. 1, p. 55-74, 2008.

DEROUEN, Karl et al. Civil war peace agreement implementation and state capacity. **Journal of Peace Research**, v. 47, n. 3, p. 333–346, mai. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022343310362169>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DI SALVATORE, Jessica; RUGGERI, Andrea. The withdrawal of UN peace operations and state capacity: Descriptive trends and research challenges. *International Peacekeeping*, v. 27, n. 1, p. 12–21, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13533312.2019.1710368>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DIGIUSEPPE, Matthew R.; BARRY, Colin M.; FRANK, Richard W. Good for the money: International finance, state capacity, and internal armed conflict. **Journal of Peace Research**, v. 49, n. 3, p. 391–405, mai. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022343311434239>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DIGIUSEPPE, Matthew; SHEA, Patrick E. US patronage, state capacity, and civil conflict. *The Journal of Politics*, v. 84, n. 2, p. 767–782, abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/715598>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DIMITROVA, Antoaneta et al. Statehood, state capacity and limited access orders: Comparing Belarus and Ukraine. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0969776413512844>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DINCECCO, M.; KATZ, G. State capacity and long-run performance. **Journal of Economic History**, v. 75, n. 3, p. 901-918, 2015.

DYBÅ, Tore; DINGSØYR, Torgeir. Empirical studies of agile software development: A systematic review. **Information and Software Technology**, v. 50, n. 9-10, p. 833-859, 2008.

ECCLESTON, Richard; MARSH, Ian. The Henry Tax Review, cartel parties and the reform capacity of the Australian state. **Australian Journal of Political Science**, v. 46, n. 3, p. 437–451, set. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10361146.2011.595699>. Acesso em: 20 jun. 2024.

EDMUNDS, Timothy; JUNCOS, Ana E. Constructing the capable state: Contested discourses and practices in EU capacity building. **Cooperation and Conflict**, v. 55, n. 1, p. 3–21, mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0010836719860885>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ENGLEHART, N. A. State capacity, state failure, and human rights. **Journal of Peace Research**, v. 46, n. 2, p. 163-180, 2009.

ENGLEHART, Neil A. Is regime change enough for Burma? The problem of state capacity. **Asian Survey**, v. 45, n. 4, p. 622–644, ago. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/as.2005.45.4.622>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ENGLEHART, Neil A. State capacity, state failure, and human rights. **Journal of Peace Research**, v. 46, n. 2, p. 163–180, mar. 2009. Disponível em:

<https://doi.org/10.1177/0022343308100713>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ESTEVES, Vitoria Barros. Polarização política do eleitorado brasileiro: uma revisão sistemática em periódicos brasileiros (2012-2022). 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

EVANS, P. *Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004a.

EVANS, P. Development as institutional change: The pitfalls of monocropping and the potentials of deliberation. In: *Studies in Comparative International Development*, v. 38, n. 4, p. 30-52, 2004b.

EVANS, P. *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

EVANS, P.; RAUCH, J. E. Bureaucracy and growth: A cross-national analysis of the effects of "Weberian" state structures on economic growth. **American Sociological Review**, v. 64, n. 5, p. 748-765, 1999.

FEARON, J. D.; LAITIN, D. D. Ethnicity, insurgency, and civil war. **American Political Science Review**, v. 97, n. 1, p. 75-90, 2003.

FIGUEIREDO, D. B.; PARANHOS, R.; SILVA, J. A. DA; ROCHA, E. C. DA; ALVES, D. P. O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise? **Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. 2, p. 205–228, 2014.

FJELDE, H.; DE SOYSA, I. Coercion, co-optation, or cooperation?: State capacity and the risk of civil war, 1961–2004. **Conflict Management and Peace Science**, v. 26, n. 1, p. 5–25, fev. 2009. DOI: [10.1177/0738894208097664](https://doi.org/10.1177/0738894208097664).

FLORES-MACÍAS, G. The consequences of militarizing anti-drug efforts for state capacity in Latin America: Evidence from Mexico. **Comparative Politics**, v. 51, n. 1, p. 1–20, out. 2018. DOI: [10.5129/001041518824414647](https://doi.org/10.5129/001041518824414647).

FOA, R. S.; NEMIROVSKAYA, A. How state capacity varies within frontier states: A multicountry subnational analysis. **Governance**, v. 29, n. 3, p. 411–432, jul. 2016. DOI: [10.1111/gove.12190](https://doi.org/10.1111/gove.12190).

FONTANELLI, F.; FERNANDES, A. S. A.; GRIN, E. J.; DO NASCIMENTO, A. B. F. M. Local Government Capacity in Brazil: An Index Proposal. *Encontro Brasileiro de Administração Pública*, 2022.

FORTIN, J. A tool to evaluate state capacity in post-communist countries, 1989–2006. **European Journal of Political Research**, v. 49, n. 5, p. 654–686, ago. 2010. DOI: [10.1111/j.1475-6765.2009.01911.x](https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2009.01911.x).

FORTIN, J. Is there a necessary condition for democracy? The role of state capacity in postcommunist countries. **Comparative Political Studies**, v. 45, n. 7, p. 903–930, jul. 2012. DOI: [10.1177/0010414011428587](https://doi.org/10.1177/0010414011428587).

FORTIN, J. A tool to evaluate state capacity in postcommunist countries, 1989–2006. **European Journal of Political Research**, 49(5):654–686, 2010.

FORTIN-Rittberger, J. (2014). Does Weak State Capacity Lead to Vertically Concentrated Executives? In **APSA 2014 Annual Meeting Paper**.

FORTIN-RITTBERGER, J. Does Weak State Capacity Lead to Vertically Concentrated Executives? *APSA 2014 Annual Meeting Paper*, 2014.

FORTIN-RITTBERGER, J. Explaining post-communist founding elections results through initial state capacity. **East European Politics and Societies: And Cultures**, v. 26, n. 4, p. 724–742, nov. 2012. DOI: [10.1177/0888325412452590](https://doi.org/10.1177/0888325412452590).

FORTIN-RITTBERGER, J. Strong presidents for weak states: How weak state capacity fosters vertically concentrated executives. In: HARFST, P.; KUBBE, I.; POGUNTKE, T. (Org.). **Parties, Governments and Elites**. Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden, 2017. p. 205–226. DOI: [10.1007/978-3-658-17446-0\\_11](https://doi.org/10.1007/978-3-658-17446-0_11).

FORTIN-RITTBERGER, J. The role of infrastructural and coercive state capacity in explaining different types of electoral fraud. **Democratization**, v. 21, n. 1, p. 95–117, jan. 2014. DOI: [10.1080/13510347.2012.724064](https://doi.org/10.1080/13510347.2012.724064).

FREDERICKSEN, P.; LONDON, R. Disconnect in the hollow state: The pivotal role of organizational capacity in community-based development organizations. **Public Administration Review**, 60(3), 230–239, 2000.

FREDERICKSEN, P.; LONDON, R. Disconnect in the hollow state: The pivotal role of organizational capacity in community-based development organizations. **Public**

**Administration Review**, v. 60, n. 3, p. 230–239, maio 2000. DOI: [10.1111/0033-3352.00083](https://doi.org/10.1111/0033-3352.00083).

FUKUYAMA, F. *State-building: governance and world order in the 21st century*. Cornell University Press, 2004.

GALLIE, W. B. Essentially contested concepts. In: *Proceedings of the Aristotelian Society*, 56, 167-198, 1955.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, 23(1), 183-184, 2014.

GARFIAS, F. Elite competition and state capacity development: Theory and evidence from post-revolutionary Mexico. **American Political Science Review**, v. 112, n. 2, p. 339–357, maio 2018. DOI: [10.1017/S0003055417000715](https://doi.org/10.1017/S0003055417000715).

GEDDES, B. *Politician's dilemma, building state capacity in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1994.

GEDDES, B. *Politician's dilemma: building state capacity in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 2023.

GHATAK, S. The role of political exclusion and state capacity in civil conflict in South Asia. **Terrorism and Political Violence**, v. 30, n. 1, p. 74–96, jan. 2018. DOI: [10.1080/09546553.2016.1150840](https://doi.org/10.1080/09546553.2016.1150840).

GIBLER, D. M.; MILLER, S. V. External territorial threat, state capacity, and civil war. **Journal of Peace Research**, v. 51, n. 5, p. 634–646, set. 2014. DOI: [10.1177/0022343314531003](https://doi.org/10.1177/0022343314531003).

GIDDENS, A. *Central Problems in Social Theory: Action, Structure, and Contradiction in Social Analysis*. Berkeley: University of California Press, 1979.

GILBREATH, D.; TURMANIDZE, K. The self-defeating game: How state capacity and policy choice affect political survival. **Caucasus Survey**, v. 5, n. 3, p. 216–237, out. 2017. DOI: [10.1080/23761199.2017.1382214](https://doi.org/10.1080/23761199.2017.1382214).

GOENAGA, A.; SABATÉ DOMINGO, O.; TEORELL, J. War and state capacity in the long nineteenth century. **STANCE Working Paper Series**, 2018(6), p. 1-65.

GOMIDE, A. D. Á.; BOSCHI, R. R. Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada. *Texto para Discussão - IPEA*, 2016.

GOMIDE, A.; PEREIRA, A.; MACHADO, R. Burocracia e capacidade estatal na pesquisa brasileira. **Revista do Serviço Público**, 2018.

GONG, T. Institutional learning and adaptation: Developing state audit capacity in China. **Public Administration and Development**, v. 29, n. 1, p. 33–41, fev. 2009. DOI: [10.1002/pad.508](https://doi.org/10.1002/pad.508).

GONZALEZ, G. A. Ideas and state capacity, or business dominance? A historical analysis of grazing on the public grasslands. **Studies in American Political Development**, v. 15, n. 2, p. 234–244, out. 2001. DOI: [10.1017/S0898588X01000062](https://doi.org/10.1017/S0898588X01000062).

GOUGH, D.; OLIVER, S.; THOMAS, J. An Introduction to Systematic Reviews. London: SAGE Publications, 2012.

GRANDE, E. The erosion of state capacity and the European innovation policy dilemma: A comparison of German and EU information technology policies. [s.d.].

GRASSI, D.; MEMOLI, V. Democracy and state capacity as determinants of life expectancy: Evidence from Latin America. **Annali della Fondazione Luigi Einaudi**, 54(2), 233-258, 2020.

GRASSI, D.; MEMOLI, V. Democracy, political partisanship, and state capacity in Latin America. **Italian Political Science Review/Rivista Italiana di Scienza Politica**, v. 46, n. 1, p. 47–69, mar. 2016. DOI: [10.1017/ipo.2015.25](https://doi.org/10.1017/ipo.2015.25).

GRASSI, D.; MEMOLI, V. Political determinants of state capacity in Latin America. **World Development**, v. 88, p. 94–106, dez. 2016. DOI: [10.1016/j.worlddev.2016.07.010](https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.07.010).

GRIN, E. J.; ABRUCIO, F. L.; FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. How the institutional design of federal policies may affect the development of state capacity in Brazilian municipalities? 2024.

GRÍN, E. Notas sobre a construção e a aplicação do conceito de capacidades estatais. **Revista Teoria e Sociedade**, 20, 121-143, 2012.

GRIN, E.; FERNANDES, G.; DOS SANTOS, D. G. Do mayors trigger the development of state capacity in local governments? An analysis of the Brazilian case. 2024.

GRUNDHOLM, A. T.; THORSEN, M. Motivated and able to make a difference? The reinforcing effects of democracy and state capacity on human development. **Studies in Comparative International Development**, v. 54, n. 3, p. 381–414, set. 2019. DOI: [10.1007/s12116-019-09285-2](https://doi.org/10.1007/s12116-019-09285-2).

GUIMARAES, A. Q. State capacity and economic development: The advances and limits of import substitution industrialization in Brazil. **Luso-Brazilian Review**, v. 47, n. 2, p. 49–73, dez. 2010. DOI: [10.1353/lbr.2010.0016](https://doi.org/10.1353/lbr.2010.0016).

GURR, T. R. Political rebellion: Causes, outcomes and alternatives. Routledge, 2015.

HAMEIRI, S. Failed states or a failed paradigm? State capacity and the limits of institutionalism. **Journal of International Relations and Development**, v. 10, n. 2, p. 122–149, jun. 2007. DOI: [10.1057/palgrave.jird.1800120](https://doi.org/10.1057/palgrave.jird.1800120).

HAMM, P.; KING, L. P.; STUCKLER, D. Mass privatization, state capacity, and economic growth in post-communist countries. **American Sociological Review**, v. 77, n. 2, p. 295–324, abr. 2012. DOI: [10.1177/0003122412441354](https://doi.org/10.1177/0003122412441354).

HAMM, P.; KING, L. Post-manichean economics: Foreign investment, state capacity and economic development in transition economies. *Technical Report*, 2010.

HANSON, J. K. State capacity and the resilience of electoral authoritarianism: Conceptualizing and measuring the institutional underpinnings of autocratic power. **International Political Science Review**, v. 39, n. 1, p. 17–32, jan. 2018. DOI: [10.1177/0192512117702523](https://doi.org/10.1177/0192512117702523).

HANSON, J. K. Forging then taming Leviathan: State capacity, constraints on rulers, and development. **International Studies Quarterly**, v. 58, n. 2, p. 380–392, jun. 2014. DOI: [10.1111/isqu.12122](https://doi.org/10.1111/isqu.12122).

HANSON, J. K. Democracy and state capacity: Complements or substitutes? **Studies in Comparative International Development**, v. 50, n. 3, p. 304–330, set. 2015. DOI: [10.1007/s12116-014-9173-z](https://doi.org/10.1007/s12116-014-9173-z).

HANSON, J. K.; SIGMAN, R. Leviathan's latent dimensions: Measuring state capacity for comparative political research. **The Journal of Politics**, v. 83, n. 4, p. 1495–1510, out. 2021. DOI: [10.1086/715066](https://doi.org/10.1086/715066).

HANSON, J. K.; SIGMAN, R. Leviathan's Latent Dimensions: Measuring State Capacity for Comparative Political Research. *APSA 2011 Annual Meeting Paper*, 2013.

HAO, J.; LIN, Z. Changing central local relations in China: Reform and state capacity. Boulder, CO: Westview, 1994.

HARBERS, I. Taxation and the unequal reach of the state: Mapping state capacity in Ecuador. **Governance**, v. 28, n. 3, p. 373–391, jul. 2015. DOI: [10.1111/gove.12117](https://doi.org/10.1111/gove.12117).

HART, C. Doing a literature review: Releasing the research imagination. SAGE Publications, 2018.

HARTLEY, K.; JARVIS, D. S. L. Policymaking in a low-trust state: Legitimacy, state capacity, and responses to COVID-19 in Hong Kong. **Policy and Society**, v. 39, n. 3, p. 403–423, jul. 2020. DOI: [10.1080/14494035.2020.1783791](https://doi.org/10.1080/14494035.2020.1783791).

HAYEK, F. V. Scientism and the study of society. Part III. **Economica**, 11(41), 27-39, 1944.

HEDIN, A. Illiberal deliberation: Communist regime travel controls as state capacity in everyday world politics. **Cooperation and Conflict**, v. 54, n. 2, p. 211–233, jun. 2019. DOI: [10.1177/0010836718815522](https://doi.org/10.1177/0010836718815522).

HEIM, C. E. Government Research Establishments, State Capacity and Distribution of Industry Policy in Britain. **Regional Studies**, 22(5), 375–386, 1988.

HELDING, L.; ROBINSON, J. A. Problematizing state capacity: the Rwandan case. **Journal of Institutional Economics**, 19(3), 401-425, 2023.

HELLMANN, O. High capacity, low resilience: The 'developmental' state and military-bureaucratic authoritarianism in South Korea. **International Political Science Review**, v. 39, n. 1, p. 67–82, jan. 2018. DOI: [10.1177/0192512117692643](https://doi.org/10.1177/0192512117692643).

HENDRIX, C. Measuring state capacity: theoretical and empirical implications for the study of civil conflict. **Journal of Peace Research**, 47(3), 273-285, 2010.

HENDRIX, C. S.; YOUNG, J. K. State capacity and terrorism: A two-dimensional approach. **Security Studies**, v. 23, n. 2, p. 329–363, abr. 2014. DOI: [10.1080/09636412.2014.905358](https://doi.org/10.1080/09636412.2014.905358).

HIGGINS, J. P. T.; GREEN, S. (Ed.) Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions. Ed. 5.1.0. Disponível em: <[www.handbook.cochrane.org](http://www.handbook.cochrane.org)>. Acesso em: 25 dez. 2025.

HIRSCHLE, J. T.; et al. Por que grupos merecem mais espaço na representação política? Uma revisão sistemática da bibliografia recente. **Revista Brasileira de Política Comparada**, 2021.

HIRSCHMAN, A. O. The strategy of economic development. New Haven: Yale University Press, 1958.

HIRSCHMAN, Albert. Como a revolução keynesiana foi exportada dos EUA. HIRSCHMAN, A., Auto-Subversão: teorias consagradas em xeque. São Paulo: Companhia das Letras, p. 159-175, 1996.

HOWE, A. E. To co-opt or coerce? State capacity, regime strategy, and organized religion in Cambodia, Laos, and Vietnam. **Asian Journal of Comparative Politics**, v. 6, n. 4, p. 389–404, dez. 2021. DOI: [10.1177/20578911211046063](https://doi.org/10.1177/20578911211046063).

HUANG, Y.; YANG, D. L. Bureaucratic capacity and state-society relations in China. **Journal of Chinese Political Science**, v. 7, n. 1–2, p. 19–46, mar. 2002. DOI: [10.1007/BF02876928](https://doi.org/10.1007/BF02876928).

HUNTINGTON, S. P. Democracy's third wave. **Journal of Democracy**, 2(2), 12-34, 1991.

JARVIS, D. S. L. The OECD and the reconfiguration of the state in emerging economies: Manufacturing ‘regulatory capacity.’ **Development and Change**, v. 48, n. 6, p. 1386–1416, nov. 2017. DOI: [10.1111/dech.12343](https://doi.org/10.1111/dech.12343).

JENKINS, P.; SMITH, H. An institutional approach to analysis of state capacity in housing systems in the developing world: Case studies in South Africa and Costa Rica. **Housing Studies**, v. 16, n. 4, p. 485–507, jul. 2001. DOI: [10.1080/02673030120066563](https://doi.org/10.1080/02673030120066563).

JENSEN, J. L.; RAMEY, A. J. Early investments in state capacity promote persistently higher levels of social capital. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, 117(20), 10755-10761, 2020.

JENSEN, J. L.; RAMEY, A. J. Going postal: State capacity and violent dispute resolution. **Journal of Comparative Economics**, v. 48, n. 4, p. 779–96, dez. 2020. DOI: [10.1016/j.jce.2020.05.007](https://doi.org/10.1016/j.jce.2020.05.007).

JESSOP, B. Bringing the state back in (yet again): Reviews, revisions, rejections, and redirections. **International Review of Sociology**, 11(2), 149-173, 2001.

JHA, H. Interrogating the resurgence of administrative state: Ideas and state capacity. **International Journal of Public Sector Management**, v. 35, n. 4, p. 513–29, 15 jun. 2022. DOI: [10.1108/IJPSM-07-2021-0172](https://doi.org/10.1108/IJPSM-07-2021-0172).

KAMRAVA, M. The politics of weak control: State capacity and economic semi-formality in the Middle East. **Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East**, v. 22, n. 1–2, p. 43–52, 1 ago. 2002. DOI: [10.1215/1089201X-22-1-2-43](https://doi.org/10.1215/1089201X-22-1-2-43).

KATO, J.; TANAKA, S. Human development without democratic accountability: How regressive taxation contributes to human development through state capacity. **Japanese Journal of Political Science**, v. 19, n. 3, p. 429–43, set. 2018. DOI: [10.1017/S1468109918000233](https://doi.org/10.1017/S1468109918000233).

KEELE, Staffs, et al. *Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering*. Technical report, ver. 2.3 ebse technical report. ebse, 2007.

KENNEDY, J. J. State capacity and support for village institutions in rural Shaanxi. **China Information**, v. 23, n. 3, p. 383–410, nov. 2009. DOI: [10.1177/0920203X09340941](https://doi.org/10.1177/0920203X09340941).

KENNEDY, J. J.; CHEN, D. State capacity and cadre mobilization in China: The elasticity of policy implementation. **Journal of Contemporary China**, v. 27, n. 111, p. 393–405, 4 maio 2018. DOI: [10.1080/10670564.2018.1410971](https://doi.org/10.1080/10670564.2018.1410971).

KEYNES, J. M. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Macmillan, 1936.

- KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. New Jersey: Princeton University Press, 1994. Disponível em: <https://www.princeton.edu>. Acesso em: 03 jan. 2025.
- KIRISCI, M. Fighting for survival: Responding to state capacity and terror group end. **Critical Studies on Terrorism**, v. 13, n. 2, p. 312–36, 2 abr. 2020. DOI: [10.1080/17539153.2019.1708040](https://doi.org/10.1080/17539153.2019.1708040).
- KITCHENHAM, Barbara et al. Systematic literature reviews in software engineering—a systematic literature review. **Information and Software Technology**, v. 51, n. 1, p. 7–15, 2009.
- KLAUSEN, J. State-capacity between international markets and corporatism: The case of Denmark. **Scandinavian Political Studies**, v. 10, n. 4, p. 323–44, dez. 1987. DOI: [10.1111/j.1467-9477.1987.tb00076.x](https://doi.org/10.1111/j.1467-9477.1987.tb00076.x).
- KNUTSEN, C. H. Democracy, state capacity, and economic growth. **World Development**, v. 43, p. 1-18, 2013.
- KNUTSEN, C. H.; KOLVANI, P. Fighting the disease or manipulating the data: Democracy, state capacity, and the COVID-19 pandemic.
- KOCHER, M. A. State capacity as a conceptual variable. **Yale Journal of International Affairs**, v. 5, p. 137-145, 2010.
- KOEHNLEIN, B.; KOREN, O. COVID-19, state capacity, and political violence by non-state actors. **Journal of Peace Research**, v. 59, n. 1, p. 90-104, 2022.
- KOEHNLEIN, B.; KOREN, O. COVID-19, state capacity, and political violence by non-state actors. **Journal of Peace Research**, v. 59, n. 1, p. 90–104, jan. 2022. DOI: [10.1177/00223433211063034](https://doi.org/10.1177/00223433211063034).
- KÖHLER, K. State and regime capacity in authoritarian elections: Egypt before the Arab Spring. **International Political Science Review**, v. 39, n. 1, p. 97–113, jan. 2018. DOI: [10.1177/0192512117695980](https://doi.org/10.1177/0192512117695980).
- KRAUS, J. R. The impacts of corporate social responsibility on state capacity and the provision of social services: A case study of multinational oil companies in Equatorial Guinea.

KUTHY, D. The effect of state capacity on the survival of new democratic regimes. In: **APSA 2010 Annual Meeting Paper**, 2010.

LANDIS, S. Natural disasters, state capacity, and armed conflict...? A closer look at the foundations of the climate change-to-conflict debate. In: **APSA 2012 Annual Meeting Paper**, 2012.

LARSSON, T. The strong and the weak: Ups and downs of state capacity in Southeast Asia. **Asian Politics & Policy**, v. 5, n. 3, p. 337–58, jul. 2013. DOI: [10.1111/aspp.12040](https://doi.org/10.1111/aspp.12040).

LARUE, P. F.; DANZELL, O. E. Rethinking state capacity: Conceptual effects on the incidence of terrorism. **Terrorism and Political Violence**, v. 34, n. 6, p. 1241–58, 18 ago. 2022. DOI: [10.1080/09546553.2020.1776702](https://doi.org/10.1080/09546553.2020.1776702).

LEE, A. Land, state capacity, and colonialism: Evidence from India. **Comparative Political Studies**, v. 52, n. 3, p. 412–444, mar. 2019. DOI: [10.1177/0010414018798755](https://doi.org/10.1177/0010414018798755).

LEE, M. M.; ZHANG, N. Legibility and the informational foundations of state capacity. **The Journal of Politics**, v. 79, n. 1, p. 118–32, jan. 2017. DOI: [10.1086/688053](https://doi.org/10.1086/688053).

LEIPZIGER, L. E. Democracy and state capacity revisited: An investigation of democracy's consequences for state capacity. **Users Working Paper Series**, 2016.

LEVI, M. *Of Rule and Revenue*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1988.

LI, J.; WRIGHT, J. How personalist parties undermine State capacity in democracies. **Comparative Political Studies**, v. 56, n. 13, p. 2030-2065, 2023.

LI, J.; WRIGHT, J. How personalist parties undermine state capacity in democracies. **Comparative Political Studies**, v. 56, n. 13, p. 2030–65, nov. 2023. DOI: [10.1177/00104140231169014](https://doi.org/10.1177/00104140231169014).

LINDENBERG, M. Declining state capacity, voluntarism, and the globalization of the not-for-profit sector. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 28, n. 1\_suppl, p. 147-167, 1999.

Lindvall, J., & Teorell, J. (2016). State capacity as power: a conceptual framework.

- LINDVALL, Johannes; TEORELL, Jan. State capacity as power: a conceptual framework. STANCE Working Paper Series, n. 1, Department of Political Science, Lund University, 2016.
- LIRA, Vanessa Horácio et al. Em busca do tesouro perdido: mapa dos estudos sobre cultura em ciência política e relações internacionais. **Cadernos Adenauer**, 2018.
- LOPEZ, D.; VARGAS, T. Subnational state capacity and trust in governmental responses to COVID-19: Survey evidence from Mexico. **SSRN Electronic Journal**, 2020. DOI: [10.2139/ssrn.3727455](https://doi.org/10.2139/ssrn.3727455).
- MACDONALD, G. M. *Using Systematic Reviews to Improve Social Care*. London: Social Care Institute of Excellence (SCIE), 2010.
- MANN, M. *The Sources of Social Power: The Rise of Classes and Nation-States, 1760 - 1914*. Cambridge University Press, 1993.
- MASON, T. David; GREIG, J. Michael. State Capacity, Regime Type, and Sustaining the Peace after Civil War. **International Interactions**, v. 43, n. 6, p. 967–993, 2 nov. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03050629.2017.1260012>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- MCPHERSON-SMITH, Oliver. Leveraging Low State Capacity for Economic Development: A Case Study of Tajik–Afghan Cross-Border Markets. **Central Asian Survey**, v. 41, n. 3, p. 436–455, 3 jul. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02634937.2021.1958750>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- MECKLING, Jonas; NAHM, Jonas. The Power of Process: State Capacity and Climate Policy. **Governance**, v. 31, n. 4, p. 741–757, out. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/gove.12338>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- MIDGAL, J. S. *Strong Societies and Weak States: State Society Relations and State Capabilities in the Third-World*. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- MILIBAND, R. *The State in Capitalist Society*. London: Weidenfield & Nicholson, 1973.
- MULLIS, H. Financial inclusion and state capacity: A Cross-nation Study on the Effect of Fiscal Capacity on Access to Financial Products and Services. 2019.

MURTAZA, N. Governing the State: The Erosion of Bureaucratic Capacity Under Party Competition in India. Set. 2022.

MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica das regiões. Saga, 1968.

Nistotskaya, M., & D'ARCY, M. I. C. H. E. L. L. E. (2018). STATE CAPACITY, DEMOCRACY AND PUBLIC GOOD PRODUCTION. **QoG Working Paper Series**, 2018(14), 14.

NURKSE, R. Notas sobre o trabalho do Sr. Furtado relativo a "Formação de Capitais e Desenvolvimento Econômico". **Revista Brasileira de Economia**, v. 7, n. 1, p. 67-87, 1953.

O'CONNOR, James. Usa a crise do estado capitalista. Paz e Terra, 1977.

OKOLI, C.; SCHABRAM, K. A guide to conducting a systematic literature review of information systems research. **SSRN Electronic Journal**, 2010. doi: 10.2139/ssrn.1954824

ONG, Lynette H. 'Thugs-for-Hire': Subcontracting of State Coercion and State Capacity in China. **Perspectives on Politics**, v. 16, n. 3, p. 680–695, set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1537592718000981>. Acesso em: 27 dez. 2024.

PAINTER, M.; PIERRE, J. Unpacking policy capacity: issues and themes. In: \_\_\_\_\_. *Challenges to State Policy Capacity*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, p. 1-18, 2005.

PANARO, Angelo Vito; VACCARO, Andrea. Income Inequality in Authoritarian Regimes: The Role of Political Institutions and State Capacity. **Italian Political Science Review/Rivista Italiana Di Scienza Politica**, v. 53, n. 2, p. 161–178, jul. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/ipo.2022.17>. Acesso em: 27 dez. 2024.

PEÇANHA, V. A evolução do pensamento sobre o Estado na visão de Peter Evans: uma abordagem teórica. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 42, n. 3, p. 638-663, 2022.

PENG, P. War, Bureaucracy, and State capacity: Evidence from Imperial China. Disponível em: <https://sites.duke.edu/statecapacity/files/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

- Perez, A. (1991). Legitimacy and the administrative capacity of the state: public administration in developing countries. **International Review of Administrative Sciences**, 57(4), 641-649.
- PERICH, Rafael Azevedo. Como decisões de governantes municipais durante calamidades interferem em eleições locais: revisão sistemática. 2023. 86 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.
- PETTICREW, M.; ROBERTS, H. Evidence, hierarchies, and typologies: horses for courses. **Journal of Epidemiology and Community Health**, v. 57, n. 7, p. 527-529, 2003. doi: 10.1136/jech.57.7.527
- PICCOLINO, Giulia. Infrastructural State Capacity for Democratization? Voter Registration and Identification in Côte d'Ivoire and Ghana Compared. **Democratization**, v. 23, n. 3, p. 498–519, 15 abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13510347.2014.983906>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- PING, Szu-Ning; CHANG, Wen-Yang. Testing the Association between State Capacity and Primary Schooling in the Middle East and North African (MENA) Region, 1971–2014. **Journal of Educational and Social Research**, v. 9, n. 3, p. 39–53, 1 set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.2478/jesr-2019-0021>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- PIRES, R. R. C.; GOMIDE, A. D. Á. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 121-143, 2016.
- PIRES, R.; GOMIDE, A. *Capacidades Estatais e Democracia: Arranjos Institucionais de Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, 2014.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- PONDER, Daniel E. Presidential leadership in a fractured state: capacity, autonomy, and the American state. **International Journal of Public Administration**, v. 28, n. 5-6, p. 531–546, maio 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1081/PAD-200055212>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

POSNER, R. A. The social costs of monopoly and regulation. In: *40 Years of Research on Rent Seeking 2*. Berlin: Springer, p. 45-65, 1975.

POULANTZAS, N. Internationalisation of capitalist relations and the nation-state. **Economy and Society**, v. 3, n. 2, p. 145-179, 1974.

PRICE-SMITH, A. T. Vicious circle—HIV/AIDS, state capacity, and national security: lessons from Zimbabwe, 1990-2005. **Global Health Governance**, v. 1, n. 1, 2007.

Price-Smith, A. T., Tubin, M., & Ostergard Jr, R. L. (2007). The decay of state capacity: HIV/AIDS and South Africa's National Security. **HIV/AIDS and the threat to national and international security, Global Issues Series**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 241-260.

PRICHARD, Wilson; LEONARD, David K. Does reliance on tax revenue build state capacity in Sub-Saharan Africa? **International Review of Administrative Sciences**, v. 76, n. 4, p. 653–675, dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0020852310381805>. Acesso em: 27 dez. 2024.

RASLER, Karen A.; THOMPSON, William R. War making and the building of state capacity: expanding the bivariate relationship. In: RASLER, Karen A.; THOMPSON, William R. **Oxford Research Encyclopedia of Politics**. Oxford University Press, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.642>. Acesso em: 27 dez. 2024.

Reeves, M. M. (1982). Look again at state capacity: The old gray mare ain't what she used to be. **The American Review of Public Administration**, 16(1), 74-89.

REEVES, M. M. Look again at state capacity: the old gray mare ain't what she used to be. **The American Review of Public Administration**, v. 16, n. 1, p. 74-89, 1982.

REINSBERG, B.; KENTIKELLENIS, A.; STUBBS, T.; KING, L. Structural adjustment and state capacity: Evidence from IMF programs. University of Cambridge, Mimeo, 2016.

REINSBERG, Bernhard; KENTIKELLENIS, Alexander; STUBBS, Thomas; KING, Lawrence. The world system and the hollowing out of state capacity: how structural adjustment programs affect bureaucratic quality in developing countries. **American**

**Journal of Sociology**, v. 124, n. 4, p. 1222–1257, jan. 2019. Disponível em:

<https://doi.org/10.1086/701703>. Acesso em: 27 dez. 2024.

ROBINSON, M. Hybrid states: globalisation and the politics of state capacity. **Political Studies**, v. 56, n. 3, p. 566-583, 2008.

RODRIGUES, Rickiã Gabriel de Magalhães. Criptomoedas e a economia política: uma revisão sistemática da literatura heterodoxa. 2023.

ROGERS, Melissa Ziegler; WELLER, Nicholas. Income taxation and the validity of state capacity indicators. **Journal of Public Policy**, v. 34, n. 2, p. 183–206, ago. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0143814X1300024X>. Acesso em: 27 dez. 2024.

ROGGEBAND, Conny. The return of the state and the pink tide in Latin America: implications for the capacity and democratic quality of gender equality agencies.

**REVISTA SAAP**, v. 15, n. 2, nov. 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.46468/rsaap.15.2.A1>. Acesso em: 27 dez. 2024.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problems of industrialisation of eastern and south-eastern Europe. **The Economic Journal**, v. 53, n. 210-211, p. 202-211, 1943.

Ross, C., Turovsky, R., & Sukhova, M. (2022). Subnational State Capacity in Russia: The Implementation of the 2012 Presidential "May Decrees". **Demokratizatsiya: The Journal of Post-Soviet Democratization**, 30(3), 263-282.

ROSSIGNOLI, D. Democracy, state capacity and civil wars: a new perspective. **Peace Economics, Peace Science and Public Policy**, v. 22, n. 4, p. 427-437, 2016.

Rothstein, B. (1992). Social justice and state capacity. **Politics & Society**, 20(1), 101-126.

RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T.; EVANS, P. B. (Eds.). Bringing the state back in. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 03.

SANTOS, Victor Matheus de Santana. A systematic review of micro-level articles on second-order theory and European Parliament elections from 1980 to 2009. 2022.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco.

SAVOIA, A.; SEN, K. Measurement and evolution of state capacity: Exploring a lesser known aspect of governance. *Effective States and Inclusive Development Research Centre Working Paper 10*, 2012. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2141901>. Acesso em: 25 dez. 2025.

SAVOIA, A.; SEN, K. Measurement, evolution, determinants, and consequences of state capacity: a review of recent research. **Journal of Economic Surveys**, v. 29, n. 3, p. 441-458, 2015.

SCHILDE, K. War powers, private actors, and national security state capacity. **BUL Rev.**, v. 95, p. 1369, 2015.

SCHWARTZ, J. The impact of state capacity on enforcement of environmental policies: The case of China. **The Journal of Environment & Development**, v. 12, n. 1, p. 50-70, 2003.

SCHWARZ, Susanne. “‘The spawn of slavery’? Race, state capacity, and the development of carceral institutions in the postbellum South.” **Studies in American Political Development**, v. 37, n. 2, p. 181–198, out. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0898588X22000281>. Acesso em: 27 dez. 2024.

SCOTT, James. Squeezing the state: tariff revenue, state capacity and the WTO’s Doha Round. **SSRN Electronic Journal**, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.2063574>. Acesso em: 27 dez. 2024.

SILVA, Evelise Zampier da. Espreadimento de políticas públicas: uma revisão conceitual e de sua aplicação nos estudos de caso em diferentes arranjos de divisão territorial de poder. 2021. 165 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

SILVA, R. G.; JÚNIOR, V. M. V.; SILVA, V. V.; DANTAS, A. H. Capacidade estatal: panorama das pesquisas entre 2009-2019. **Contabilidade Gestão e Governança**, v. 25, n. 1, p. 80-102, 2022.

SILVA, Rodrigo da. Revisão sistemática de estudos sobre perfis ministeriais em sistemas presidencialistas latino-americanos. 2022. 80 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

- Simon, D. (2012). Building state capacity to prevent atrocity crimes: Implementing pillars one and two of the R2P framework. **Policy Analysis Brief**.
- SKOCPOL, T. Bringing the state back in: strategies of analysis in current research. In: EVANS, P. B.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. (Eds.). *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- SKOCPOL, T. *States and social revolutions: a comparative analysis of France, Russia, and China*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- SOBEK, David. Masters of their domains: Tsoifer, Hillel David. **Measuring state capacity in contemporary Latin America**. *Revista de Ciencia Política (Santiago)*, v. 32, n. 3, p. 585–598, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/S0718-090X2012000300004>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- SOIFER, H. State infrastructural power: approaches to conceptualization and measurement. *Studies in Comparative International Development*, v. 43, p. 231-251, 2008.
- SOIFER, Hillel David. **Measuring state capacity in contemporary Latin America**. *Revista de Ciencia Política (Santiago)*, v. 32, n. 3, p. 585–598, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/S0718-090X2012000300004>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- SOMUANO, F.; NIETO, F. *Subnational state capacity and civic and political participation in Mexico*. 2017.
- SOUZA, Celina. *Capacidade burocrática no Brasil e na Argentina: quando a política faz a diferença*. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016.
- SOUZA, Celina. Capacidades estatais: interface entre disciplinas e mensuração. In: GOMIDE, A. (Ed.). *Capacidades estatais: avanços e tendências*. Brasília: Enap, 2024. p. 8-19.
- SOUZA, Laís Oliveira de. *Evolução da pesquisa empírica sobre o Supremo Tribunal Federal: uma revisão sistemática*. 2022. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco.

- STRAUSS, Julia C. Forestry reform and the transformation of state capacity in fin-de-siècle China. **The Journal of Asian Studies**, v. 68, n. 4, p. 1163–1188, nov. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0021911809990751>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- SULLIVAN, Heather. Subnational state capacity and the repression of protest: evidence from Mexico. **Political Research Quarterly**, v. 74, n. 3, p. 587–598, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1065912920919494>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- SURYANARAYAN, P. Endogenous state capacity. **Annual Review of Political Science**, v. 27, 2024.
- SURYANARAYAN, Pavithra. Hollowing out the state: franchise expansion and fiscal capacity in colonial India. **SSRN Electronic Journal**, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.2951947>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- THIES, C. G. Of rulers, rebels, and revenue: State capacity, civil war onset, and primary commodities. **Journal of Peace Research**, v. 47, n. 3, p. 321-332, 2010.
- THIES, Cameron G. State fiscal capacity and state failure. **European Political Science Review**, v. 7, n. 2, p. 167–187, mai. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S175577391400037X>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- THOMAS, J.; HARDEN, A. Methods for the thematic synthesis of qualitative research in systematic reviews. **BMC Medical Research Methodology**, v. 8, p. 1-10, 2008.
- THORSEN, M.; GRUNDHOLM, A. T.; ULRICHSEN, D. State capacity, democracy, and human development. In: **Annual meeting of the Danish Political Science Association**, out. 2016, p. 27-28.
- TILLY, C. The formation of national states in Europe. Princeton: Princeton University, 1975.
- VACCARO, A. Measures of state capacity: so similar, yet so different. **Quality & Quantity**, v. 57, n. 3, p. 2281-2302, 2023.
- VAN DE WALLE, N. African economies and the politics of permanent crisis, 1979-1999. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

- VAN HAM, Carolien; SEIM, Brigitte. State capacity, incumbent turnover and democratic change in authoritarian elections. **SSRN Electronic Journal**, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.2986705>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- VAN HAM, Carolien; SEIM, Brigitte. Strong states, weak elections? How state capacity in authoritarian regimes conditions the democratizing power of elections. **International Political Science Review**, v. 39, n. 1, p. 49–66, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0192512117697544>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- VAN WOLLEGHEM, Pierre Georges; SICAKKAN, Hakan G. Asylum seekers in the machinery of the state: administrative capacity vs. preferences. **Recognition rates in EU member states. European Union Politics**, v. 24, n. 2, p. 348–369, jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/14651165221135113>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- WALTHER, D.; HELLSTROM, J.; BERGMAN, T. Government instability and the state. **Political Science Research and Methods**, v. 7, n. 3, p. 579-594, 2019.
- WANG, E. H.; XU, Y. Awakening Leviathan: The effect of democracy on state capacity. **Research & Politics**, v. 5, n. 2, 2053168018772398, 2018.
- WANG, Erik H.; XU, Yiqing. Awakening Leviathan: the effect of democracy on state capacity. **Research & Politics**, v. 5, n. 2, 2053168018772398, abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2053168018772398>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- WANG, S. From revolution to involution: state capacity, local power, and (un) governability in China. Unpublished manuscript, Yale University, 1991.
- WANG, Y. Rice, state capacity, and economic transformation in China. **Harvard University Working Paper**, 2015.
- WANG, Y.; HONG, Ji Yeon. Rice, state, and income. **Harvard University Working Paper**, 2015.
- WARD, Hugh; CAO, Xun; MUKHERJEE, Bumba. State capacity and the environmental investment gap in authoritarian states. **Comparative Political Studies**, v. 47, n. 3, p. 309–343, mar. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0010414013509569>. Acesso em: 27 dez. 2024.

- WEAVER, R. K.; ROCKMAN, B. A. (Eds.). *Do institutions matter?: government capabilities in the United States and abroad*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2010.
- WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. Tradução de Gabriel Cohn (1922).
- WEISS, L. *The myth of powerless state*. New York: Cornell University Press, 1998.
- WELLER, N.; ZIEGLER, M. *Tax man cometh: income taxation as a measure of state capacity*. 2008.
- WHITE, David. State capacity and regime resilience in Putin's Russia. **International Political Science Review**, v. 39, n. 1, p. 130–143, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0192512117694481>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- WRIGHT, Thorin M.; MOORTHY, Shweta. Refugees, economic capacity, and host state repression. **International Interactions**, v. 44, n. 1, p. 132–155, 2 jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03050629.2017.1273915>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- XIE, J.; KE, Q.; CHENG, Y.; EVERHART, N. Meta-synthesis in library & information science research. **Journal of Academic Librarianship**, v. 46, n. 5, p. 102217, 2020. doi: 10.1016/j.acalib.2020.102217.
- YANG, Dali L. China's changing of the guard: state capacity on the rebound. **Journal of Democracy**, v. 14, n. 1, p. 43–50, jan. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/jod.2003.0024>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- YEN, Wei-Ting; LI-YIN, Liu; WON, Eunji; Testriono. The imperative of state capacity in public health crisis: Asia's early COVID-19 policy responses. **Governance**, v. 35, n. 3, p. 777–798, jul. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/gove.12695>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- YEP, Ray. Enhancing the redistributive capacity of the Chinese state? Impact of fiscal reforms on county finance. **The Pacific Review**, v. 21, n. 2, p. 231–255, 24 abr. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09512740801990295>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- ZAWACKI-RICHTER, O.; KERRES, M.; BEDENLIER, S.; BOND, M.; BUNTINS, K. (Eds.). *Systematic Reviews in Educational Research*. Wiesbaden: Springer, 2020.

## APENDICE 1 – PLATAFORMA DE BUSCA HARZING'S PUBLISH OR PERISH

The screenshot displays the Harzing's Publish or Perish software interface. The main window shows a list of search results for the term "state capacity". The results are organized into columns: Cites, Per year, Rank, Authors, Title, Year, and Publication. The top result is "State Capacity and the Political Infrastructure of Development" by B Cheang and TG Pal... from 2023. The interface also includes a search bar, filters for authors, years, and keywords, and a sidebar with citation metrics and paper details.

Cites	Per year	Rank	Authors	Title	Year	Publication
0	0.00	3	B Cheang, TG Pal...	State Capacity and the Political Infrastructure of Development	2023	... and Economic Develop...
h 2685	2685.00	13	B Geddes	Politician's dilemma: building state capacity in Latin America	2023	Sprin book
0	0.00	27	K Leis Ljungmark	A PRESENT STATE State capacity through state presence and the COVID-19 pandemic	2023	gupe searc
0	0.00	60	P Martins dos Pas...	LOCAL STATE CAPACITY: AN ANALYSIS OF BUREAUCRACY PROFESSIONALIZATION...	2023	... Journal/Revista de ...
0	0.00	62	LDU Gómez, L Cim...	Digital Government at Spotlight: Examining State Capacity Enhancement by Gov. co	2023	rese
2	2.00	72	M Kirisci, C Albayr...	State capacity and termination of terror campaigns: a qualitative evidence from PKK	2023	British Journal of Middle ...
0	0.00	129	C Ross, R Turovsk...	The COVID-19 Pandemic as a Test of Russia's Subnational State Capacity	2023	Demokratizatsiya: The Jou...
0	0.00	6	P Cavalcante, AK ...	Do State capacity dimensions differently affect policy areas performance? An analy...	2022	Administração Publica e ...
1	0.50	7	A Melville	State capacity and Russia	2022	Routledge Handbook of R...
10	5.00	22	PF Larue, OÉ Danz...	Rethinking state capacity: conceptual effects on the incidence of terrorism	2022	Terrorism and political vio...
3	1.50	26	GB Braga, DG Mar...	Building a State Capacity Index for Municipal Governments of Minas Gerais	2022	Revista de Administração ...
0	0.00	35	SH Chae	Incapable of change? State capacity as a moderating variable in the study of huma...	2022	ora.o
10	5.00	41	RS Foa	Decentralization, historical state capacity and public goods provision in Post-Soviet...	2022	World Development
0	0.00	77	M Rebelo	Explaining Religious Party Strength, State Capacity, Social Services, and Religious C...	2022	beta.
0	0.00	141	L DUMITRESCU	LOW CAPACITY STATE, SOCIAL DISTRUST AND POPULISM: ROMANIA'S VULNERABI...	2022	Romanian Journal of Soci...
0	0.00	5	A Vaccaro	On the measurement of state capacity: quantitative questions and conceptual cons...	2021	jour

## APENDICE 2 – CONCEITOS DE CAPACIDADE ESTATAL NA CIÊNCIA POLÍTICA

Autores	Dimensão	Conceito
Besley, Persson (2009)	fiscal/legal	capacidade de arrecada impostos/ capacidade de estado de impor a lei e manter a ordem,
Besley, Persson (2010)	fiscal/legal	capacidade de arrecada impostos/ capacidade de estado de impor a lei e manter a ordem,
Hendrix (2010)	militar/burocrática/legal	a capacidade do estado é multidimensional: força e eficácia das forças armadas de um país; qualidade e eficiência da burocracia governamental; à forma como as instituições políticas de um país funcionam
Bäck, Hadenius (2008)	coercitiva, fiscal, administrativa e legal	a capacidade do estado é multidimensional: monopólio dos militares, monopólio da capacidade fiscal, alta autonomia burocrática, monopólio da capacidade legal.
Hanson, Sigman (2021)	extrativa, coercitiva, administrativa e legal	habilidade do estado de seleção de funções essenciais para os estados modernos, incluindo a proteção contra ameaças externas, manutenção da ordem interna, administração de infraestrutura básica e proteção de receita.
Besley, Persson (2008)	fiscal/legal	habilidade do estado de arrecadar impostos para financiar bens públicos e realizar transferências.
Englehardt (2009)	policia, administrativa, fiscal	habilidade e disposição do aparelho estatal para implementar políticas governamentais, focando na habilidade do estado de policiar seus cidadãos e controlar seus próprios agentes.

Thies (2010)	fiscal/legal	habilidade do estado de extrair recursos de sua população e mobilizar esses recursos para efetivamente governar e manter a ordem.
Fredericksen, London (2000)	Organizacional	entendido como capacidade organizacional de organizações comunitárias de desenvolvimento (cbdos) como a habilidade dessas organizações de implementar programas e alcançar objetivos
Braithwaite (2010)	coercitiva, extrativa	recursos endógenos que um estado possui e que podem ser mobilizados para lidar com emergências
Fjelde, I De Soysa (2009)	coercitivo, cooperação	a capacidade do governo de controlar atividades e recursos dentro de seu território.
Capano (2020)	administrativa, política	a capacidade do governo de implementar suas decisões.
DeRouen Jr, Ferguson, Norton (2010)	extrativa, coercitiva, administrativa	a habilidade do estado de alcançar os objetivos que persegue, possivelmente enfrentando resistência de atores dentro do estado
Lee, Zhang (2017)	informacional, fiscal, administrativa	a capacidade estatal depende da "legibilidade", ou seja, da profundidade e amplitude do conhecimento do estado sobre seus cidadãos e atividades, essencial para governança centralizada eficaz.
Hameiri (2007)	política, institucional	define a capacidade estatal como um fenômeno socialmente constituído e dinâmico, enraizado nas relações de poder dentro de uma formação sociopolítica.
Hartley, Jarvis (2020)	comunitária, de resposta a crises, administrativa	entendem por capacidade comunitária sendo a capacidade de mobilização de recursos públicos e coordenação com a sociedade civil.
Knutsen (2013)	Administrativa	refere-se à habilidade dos estados de implementar metas oficiais, especialmente contra a oposição de grupos sociais poderosos.
Hamm, King, Stuckler (2012)	burocrático, infraestrutural	a habilidade do estado de penetrar na sociedade e realizar seus objetivos.
Sobek (2010)	econômica, burocrático, extrativa	capacidade estatal como um conceito multidimensional que inclui: desenvolvimento econômico, qualidade burocrática, capacidade extrativa
Besley (2020)	fiscal/legal	refere-se à habilidade do estado de arrecadar impostos, regular a economia e garantir a aplicação de leis.
Cole (2015)	administrativa, burocrático, territorial	refere-se à habilidade do estado de implementar decisões políticas e cumprir obrigações de direitos humanos, incluindo a capacidade administrativa e burocrática.
Soifer (2012)	administrativa, extrativa, segurança	a habilidade do estado de administrar a provisão de serviços básicos, garantir segurança e extrair recursos.
Brambor, Goenaga, Lindval (2020)	administrativa, fiscal, coercitiva e cognitiva	entendido como capacidade institucional do estado para implementar várias políticas e o grau de controle que agentes estatais exercem sobre pessoas, atividades e recursos dentro da jurisdição territorial do governo.
Cummings, Nørgaard	política, administrativa,	a capacidade estatal é definida pela habilidade das instituições estatais em responder e integrar demandas políticas, mediar conflitos, manter a legitimidade popular e manter a autonomia para governar.

(2004)		
Besley, Persson (2014)	fiscal, legal, coletiva	a capacidade estatal é definida pela capacidade de apoiar mercados (capacidade legal), fornecer bens públicos (capacidade coletiva) e coletar receitas (capacidade fiscal).
Hanson (2015)	infraestrutura l, administrativa	a capacidade estatal é vista como uma "capacidade infraestrutural" do estado, ou seja, uma habilidade de implementar e fazer cumprir decisões políticas por meio de um aparelho estatal eficiente
Schwartz (2003)	Fiscal	a habilidade dos estados de implementar objetivos oficiais, especialmente diante da oposição de grupos sociais poderosos ou em circunstâncias econômicas difíceis
Hendrix, Young (2014)	militar/burocrática/administrativa	capacidade estatal é entendido por duas dimensões: capacidade militar: a habilidade do estado de projetar força militar convencional. Capacidade burocrática/administrativa: a habilidade do estado de coletar e gerenciar informações sobre sua população, o que permite uma resposta organizada a dissidências e a negociação com os dissidentes.
Berwick, Christia (2018)	extrativa, coordenativa	entendido como um processo interativo, resultante das instituições que governam as relações entre o estado, o público em massa e os burocratas.
Rittberger (2012)	infraestrutura l, administrativa, fiscal	o conceito de capacidade estatal definido como "poder infraestrutural", que se refere à capacidade institucional de um estado central, despótico ou não, de penetrar em seus territórios e implementar decisões logísticas
Lindvall, Teorell (2016)	infraestrutura l, recursos nacionais, controle social	conceituam a capacidade estatal como a "capacidade do estado de exercer poder para alcançar os resultados pretendidos".
Anderse n, Møller, Rørbæk (2016)	coercitiva, administrativa	definem a capacidade estatal em termos de duas dimensões principais: a capacidade coercitiva (monopólio da violência) e a eficácia administrativa (capacidade de implementação de políticas), sendo essenciais para a estabilidade dos regimes, sejam democráticos ou autoritários.
Garfias (2018)	infraestrutura l, política	a capacidade estatal é descrita como o "poder infraestrutural", ou seja, a capacidade do estado de penetrar no seu território e implementar políticas de forma logística.
Berliner, Greenleaf, Lake, Noveck (2015)	Administrativa	definem a capacidade estatal como a capacidade administrativa, que se refere aos recursos, expertise e estruturas administrativas necessárias para que os agentes do estado monitorem e façam cumprir um conjunto de regras estabelecidas.
Rittberger (2010)	infraestrutura l, administrativa, fiscal	o conceito de capacidade estatal definido como "poder infraestrutural", que se refere à capacidade institucional de um estado central, despótico ou não, de penetrar em seus territórios e implementar decisões logísticas
Meckling, Nahm (2018)	Burocrático	entendem a capacidade estatal como a habilidade do estado de superar a oposição de interesses estabelecidos na formulação de políticas.
Reinsberg, Kentikelenis, Stubbs, King (2019)	Burocrático	definem a capacidade estatal como a "qualidade burocrática", caracterizada por uma burocracia profissional, autônoma e comprometida em fornecer serviços públicos de alta qualidade.
Harbers (2015)	Extrativa	definem capacidade estatal como a habilidade do estado de penetrar a sociedade civil e implementar decisões políticas de forma eficaz em todo o território.

Dargent, Feldman, Luna (2017)	política, fiscal, administrativa	definem a capacidade estatal como um conceito relacional. eles argumentam que a capacidade do estado deve ser medida em relação ao poder adquirido por atores não estatais relevantes que podem desafiar a autoridade do estado em diferentes arenas locais.
Carbone, Memoli (2015)	política e administrativa	definem a capacidade estatal como a capacidade institucional de um estado central para penetrar seu território e implementar decisões logisticamente.
Bustikova, Huci (2017)	capital humano, burocrático	definem capacidade estatal como investimentos em capital humano e físico que levam à criação de uma autoridade burocrática, independente, eficaz e com penetração dentro de um território nacional.
Englehardt (2005)	extrativa, administrativa, segurança, infraestrutura	entendida como a habilidade do estado de extrair recursos, implementar políticas e manter a ordem.
Ong (2018)	extrativa, administrativa e coercitiva	definem capacidade estatal no trabalho como a habilidade do estado de implementar políticas e impor regras.
Gibler, Miller (2014)	coercitiva, territorial	como a habilidade do governo de forçar sua soberania em todo o território, o que inclui a capacidade de reprimir dissidentes e conectar-se com os cidadãos.
Böhmelt, Bove (2019)	administrativa, burocrático	a habilidade do estado de desenvolver e disseminar informações, redistribuir bens e serviços de maneira eficaz, e manter a qualidade dos serviços públicos.
Jenkins, Smith (2001)	reguladora	definem capacidade estatal no contexto de reformas regulatórias e governança de mercado.
Boucoyannis (2015)	extrativa, política	imposição de tributos e compelir a participação em instituições representativas.
Coleman, Chiasson (2002)	industrial	definem o conceito de capacidade transformativa do estado no trabalho. a capacidade transformativa é entendida como a habilidade do estado de coordenar mudanças industriais para enfrentar a competição internacional.
Rogers, Weller (2014)	extrativa	a habilidade do estado de implementar políticas públicas
Yang (2003)	extrativa	a habilidade do governo central de arrecadar receitas e implementar políticas eficazes
Cao, Ward (2015)	extrativa	é medida pela capacidade extrativa, necessária para a extração de recursos do setor privado e sociedade.
Grande (2001)	institucional, relacional, mercado	entendida como a habilidade dos estados de implementar e sustentar políticas de inovação tecnológica,
Piccolino (2016)	infraestrutura, administrativa, política	a capacidade estatal é descrita como "capacidade infraestrutural" para facilitar a democratização, especialmente na realização de processos eleitorais confiáveis.
Chasek (2001)	mercado	definem a capacidade estatal no contexto das negociações ambientais internacionais como a habilidade de um estado em participar ativamente e de forma eficaz nas negociações.
Prichard, Leonard (2010)	administrativa, burocrático	os autores definem a capacidade estatal como "a habilidade do estado de implementar uma gama de políticas"

Macias (2018)	segurança, administrativa, fiscal	os autores definem a capacidade estatal em termos de duas dimensões principais: segurança pública e extração fiscal. segurança pública refere-se à manutenção da ordem no país, enquanto a extração fiscal é vista como uma aproximação da capacidade administrativa.
Cronert (2020)	administrativa, burocrática	definem capacidade estatal como capacidade administrativa, sendo uma extensão em que agências estatais competentes, imparciais e eficientes permitem que o governo tome ações de maneira apropriada e eficaz.
Hanson (2017)	extrativa, coercitiva, administrativa	refere-se à habilidade das instituições estatais de implementar efetivamente os objetivos oficiais.
DiGiuseppe, Barry (2012)	conflito, política, fiscal	definem a capacidade estatal como a habilidade de um estado em acessar e utilizar recursos para resistir a desafios políticos e prevenir conflitos internos.
Carlin, Love, Zechmeister (2014)	segurança, administrativa, extrativa	entendido como a habilidade do estado de exercer autoridade e implementar políticas de forma eficaz dentro de suas fronteiras.
Lee (2019)	institucional	a habilidade do estado de controlar o comportamento de seus cidadãos.
Charron (2013)	burocrática, corrupção	definem "capacidade estatal" como uma burocracia pública não corrupta e eficiente, um sistema legal imparcial que aplica contratos e direitos de propriedade privada dos cidadãos. isso implica em instituições legais fortes e imparciais que minimizam o clientelismo e a corrupção.
Rothstein (1992)	burocrática	definida como a habilidade do estado em formular, implementar e executar políticas públicas de forma eficaz.
White (2018)	extrativa, administrativa, coercitiva	conceito multidimensional, baseado em três dimensões: extrativa, administrativa e coercitiva
Blankenship (2018)	burocrática	a habilidade de um estado para implementar objetivos oficiais, especialmente diante de oposição de grupos sociais poderosos ou em circunstâncias socioeconômicas adversas
Kennedy, Chen (2018)	burocrática, relacional, coercitivo, fiscal	definem a capacidade estatal no contexto da china como a habilidade do governo central de implementar políticas de forma eficaz, especialmente em áreas rurais onde a implementação pode ser desigual.
Grassi, Memoli (2016)	extrativa, administrativa, coercitiva	habilidade das instituições do estado de implementar efetivamente objetivos oficiais, o que inclui a imposição de ordem política interna, o funcionamento adequado de uma administração básica e a capacidade de extrair receita dos cidadãos
Hanson (2014)	extrativa, administrativa, coercitiva	definem a capacidade estatal como um conceito multidimensional, destacando a "capacidade do estado de penetrar na sociedade civil e implementar decisões políticas logisticamente em todo o território".
Ward, Cao, Mukherjee (2014)	extrativa, fiscal	definem a capacidade estatal utilizando duas medidas fiscais: a taxa de impostos como proporção do PIB, que avalia a habilidade do estado em extrair recursos da sociedade, e a capacidade política relativa (rpc), que compara a extração real de receitas fiscais com a prevista, considerando o nível de desenvolvimento econômico.
Bell, Hindmore (2014)	administrativa, política	entendido como a capacidade do estado de implementar programas de políticas
Buckley, Mantilla (2013)	burocrática, política	capacidade do estado de formular e implementar políticas.

Rittberger (2012)	infraestrutural, coercitiva	entendido em duas dimensões, a capacidade infraestrutural, refere-se a capacidade do estado de penetrar na sociedade, regular relações sociais, extrair recursos e utilizá-los de maneira determinada e a capacidade coercitiva, relaciona-se ao poder despótico do estado.
Bakir (2015)	institucional, administrativa	capacidade de mobilizar apoio e consentimento da sociedade e da economia para alcançar objetivos públicos.
Larsson (2013)	fiscal, administrativa, legal	entendido em duas dimensões, capacidade fiscal, de extrair recursos da sociedade através da tributação e capacidade legal-administrativa, sendo a racionalidade do estado em suas interações legais e administrativas com a sociedade.
Croissant, Hellman (2018)	extrativa, administrativa, coercitiva	é capacidade das instituições estatais de implementar objetivos e políticas oficiais.
Ham, Seim (2017)	extrativa, administrativa, coercitiva	capacidade das instituições estatais de implementar efetivamente os objetivos oficiais
Foa, Nemirovskaya (2016)	burocrática, administrativa, coercitiva	capacidade do estado em fornecer bens públicos, manter a ordem pública e implementar políticas eficazes.
Gong (2009)	institucional	habilidade das instituições do estado de apoiar um desenvolvimento sustentável orientado para o mercado.
Wang, Xu (2018)	extrativa, administrativa, coercitiva	habilidade de um estado em implementar políticas públicas,
Mason, Greig (2017)	militar, administrativa/burocrática	definida como a habilidade do estado pós-guerra civil de implementar políticas que reduzam os incentivos para grupos na sociedade optarem pela retomada do conflito armado.
Eccleston, Marsh (2011)	política, burocrática	a habilidade do estado de alcançar seus objetivos políticos
Cunha, Pereira, Gomide (2017)	relacional, administrativa	a capacidade do governo de mobilizar e controlar seus recursos financeiros, humanos, físicos e informacionais para cumprir suas missões.
Brown, Lavery (2012)	institucional	restrições de recursos e conhecimento que um estado possui para implementar políticas.
Blanton, Blanton (2020)	burocrática, fiscal	capacidade do estado em governar efetivamente sua sociedade e implementar políticas e iniciativas dentro de suas fronteiras.
Wright, Moorthy (2016)	economica	capacidade do estado em absorver choques, como a chegada de refugiados, e responder a dissidências internas sem recorrer à repressão.
Kamrava (2002)	reguladora, economica	a habilidade do estado de implementar e fazer cumprir suas políticas regulatórias e econômicas.
Lagrange, Dreier, Lake (2021)	institucional, reguladora	a habilidade do governo de implementar uma variedade de escolhas políticas.
Huang, Yang (2002)	burocrática, coercitiva	a habilidade do governo de implementar suas políticas e exercer controle sobre a sociedade.

Yep (2008)	extrativa, redistributiva	capacidade do governo central de influenciar e regular as finanças locais, especialmente em relação à redistribuição de recursos para combater a desigualdade regional.
Adler (2012)	administrativa, militar	habilidade do governo nacional de exercer autoridade e implementar políticas, especialmente em relação ao desenvolvimento econômico e militar.
Bahamonde, Trasberg (2021)	fiscal, regulação do mercado	capacidade do estado em administrar informações e executar políticas, destacando capacidades fiscais e de regulação de mercado.
Ghatak (2018)	extrativa	capacidade do estado em extrair recursos da população
Suryanarayan (2017)	extrativa	habilidade burocrática do estado de coletar impostos
Edmunds, Juncos (2020)	relacional, institucional	capacidade estatal de incluir a interação entre as instituições e as comunidades que servem
Koehnlein, Koren (2022)	territorial	capacidade de governar e controlar seus territórios
Bull (2016)	coercitiva, administrativa	capacidade de um governo de fazer e aplicar regras e fornecer serviços
Guimarães (2010)	burocrática, industrial, regulação do mercado	a habilidade do estado de intervir na economia de maneira eficaz, promovendo o desenvolvimento econômico e industrial.
Cappelen, Sorens (2018)	territorial, coercitivo, administrativa	capacidade para manter seu monopólio territorial sobre a legitimação do uso da força dentro de fronteiras fixas e, de forma mais geral, a capacidade do aparato administrativo do estado para realizar suas tarefas principais.
Wang (1991)	extrativa	a habilidade do governo de mobilizar e direcionar os recursos da sociedade para os fins escolhidos pela liderança política.
Yen, Liu, Won, Testrion (2022)	extrativa, administrativa, coercitiva	capacidade de um governo central e suas agências burocráticas de penetrar na sociedade e alocar recursos sociais para alcançar certos objetivos pretendidos.
Berge, Berger (2021)	burocrática	a qualidade das características burocráticas do tipo weberiano, como transparência, codificação de procedimentos de comunicação e coordenação intra-burocrática e procedimentos de contratação baseados em expertise.
Jensen, Ramey (2020)	institucional	a capacidade institucional do estado de penetrar na sociedade civil e implementar decisões políticas de forma eficaz.
Bizhan (2018)	técnica, segurança	habilidade do estado de fornecer bens públicos e serviços essenciais, além de manter a ordem e a segurança.
Perez (1991)	administrativa	habilidade de um governo em implementar políticas
Cronert, Hadenius (2022)	extrativa, administrativa, coercitiva	capacidade do estado de agir de maneira apropriada e eficaz.
Salvatore, Ruggeri (2020)	segurança, administrativa, extrativa,	capacidade estatal é entendida por sua capacidade de manter a segurança, qualidade de governo, produtividade, extrativa e a sua capacidade de diplomacia

	produtiva, diplomacia	
Hanson, Sigman (2019)	extrativa, administrativa, coercitiva	habilidade do estado de alcançar objetivos oficiais.
Bersch, Koivumäki (2019)	burocrática, administrativa	capacidade do estado em formular, implementar e executar políticas públicas de forma eficaz.
Banik, Bull (2018)	política, infraestrutural	Entendido como influência de fatores externos e fortalecimento de elites estatais
Hellman (2018)	infraestrutural, coercitiva	habilidade do estado de implementar metas políticas oficiais.
Gonzalez (2001)	política, administrativa	Capacidade de adaptação de políticas e mobilização de recursos
Smith (2007)	infraestrutural	Capacidade de regular e controlar relações sociais
Jarvis (2017)	Infraestrutural, econômica	Capacidade de planejamento econômico e desenvolvimento
Rasler, Thompson (2017)	política	Entendido como impacto da guerra na expansão da capacidade estatal
Weller, Ziegler (2008)	administrativa	Capacidade de implementar políticas públicas eficazmente
Sullivan (2021)	política, administrativa	Capacidade de gerenciamento de protestos e resposta institucional
Koehler (2017)	política	habilidade das instituições estatais de implementar efetivamente objetivos oficiais
Reeves (1982)	administrativa, política, fiscal	habilidade do estado de alcançar objetivos oficiais.
Thies (2015)	Extrativa	Capacidade de prevenção e manejo de falhas do estado
Cronert (2022)	administrativa, política	Entendido como a capacidade administrativa do estado nas respostas à pandemia, usando fechamento de escolas como uma medida de precaução versus proporcionalidade.
Brown (1995)	Política, Fiscal	A capacidade do estado para fazer escolhas políticas influentes, envolvendo a manipulação de políticas fiscais e monetárias para regular a demanda agregada e o consumo.
Cranenburgh (1998)	Administrativa, política	Capacidade estatal em desenvolver países, com foco nas estratégias para aumentar essa capacidade através de reformas, considerando o equilíbrio de poder e capacidade técnica.
Simon (2012)	Institucional, coercitiva	capacidade de investir em instituições estatais legítimas e independentes, que não estejam sujeitas aos interesses de atores específicos, e promover resiliência social para enfrentar ameaças de atores estatais e não estatais.
Larue, Danzell (2022)	Coercitiva, política	Capacidade estatal influenciando o terrorismo, com ênfase na fragmentação política e na capacidade de aplicar e executar leis.
Grassi, Memoli (2015)	Política, administrativa, extrativa	habilidade das instituições estatais de implementar efetivamente os objetivos oficiais.
Bethke, Bussmann	Administrativa, Coercitiva, extrativa	Capacidade do estado para coletar impostos e combater a corrupção, influenciando a capacidade de atender às necessidades da população e mitigar as desigualdades.

(2011)		
Bakır, Çoban (2019)	Administrativa	Capacidade de criar políticas proativas e prevenir riscos macrofinanceiros através da capacidade política organizacional.
Goenaga, Domingo (2018)	administrativa, burocrática	Compreendida como efeitos da guerra na capacidade do Estado com foco na fiscalidade e burocracia.
Grundholm, M Thorsen (2019)	administrativa	Entendido como a capacidade em desenvolvimento humano.
Strauss (2009)	administrativa, burocrática	habilidade do estado em implementar políticas e administrar recursos de maneira eficaz, especialmente em condições de escassez crônica de recursos e capacidade administrativa insuficiente.
Rittberger (2012)	Administrativa, Coercitiva, extrativa	habilidade de um estado de implementar políticas públicas e fornecer serviços de maneira eficaz.
Schilde (2015)	Administrativa, Coercitiva, extrativa	habilidade das instituições de um estado para implementar políticas públicas de forma eficaz e eficiente
Ross, Turovskiy, Sukhova (2021)	Administrativa, Coercitiva, extrativa, regulação	habilidade das regiões de implementar políticas e decretos do governo central de forma eficaz
Bussmann, Soysa (2006)	Coercitiva, Extrativa	Capacidade do estado de manter a paz através da habilidade de penetrar na sociedade e extrair impostos, além de gerenciar a dependência de recursos naturais.
Jha (2022)	Administrativa, saúde	Capacidade do Estado na gestão eficaz em momentos de crise.
Charasz, Vogler (2021)	Burocrática, Administrativa	Capacidade de discriminar e fornecer informações.
Gilbreath, Turmanidze (2017)	Política, Coercitiva	Compreendida como a sobrevivência política dos líderes.
Kato, Tanaka (2018)	Fiscal, financeira	Capacidade do Estado é relacionada a como a tributação regressiva (VAT) contribui para o desenvolvimento humano aumentando a capacidade financeira do estado
Smith, Tubin (2007)	Administrativa, coercitiva, econômica	habilidade do estado de governar de forma eficaz
Akbar, Ostermann (2015)	Administrativa, Infraestrutural	Capacidade geral de um Estado para realizar seus objetivos e a capacidade específica para construir infraestrutura.
Kennedy (2009)	Administrativa, política	Capacidade estatal para implementar reformas políticas até o nível da aldeia, com foco na eleição de aldeias e reforma tributária.
Jensen, Ramey (2020)	Infraestrutura, administrativa	Capacidade de resolução de disputas pelo uso de instituições informais
Kuthy (2010)	Social, infraestrutural	Capacidade estatal melhorada pelas corporações multinacionais que pressionam governos para investir mais em programas de bem-estar social.

Knutsen, Kolvani (2022)	administrativa, coercitiva, fiscal, infraestrutura	capacidade de implementar políticas públicas, manter a ordem e fornecer serviços básicos à população.
Coleman, Chiasson (2000)	política, econômica	Capacidade em relação a política agrícola equilibrando competitividade econômica com coesão social.
Cavalcante, Pereira (2019)	Administrativa, Burocrática	A capacidade estatal envolve múltiplas dimensões como qualidade da burocracia, estruturas de coordenação governamental e redes entre atores dentro e fora da administração pública.
Kirisci (2020)	informacional, bens públicos	habilidade do estado de penetrar na sociedade e coletar informações da população local, bem como à capacidade de fornecer bens e serviços públicos de maneira eficiente e sem grandes interrupções.
Bell (2022)	administrativa, ambiental	Capacidade do governo em gerenciar os objetivos de gestão de água e ambientais.
DiGiuseppe, Shea (2022)	extrativa, coercitiva	habilidade do estado de extrair recursos e implementar políticas eficazmente
Hedin (2019)	extrativa	Capacidade do Estado em regular e impor controle sobre os setores mais lucrativos para financiar suas políticas.
Reinsberg, Kentikelenis, Stubbs, King (2016)	burocrática	capacidade do Estado de fornecer bens públicos essenciais por meio de uma burocracia pública profissional
Li, Wright (2023)	Administrativa, Coercitiva, extrativa	capacidade de arrecadar impostos, manter a ordem pública, fornecer serviços básicos e administrar a burocracia de maneira eficiente e justa
Rittberger (2017)	institucional, infraestrutura, territorial	capacidade institucional de um estado central para penetrar em seus territórios e implementar decisões
Landis (2012)	Coercitiva	habilidade de mobilizar recursos, projetar força militar e exercer coerção dentro de um território, sendo central para mitigar ou exacerbar os impactos de desastres naturais sobre o risco de conflitos armados
Wang, Xu (2018)	Extrativa, Administrativa, Coercitiva	habilidade de implementação de políticas públicas
Wolleggen, Sicakkan (2023)	Administrativa	capacidade de realizar processos de reconhecimento de asilo com eficácia e independência de pressões políticas
Dimitrova, Toshkov, Mazepus, Maniokas (2018)	burocrática, segurança, territorial	entendendo como a provisão de serviços públicos por atores estatais e não estatais, além de reconhecer a segurança e o controle sobre o território
Heldring,	social	habilidade em alavancar redes sociais densas que o conectam à sociedade

Robinson (2023)		
Scott (2021)	extrativa	habilidade do estado de arrecadar receitas e implementar políticas públicas eficazes
Ponder (2005)	Institucional, coercitiva	definida como a posse de meios organizacionais para colocar preferências em ação
Anderse n, Knutsen, Skaaning (2023)	política,coerciva	Relacionado com a capacidade de prevenir agressões executivas e controles de rebeldes e golpistas.
Rubin (2020)	fiscal, administrativa	habilidade de um governo em implementar políticas públicas eficazes e alcançar seus objetivos administrativos e de desenvolvimento
Ham, Seim (2017)	Extrativa, Administrativa, Coercitiva	capacidade de arrecadar impostos, manter a ordem pública, fornecer serviços básicos e promover o desenvolvimento econômico
Leipziger (2016)	Administrativa, coercitiva	refere-se à capacidade administrativa do estado. Isso inclui a habilidade do estado em implementar políticas públicas de forma eficaz, manter a ordem e fornecer serviços públicos essenciais
Arévalo-Bencardino (2018)	Administrativa, Extrativa	Desempenho do Estado em áreas como segurança, administração da justiça, coleta de impostos e garantia de direitos.
Viñuela, Barma, Huybens (2014)	Administrativa, Coercitiva, econômica, social	capacidade de fornecer serviços essenciais, manter a ordem pública, promover o desenvolvimento econômico e social, e responder a crises
Kraus (2010)	Administrativa	habilidade do Estado de planejar, implementar e sustentar políticas públicas eficazes e serviços sociais.
Thorsen, Grundholm, Ulrichsen (2016)	administrativa, coercitiva	habilidade do estado de implementar políticas e penetrar na sociedade
Cummings, Norgaard (2002)	Política, Social	Capacidade estatal em relação às relações estado-sociedade e como isso influencia o desenvolvimento em países pós-comunistas.
Cao, Ward (2011)	extrativa	Capacidade estatal relacionada à capacidade de extrair recursos da sociedade, frequentemente em detrimento do meio ambiente
Smith (2022)	Administrativa, Coercitiva, infraestrutura	habilidade do estado em implementar políticas públicas, manter a ordem e fornecer serviços básicos à população.
Roggeband (2021)	Administrativa	habilidade de um governo ou estado de planejar, implementar e administrar políticas públicas de maneira eficaz
Delcour, Dimitrova, Maniokas (2019)	Burocrática, Administrativa	Capacidade e captura do estado afetando a implementação de Acordos de Associação.

Somuan o, Nieto (2017)	Burocrática, coercitiva, fiscal	capacidade de mobilizar recursos, implementar políticas públicas, manter a ordem e fornecer serviços básicos
Wang (2015)	fiscal, administrativa, coercitiva, coordenação	habilidade do estado em mobilizar recursos e coordenar grandes projetos, como os de controle de água e mobilização de mão-de-obra
Panaro, Vaccaro (2023)	Extrativa, Administrativa, Coercitiva	habilidade do Estado de realizar suas ações políticas pretendidas
Peng (2018)	burocrática, ambiental	eficácia dos esforços de alívio de fome durante desastres naturais, como secas e inundações
Rittberg er (2014)	institucional, infraestrutura l, territorial	capacidade institucional de um estado central para implementar decisões,
Aman, Aman (2015)	coercitivo, administrativa	Capacidade do Estado em manter a ordem e competência funcional em estender serviços
Heatley (2004)	administrativa, político	Entendida como a entrega pelo Estado de políticas públicas e serviços essenciais
Ping, Chang (2019)	extrativa,edu cação	capacidade estatal é definida como a habilidade do Estado em alcançar objetivos desejados,
Nistotsk aya, D'arcy (2018)	administrativa, extrativa, coercitiva	habilidade do estado em implementar políticas públicas de maneira eficaz e eficiente.
Suryanar ayan (2023)	administrativa, extrativa, coercitiva	capacidade do Estado em efetivamente implementar políticas públicas e manter a ordem
Agnema n, Brandt, Cappel en (2022)	administrativa, extrativa, coercitiva, relacional	habilidade do estado de exercer autoridade e implementar políticas públicas de maneira eficaz em diferentes regiões
Howe (2021)	administrativa, burocrática, coercitiva	combinação de componentes coercitivos e burocrático-administrativos de um Estado.
Harpe (2021)	administrativa, extrativa, coercitiva	entendida como o poder infraestrutural do Estado em diferentes níveis territoriais.
Bakaki (2020)	segurança, legal, administrativa	habilidade do governo de cobrir vários aspectos sociais para seus cidadãos, abrangendo três elementos essenciais: segurança, legitimidade e capacidade
Grassi (2020)	administrativa, extrativa, coercitiva	habilidade das instituições estatais de implementar efetivamente objetivos oficiais.
Berge, A Berger (2020)	burocrática	habilidade das burocracias governamentais de implementar políticas públicas de forma eficaz e eficiente.
Klausen (1987)	administrativa, flexibilidade	habilidade do estado em formular e implementar políticas públicas eficazes, especialmente em resposta às mudanças nos mercados internacionais.
Mullis (2019)	fiscal	habilidade do estado em arrecadar receitas e gerenciar despesas de forma eficiente.
Lopez, Vargas	adiministrativa, fiscal,	eficácia dos serviços locais e à habilidade dos governos subnacionais em implementar políticas públicas de maneira eficiente.

(2020)	coercitiva, burocrática	
Schwarz (2023)	administrativa, fiscal, coercitiva, infraestrutura, regulável	capacidade de construir e manter instituições carcerárias, administrar o sistema de justiça criminal e exercer controle sobre a população
Grin, Abrucio (2017)	administrativa, fiscal, burocrática, institucional	habilidade dos governos municipais de implementar e gerir políticas públicas de forma eficaz.
Murtaza (2022)	extrativa, coercitiva, administrativa, burocrática, coordenação	habilidade do estado em implementar políticas públicas de forma eficaz e eficiente.